

**Ministério da Cultura
Instituto Brasileiro de Museus**

**RELATÓRIO DE GESTÃO
DO EXERCÍCIO DE 2015**

BRASÍLIA, 2016

Ministério da Cultura
Instituto Brasileiro de Museus

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 146/2015 e na Portaria TCU nº 321/2015. Unidade Prestadora de Contas Responsável pela Elaboração: Instituto Brasileiro de Museus.

Brasília, 2016

1.4. Lista de Quadros e Figuras

Lista de Quadros

Quadro 1.	Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas.....	23
Quadro 2.	Macroprocessos Finalísticos.....	25
Quadro 3.	Objetivos e Metas PPA 2012-2015.....	37
Quadro 4.	Mapa Estratégico Ibram 2013-2015.....	38
Quadro 5.	Vinculação de Planos.....	39
Quadro 6.	Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS (Ação 211F).....	56
Quadro 7.	Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS (Ação 14U2).....	57
Quadro 8.	Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS (Ação 15CQ).....	58
Quadro 9.	Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS (Ação 20ZF).....	58
Quadro 10.	Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS (Ação 20ZG).....	59
Quadro 11.	Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS (Ação 20ZM).....	60
Quadro 12.	Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS (AÇÃO 20KJ).....	61
Quadro 13.	Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS (Ação 2651).....	61
Quadro 14.	Ações do Orçamento de Investimento.....	62
Quadro 15.	Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.....	66
Quadro 16.	Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	68
Quadro 17.	Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão.....	69
Quadro 18.	Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos.....	70
Quadro 19.	Despesas por modalidade de contratação.....	73
Quadro 20.	Despesas por grupo e elemento de despesa.....	74
Quadro 21.	Despesas Discricionárias e contingenciamentos do Ibram.....	75
Quadro 22.	desempenho operacional das ações do Ibram constantes no PPA 2012-2015.....	79
Quadro 23.	indicadores de desempenho.....	81
Quadro 24.	Atuação da unidade de Auditoria Interna.....	100
Quadro 25.	Tipo de Manifestação.....	103
Quadro 26.	Execução das Despesas discricionárias por Ação.....	107
Quadro 27.	% de Execução Orçamentaria x dotação consignada.....	107
Quadro 28.	Força de trabalho da UPC.....	110
Quadro 29.	Distribuição da Lotação Efetiva.....	111
Quadro 30.	Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC....	112
Quadro 31.	Despesas do pessoal.....	114
Quadro 32.	Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade (Museu Imperial).....	118

Quadro 33. Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade (Museu Historico Nacional).....	119
Quadro 34. Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade (Museu da República).....	120
Quadro 35. Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade (Museu da República – Palácio Rio Negro).....	121
Quadro 36. Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade (Museu da Inconfidência).....	122
Quadro 37. Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade (Museu Lasar Segall).....	123
Quadro 38. Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade (Museu Raymundo Ottoni de Castro Maia).....	124
Quadro 39. Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade (Museu de Biologia Prof. Mello Leitão).....	125
Quadro 40. Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade (Museu Villa Lobos).....	126
Quadro 41. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União...	127
Quadro 42. Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional.....	128
Quadro 43. Caracterização da cessão do Museu da República.....	137
Quadro 44. Localização, quantidade dos imóveis locados pela UJ.....	139
Quadro 45. Sistemas da UJ.....	140
Quadro 46. Necessidades Registradas no PDTI e alinhamento estratégico.....	145
Quadro 47. Necessidade de TI.....	147
Quadro 48. Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	150
Quadro 49. Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	151
Quadro 50. Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	151
Quadro 51. Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	152
Quadro 52. Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	152
Quadro 53. Tomadas de Contas Especiais.....	157

Lista de figuras

Figura 1. Organograma.....	20
Figura 2. Mapa Estratégico Ibram – 2013.....	34
Figura 3. Mapa Estratégico Ibram – 2015.....	35
Figura 4. Quantitativo mensal de Manifestações.....	103
Figura 5. Demanda por Unidade.....	104

1.5. Lista de anexos e apêndices

Anexo I. Modalidades de contratações por Unidades Executoras do Ibram.....	159
Anexo II. Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64.....	180

1.6. Sumário

2.	APRESENTAÇÃO.....	7
3.	VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS.....	9
3.2.	Finalidade e competências.....	10
3.3.	Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento do órgão ou entidade...	12
3.5.	Ambiente de atuação.....	19
3.6.	Organograma.....	20
3.7.	Macroprocessos finalísticos.....	25
4.	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	32
4.1.	Planejamento organizacional.....	32
4.1.2.	Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	37
4.1.3.	Estágio de implementação do planejamento estratégico.....	38
4.1.4.	Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	39
4.2.	Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos....	55
4.3.	Desempenho orçamentário.....	55
4.3.2.	Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.....	55
4.3.3.	Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	66
4.3.7.	Execução descentralizada com transferência de recursos.....	66
4.3.7.5.	Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas.....	72
4.3.9.	Informações sobre a execução das despesas.....	73
4.4.	Desempenho operacional.....	79
4.14.	Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	81
5.	GOVERNANÇA.....	92
5.1.	Descrição das estruturas de governança.....	92
5.2.	Informações sobre os dirigentes e colegiados.....	97
5.7.	Atuação da unidade de auditoria interna.....	97
5.8.	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	100
5.9.	Gestão dos controles internos.....	101
6.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	102
6.1.	Canais de acesso do cidadão.....	102
6.2.	Carta de serviços ao Cidadão.....	105
6.3.	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	105
6.4.	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre atuação da unidade...	105
7.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	106
7.1.	Desempenho financeiro do exercício.....	106
7.3.	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	108
7.4.	Sistematica de apuração de custos no âmbito da unidade.....	109
7.7.	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	109
8.	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	110
8.1.	Gestão de pessoas.....	110
8.1.1.	Estrutura de pessoal da unidade.....	110
8.1.2.	Demonstrativo das despesas com pessoal.....	114
8.1.2.3.	Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	116
8.1.10.	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	118
8.2.	Gestão do patrimônio e da infraestrutura.....	127

8.2.3.	Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	127
8.2.4.	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.....	132
8.2.7.	Informações sobre os imóveis locados de terceiros.....	139
8.3.	Gestão da tecnologia da informação.....	140
8.3.1.	Principais sistemas de informações.....	140
8.3.2.	Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor da Tecnologia da Informação-PDTI.....	143
8.4.	Gestão ambiental e sustentabilidade.....	148
8.4.1.	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.....	149
9.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	150
9.1.	Tratamento de determinações e recomendações do TCU.,.....	150
9.2.	Tratamento e recomendações do Órgão de Controle Interno.....	152
9.3.	Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário.....	156
9.9.	Demonstrações da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	157
9.13.	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	158
11.	ANEXOS E APÊNDICES.....	159
12.	RELATÓRIO E/OU PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	200
17.	RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO.....	208
20.	DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE.....	209
20.2.	Integridade e completude dos registro de informações no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões.....	210
20.3.	Integridade e completude do atendimento dos requisitos da Lei 8.730/1993 quando à entrega das declarações de bens e rendas.....	212
20.4.	Integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento.....	214
20.5.	Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.....	216
20.6.	Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.....	219

2. APRESENTAÇÃO

Este Relatório cumpre determinação constitucional e legal de prestação de contas da gestão do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, Autarquia vinculada ao Ministério da Cultura – MinC, relativa ao exercício de 2015, sendo estruturado em partes, itens e subitens numerados, conforme estabelecido nas orientações constantes na Instrução Normativa TCU nº 63/2010, na Decisão Normativa TCU nº 146/2015 e na Portaria TCU nº 321/2015, de 30 de novembro de 2015, bem como dos itens disponibilizados a esta Autarquia por meio do Sistema e-Contas.

Com objetivo de obter informações quantitativas e qualitativas sobre o impacto que a Semana Nacional de Museus produz sobre o campo museal, o Ibram realiza uma série de estudos específicos. Em 2015, o foco da pesquisa foi dirigido a: a) percepção dos museus sobre a Semana; b) atuação do Ibram na organização do evento; e c) benefícios trazidos para a instituição, município e economia da cidade. O estudo apontou dados expressivos, entre os quais destacam-se: (i) estabilização em 38% de adesão do total das instituições museológicas mapeadas pelo Cadastro Nacional de Museus (se comparada ao ano anterior); (ii) Seguindo tendência de 2014, houve maior participação de museus municipais, com 40%, seguido de museus privados com 26%; (iii) aumento de público em 92%, no período de realização do evento (se comparada à semana anterior ao evento); e (iv) geração de emprego e renda – 1.349 empregos gerados a partir de contratações específicas realizadas para a Semana Nacional de Museus.

Este estudo ainda enfatiza que os principais benefícios para as instituições participarem da Semana são: (i) fortalecimento da imagem do museu (82,4%); (ii) aumento de visibilidade (77,7%); e (iii) envolvimento da comunidade (65,6%). Importante destacar que esses benefícios também foram apontados em 2014. Esses números assinalam a necessidade de que os museus percebam o potencial do evento; e que desenvolvam ações que dinamizem economicamente a região a partir do evento.

Além desses estudos, destacamos também a Linha de Ação “Sustentabilidade das instituições e processos museais Ibero-americanos”. Iniciada em 2014, a Linha é um projeto desenvolvido pelo Brasil, coordenado pelo Ibram, no contexto do Programa Ibermuseus. O Programa é uma “instância de fomento e articulação de políticas museísticas para a Ibero-América, com o objetivo de empreender ações multilaterais de cooperação e desenvolvimento no âmbito dos museus e da museologia dos países da Conferência Ibero-Americana da Cultura” (Barranquilla, Colômbia, 2013).

Este Programa, de caráter intergovernamental e ibero-americano, no qual se encontram envolvidos os 22 países da comunidade ibero-americana e os órgãos de cooperação e cultura da região, desenvolve projetos nas linhas de educação, patrimônio museológico, curadoria, formação e capacitação, sustentabilidade de museus, além de promover e apoiar as instituições museológicas por meio da publicação de editais.

A Linha de Sustentabilidade tem como objetivo fomentar, no âmbito ibero-americano, (i) a criação de políticas públicas culturais para instituições museológicas e para processos museais, com vistas ao desenvolvimento local sustentável do campo; e (ii) promover, no âmbito do Programa Ibermuseus, projetos e iniciativas que auxiliem as instituições museológicas e processos museais em novos modelos de gestão museológica sustentável (social, cultural, econômica e ambiental).

No ano de 2015, foi realizada a primeira reunião da Mesa Técnica, responsável pela coordenação da Linha de Sustentabilidade, com a participação de representantes do Chile, da Colômbia, da Espanha e do Uruguai. A Mesa conta também com a assessoria dos organismos parceiros do Programa Ibermuseus, como a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Aecid) e a Secretaria Geral Ibero-Americana (Segib). Como resultado, a Mesa

elaborou o plano de trabalho da linha de Sustentabilidade, com previsão de ações a curto, médio e longo prazo.

No âmbito da 38ª Conferência Geral da Unesco, ocorrida em novembro de 2015, o Ibram apresentou proposta de nova recomendação sobre Promoção e Proteção de Museus e Coleções, sendo esta aprovada. Esta Recomendação tende a se tornar um pilar das políticas públicas de museus para as próximas décadas. Seu foco principal é o reforço das práticas existentes para manter a integridade das coleções, e o fornecimento de orientação para as funções de museus, adaptando os seus objetivos para resolver os urgentes desafios contemporâneos.

Quanto às ações referentes aos Instrumentos da Política Nacional de Museus, regulamentados pelo Decreto 8.124 de 2013, foi estabelecida pelo Ibram, no final de 2015 durante o Fórum Nacional Setorial de Áreas Técnicas do MinC, a Rede Nacional de Identificação de Museus – RENIM, um arranjo de governança pública colaborativa, essencial à implantação e operacionalização do Registro de Museus. Com o objetivo de acompanhar as dinâmicas de criação, fusão, incorporação, cisão e extinção de museus, de forma integrada nas diversas esferas responsáveis por suas políticas públicas, o Registro de Museus visa ainda estimular a formalização dessas instituições por meio da sua certificação. Em dezembro de 2015, o Cadastro Nacional de Museus, maior e mais completa fonte de informações sobre os museus brasileiros existente no país, agregou sua base de informações ao Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC/MinC), por meio da plataforma Museubr que proporcionará aos museus, a atualização direta de seus dados, inclusão de informações adicionais como agenda de eventos e imagens, e integração em outros sistemas informacionais, como o próprio SNIIC e o Registro de Museus Ibero-americanos - RMI.

Ainda sobre as iniciativas em atenção ao Decreto 8.124/2013, foi realizado em 2015, o primeiro levantamento online de informações sobre visitação dos museus brasileiros, por meio do Formulário de Visitação Anual (FVA).

No âmbito do desenvolvimento de sistemas finalísticos, o Instituto celebrou, com a Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura (SPC/MinC) e o Laboratório de Políticas Públicas Participativas da Universidade Federal de Goiás (L3P/UFG) uma parceria para o desenvolvimento do Sistema Acervo, Plataforma de Inventário, Gestão e Difusão Digital de acervos museológicos, integrado à Plataforma Tainacan desenvolvida pelo (L3P/UFG).

Para o estabelecimento da proteção de memórias em áreas ou comunidades sem espaços instituídos para essa finalidade foi desenvolvido pelo Ibram o Programa Polo de Memórias, uma iniciativa transversal de articulação entre órgãos e entidades. De modo a subsidiar suas ações, foram elaboradas cartografias museais com nove variáveis (IDHM, Data de criação do município, data de instalação do município, escolas participantes do Programa Mais Educação, órgãos gestores de cultura, Pontos de Memória, Pontos de Cultura, Museus e nº de habitantes) compondo um panorama sobre as matrizes sociais e culturais dos territórios analisados e desenvolvida uma proposta de parceria com o Ministério da Educação para atuação conjunta no Programa Mais Educação.

Além de todas essas realizações, o Ibram deu continuidade ao atendimento às suas 29 unidades museológicas vinculadas, destinando recursos às despesas de manutenção administrativa, funcionamento e programação cultural, apesar das limitações orçamentárias sofridas em 2015.

A continuidade do Programa de Requalificação dos Museus do Ibram também foi assegurada, com a execução de obras já em licitação e lançamento de novos editais.

3. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

3.1. Identificação da Unidade

Órgão/entidade: Instituto Brasileiro de Museus

Sigla: Ibram

CNPJ: 10.898.596/0001-42

País: Brasil

CEP: 70040-020

Endereço: SBN, Quadra 2, Lote 8, Bloco N, Edifício CNC III

Cidade: Brasília

UF: DF

Telefone: (61) 3521-4002

E-mail institucional: presidência@museus.gov.br

Página na internet: www.museus.gov.br

3.2. Finalidade e Competências

De acordo com o a Lei nº 11.906, de 2009, e o Decreto nº 6.845, de 2009, o Ibram é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, com sede em Brasília - DF. Suas finalidades são:

- ♦ Promover e assegurar a implementação de políticas públicas para o setor museológico, com vistas em contribuir para a organização, gestão e desenvolvimento de instituições museológicas e seus acervos;
- ♦ Estimular a participação de instituições museológicas e centros culturais nas políticas públicas para o setor museológico e nas ações de preservação, investigação e gestão do patrimônio cultural musealizado;
- ♦ Incentivar programas e ações que viabilizem a preservação, a promoção e a sustentabilidade do patrimônio museológico brasileiro;
- ♦ Estimular e apoiar a criação e o fortalecimento de instituições museológicas;
- ♦ Promover o estudo, a preservação, a valorização e a divulgação do patrimônio cultural sob a guarda das instituições museológicas, como fundamento de memória e identidade social, fonte de investigação científica e de fruição estética e simbólica;
- ♦ Contribuir para a divulgação e difusão, em âmbito nacional e internacional, dos acervos museológicos brasileiros;
- ♦ Promover a permanente qualificação e a valorização de recursos humanos do setor;
- ♦ Desenvolver processos de comunicação, educação e ação cultural, relativos ao patrimônio cultural sob a guarda das instituições museológicas para o reconhecimento dos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local, e o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro;
- ♦ Garantir os direitos das comunidades organizadas de opinar sobre os processos de identificação e definição do patrimônio a ser musealizado; e
- ♦ Fiscalizar o patrimônio museológico e aplicar multas e penalidades previstas na legislação em vigor.

De acordo com as citadas normas, compete, ainda, ao Ibram:

- ♦ Propor e implementar projetos, programas e ações para o setor museológico, bem como coordenar, acompanhar e avaliar as atividades deles decorrentes;
- ♦ Estabelecer e divulgar normas, padrões e procedimentos, com vistas em aperfeiçoar o desempenho das instituições museológicas no País e promover seu desenvolvimento;
- ♦ Fiscalizar e gerir técnica e normativamente os bens culturais musealizados ou em processo de musealização;
- ♦ Promover o fortalecimento das instituições museológicas como espaços de produção e disseminação de conhecimento e de comunicação;
- ♦ Desenvolver e apoiar programas de financiamento para o setor museológico;
- ♦ Estimular, subsidiar e acompanhar o desenvolvimento de programas e projetos relativos a atividades museológicas que respeitem e valorizem o patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais de acordo com suas especificidades;
- ♦ Estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades educativas e

culturais das instituições museológicas;

- ♦ Promover o inventário sistemático dos bens culturais musealizados, visando a sua difusão, proteção e preservação, por meio de mecanismos de cooperação com entidades públicas e privadas;

- ♦ Implantar e manter atualizado cadastro nacional de museus visando à produção de conhecimentos e informações sistematizadas sobre o campo museológico brasileiro;

- ♦ Promover e apoiar atividades e projetos de pesquisa sobre o patrimônio cultural musealizado, em articulação com universidades e centros de investigação científica, com vistas na sua preservação e difusão;

- ♦ Propor medidas de segurança e proteção de acervos, instalações e edificações das instituições museológicas, visando manter a integridade dos bens culturais musealizados;

- ♦ Propor medidas que visem a impedir a evasão e a dispersão de bens culturais musealizados, bem como se pronunciar acerca de requerimentos ou solicitações de sua movimentação no Brasil ou no exterior;

- ♦ Desenvolver e estimular ações de circulação, intercâmbio e gestão de acervos e coleções;

- ♦ Estimular e apoiar os programas e projetos de qualificação profissional de equipes que atuam em instituições museológicas;

- ♦ Coordenar o Sistema Brasileiro de Museus, fixar diretrizes, estabelecer orientação normativa e supervisão técnica para o exercício de suas atividades sistematizadas;

- ♦ Promover e assegurar a divulgação no exterior do patrimônio cultural brasileiro musealizado, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores; e

- ♦ Exercer, em nome da União, o direito de preferência na aquisição de bens culturais móveis, prevista no art. 22 do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, respeitada a precedência pelo órgão federal de preservação do patrimônio histórico e artístico.

3.3. Normas e Regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade

Normas Relacionadas à Unidade Prestadora de Contas

Normas de criação e alteração da Unidade Prestadora de Contas

- ♦ **Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009.** Lei de criação do Instituto Brasileiro de Museus. Está regulamentada pelo Decreto no 8.124, de 17 de outubro de 2013.
- ♦ **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009.** Institui o Estatuto dos Museus, regulamentada pelo Decreto no 8.124, de 17 de outubro de 2013.
- ♦ **Lei nº 12.840, de 09 de julho de 2013.** Dispõe sobre a destinação dos bens de valor cultural, artístico ou histórico aos museus, nas hipóteses que descreve.
- ♦ **Decreto nº 6.845, de 07 de maio de 2009.** Aprova a estrutura regimental e o Quadro demonstrativo dos Cargos em comissão e das Funções Gratificadas.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Prestadora de Contas

- ♦ **Portaria nº 520, de 22 de dezembro de 2015.** Dispõe sobre a criação do Conselho Editorial no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus.
- ♦ **Portaria nº 441, de 16 de novembro de 2015.** Institui Grupo de Trabalho (GT) para analisar a viabilidade de adesão ao Processo Eletrônico Nacional (PEN) e a adoção do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus.
- ♦ **Portaria nº 241, de 24 de junho de 2015.** Estabelece medidas voltadas para a desconcentração de atividades de gestão no âmbito da administração do Ibram, define as unidades museológicas compreendidas na área de abrangência territorial dos Escritórios de Representação Regional, e dá outras providências.
- ♦ **Portaria nº 342, de 24 de agosto de 2015.** Estabelece procedimentos específicos para o envio do quantitativo mensal de visitação das unidades museológicas do Instituto Brasileiro de Museus ao órgão da Entidade responsável pela coleta, análise e monitoramento de dados de visitação.
- ♦ **Portaria nº 381, de 18 de junho de 2015.** Estabelece os limites de movimentação e empenho para o atendimento das Despesas Discricionárias no âmbito das unidades do Ministério da Cultura e de suas entidades vinculadas para o exercício de 2015 e dá outras providências.
- ♦ **Portaria nº 130, de 19 de março de 2015.** Regimento Interno do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico.
- ♦ **Portaria nº 103, de 11 de março de 2015.** Aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus – SBM.
- ♦ **Portaria nº 157, de 26 de janeiro de 2015.** Casa Civil da Presidência da República nomeia Carlos Roberto Ferreira Brandão como novo presidente do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).
- ♦ **Portaria 457, de 19 de dezembro de 2014.** Ministério da Cultura dispõe sobre a

competência para autorizar a celebração de novos contratos administrativos, ou a prorrogação dos contratos em vigor relativos às atividades de custeio no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus.

- ♦ **Portaria nº 450, de 16 de dezembro de 2014.** Aprova e torna público o Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Instituto Brasileiro de Museus para o período 2014-2015. Acesse o documento.
- ♦ **Portaria nº 117, de 5 de novembro de 2014, do Ministério da Cultura.** Altera artigo 10 do Anexo da Portaria nº 28, de 19 de março de 2010, que publica o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC).
- ♦ **Portaria nº 110, de 8 de outubro de 2014.** Aprova o Regimento Interno do Instituto Brasileiro de Museus.
- ♦ **Portaria nº 205, de 2 de julho de 2014.** Referenda o Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM)
- ♦ **Portaria nº 134, de 24 de abril de 2014.** Altera artigo 2º da Portaria nº 65, de 7 de março de 2014.
- ♦ **Portaria nº 120, de 16 de abril de 2014.** Altera a Portaria nº 232, de 29 de julho de 2011, que estabelece padrões mínimos para os dias e horários de abertura das exposições nas unidades museológicas que integram a estrutura do Ibram.
- ♦ **Portaria nº 32, de 15 de abril de 2014.** Ministério da Cultura designa novos membros para Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus.
- ♦ **Portaria nº 21, de 12 de março de 2014.** Designa membros do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico do Ibram.
- ♦ **Portaria nº 65, de 7 de março de 2014.** Alteração de prazo na Portaria nº 427, de 2 de dezembro de 2013.
- ♦ **Portaria nº 17, de 22 de janeiro de 2014.** Designa os novos membros do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus/Ibram.
- ♦ **Portaria nº 5, de 22 de janeiro de 2014.** Regulamenta o parágrafo único do art. 34 do Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013.
- ♦ **Portaria nº 5, de 22 de janeiro de 2014, do Ministério da Cultura.** Regulamenta o processo seletivo para escolha de diretores dos Museus Ibram.
- ♦ **Portaria Conjunta MCTI/Ibram nº 1.376, de 17 de dezembro de 2014.** Cria Comissão Especial com a finalidade de acompanhar a transferência do Instituto Nacional da Mata Atlântica (antigo Museu de Biologia Prof. Mello Leitão), órgão que integrava a estrutura organizacional do Instituto Brasileiro de Museus, para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.
- ♦ **Portaria Interministerial nº 506, de 16 de dezembro de 2014.** Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pelo Instituto Brasileiro de Museus no tocante às mercadorias abandonadas, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento, quando houver indícios de que se trate de bem de valor cultural, artístico ou histórico.
- ♦ **Resolução Normativa nº 3, de 19 de novembro de 2014.** Dispõe sobre a regulamentação de dispositivos do Decreto nº 8.124/2013 quanto à obrigatoriedade do envio ao Instituto Brasileiro de Museus do quantitativo anual de visitação dos museus e estabelece outras providências.

- ♦ **Resolução Normativa nº 2, de 29 de agosto de 2014.** Estabelece os elementos de descrição das informações sobre o acervo museológico, bibliográfico e arquivístico que devem ser declarados no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados.
- ♦ **Resolução Normativa nº 1, de 31 de julho de 2014.** Normatiza o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados em consonância com o Decreto nº 8.124.
- ♦ **Instrução Normativa Ibram nº 2, de 20 de setembro de 2013.** Dispõe sobre as diretrizes e procedimentos para a utilização e operacionalização do Cartão de Pagamentos do Governo Federal – CPGF, no âmbito do IBRAM e de suas Unidades Museológicas.
- ♦ **Instrução Normativa Ibram nº 1, de 15 de abril de 2013.** Disciplina o requerimento e emissão de autorização de uso de imagem e de reprodução dos bens culturais e documentos que constituem o acervo das unidades museológicas do Ibram.
- ♦ **Portaria Interministerial nº 495, de 06 de dezembro de 2013.** Altera a Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011.
- ♦ **Portaria Interministerial nº 274, de 01 de agosto de 2013.** Altera a Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011.
- ♦ **Portaria Ibram nº 427, de 02 de dezembro de 2013.** Estabelece procedimentos para o empenho de recursos referentes a transferências voluntárias no âmbito do Instituto.
- ♦ **Portaria Ibram nº 421, de 18 de novembro de 2013.** Regulamenta a utilização institucional de telefonia fixa e móvel no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus.
- ♦ **Portaria Ibram nº 309, de 05 de setembro de 2013.** Constituir Comissão Gestora com as atribuições de elaborar, monitorar, avaliar e revisar Plano de Gestão de Logística Sustentável -PLS/IBRAM com o objetivo de estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na administração da instituição.
- ♦ **Portaria Ibram nº 225, de 03 de julho de 2013.** Dispõe sobre os procedimentos para o atendimento das demandas dos órgãos de controle interno e externo.
- ♦ **Portaria Ibram nº 222, de 27 de junho de 2013.** Em conformidade com a Portaria nº 179, de 02 de maio de 2011, no uso de suas atribuições previstas no Capítulo V, Art. 20, inciso IV do Decreto nº 6.845, designa membros da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Instituto Brasileiro de Museus.
- ♦ **Portaria Ibram nº 207, de 14 de junho de 2013.** Institui o ordenador de despesas e dá outras providências.
- ♦ **Portaria Ibram nº 198, de 06 de junho de 2013.** Institui o Comitê de Tecnologia da Informação no âmbito do Ibram.
- ♦ **Portaria Ibram nº 64, de 08 de março de 2013.** Estabelece as diretrizes estratégicas para o ano de 2013 às unidades museológicas vinculadas ao Instituto Brasileiro de Museus.
- ♦ **Portaria Ibram nº 63, de 08 de março de 2013.** Institui o Programa Acervo em Rede no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram e dá outras providências.

- ♦ **Portaria MinC nº 1.018, de 30 de dezembro de 2013.** Altera o Anexo da Portaria nº 666, de 19 de agosto de 2013, que estabelece, no âmbito do Ministério da Cultura, os limites de movimentação e empenho para o exercício de 2013.
- ♦ **Portaria MinC nº 1.026, de 02 de dezembro de 2013.** Altera o Anexo da Portaria nº 667, de 19 de agosto de 2013, que estabelece, no âmbito do Ministério da Cultura, os limites de movimentação e empenho para a contratação de bens e serviços e para a concessão de diárias e passagens no exercício de 2013.
- ♦ **Portaria MinC nº 939, de 26 de novembro de 2013.** Estabelece normas e procedimentos para o encerramento do exercício financeiro de 2013, no âmbito do Ministério da Cultura.
- ♦ **Portaria MinC nº 922, de 21 de novembro de 2013.** Estabelece procedimentos para o empenho de recursos referentes a transferências voluntárias no âmbito do Ministério da Cultura.
- ♦ **Portaria MinC nº 845, de 24 de outubro de 2013.** Dispõe prazo para empenhar dotações orçamentárias no exercício de 2013 dentre outras datas limite para providências.
- ♦ **Ordem de Serviço Ibram nº 04, de 05 de setembro de 2013.** Dispõe sobre a Gestão dos Procedimentos Operacionais das Despesas com Diárias e Passagens e designa os usuários para o acesso ao Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.
- ♦ **Ordem de Serviço Ibram nº 01, de 29 de julho de 2013.** Dispõe sobre a padronização do entendimento do caráter da atividade eminentemente jornalística, constante do Art 2º, § 7º da Instrução Normativa Ibram nº 01/2013.
- ♦ **Instrução Normativa Conjunta nº 01, de 23 de março de 2012.** Disciplina o exercício das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal.
- ♦ **Portaria Ibram nº 425, de 30 de novembro de 2012.** Dispõe sobre os procedimentos para o atendimento das demandas do Poder Judiciário, do Ministério Público Federal ou Estadual, da Advocacia-Geral da União e da Defensoria-Geral da União.
- ♦ **Portaria Ibram nº 424, de 30 de novembro de 2012.** Institui o Programa de Serviço Voluntário do Instituto Brasileiro de Museus e aprova critérios para a Participação no programa.
- ♦ **Portaria Ibram nº 251 de 26 de julho de 2012.** Subdelega competência aos diretores das Unidades Museológicas detentoras de unidades gestoras executoras (autorizar a celebração de novos contratos administrativos ou a prorrogação dos contratos em vigor relativos às atividades de custeio com valores inferiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); e ratificar as dispensas e as inexigibilidades (alterando as alíneas "c" e "d" do Inciso III da Portaria do nº 130 de 7 de agosto de 2009 do Instituto Brasileiro de Museus).
- ♦ **Ordem de Serviço Ibram nº 01, de 31 de novembro de 2012.** Dispõe sobre os procedimentos para recebimento de citações, intimações e notificações encaminhadas pelo Poder Judiciário.

- ♦ **Instrução Normativa Ibram nº 1, de 27 de outubro de 2011.** Dispõe sobre as relações entre os Museus que integram o Instituto Brasileiro de Museus e as Associações de Amigos de Museus.
- ♦ **Portaria Ibram nº 372, de 15 de dezembro de 2011.** Dispõe sobre a criação do Comitê de Pesquisa no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus.
- ♦ **Portaria Ibram nº 268, de 06 de setembro de 2011.** Dispõe sobre a Gestão de Informações no âmbito da Administração Central e Unidades Museológicas do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram.
- ♦ **Portaria Ibram nº 231, de 29 de julho de 2011.** Estabelece procedimentos técnicos e administrativos para compra de acervos no âmbito dos Museus vinculados ao Ibram.
- ♦ **Portaria Ibram nº 232, de 29 de julho de 2011.** Estabelece padrões mínimos para dias e horários de abertura das exposições nas unidades museológicas que integram a estrutura do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram.
- ♦ **Portaria Ibram nº 196, de 22 de junho de 2011.** Institui a Biblioteca Depositária do Centro Nacional de Estudos e Documentação da Museologia da Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal do Instituto Brasileiro de Museus (BD/CENEDOM/CGSIM/IBRAM).
- ♦ **Portaria Ibram nº 174, de 16 de maio de 2011.** Criar a Câmara Técnica de Normas e Padrões de Sistemas Informatizados de Catalogação e Gestão do Patrimônio Museológico Brasileiro, cuja finalidade é fomentar o estudo e estabelecer normas, diretrizes, padrões, procedimentos técnicos e instrumentos legais para o desenvolvimento e a integração de sistemas informatizados de catalogação e gestão de acervos museológicos, no âmbito brasileiro.
- ♦ **Portaria Ibram nº 170, de 25 de maio de 2011.** Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos e das Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos do Instituto Brasileiro de Museus.
- ♦ **Portaria Iphan nº 420, de 22 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno.
- ♦ **Portaria Iphan nº 187, de 11 de junho de 2010.** Dispõe sobre os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado, a imposição de sanções, os meios de defesa, o sistema recursal e a forma de cobrança dos débitos decorrentes das infrações.
- ♦ **Decreto nº 6.845, de 07 de maio de 2009.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, e dá outras providências.
- ♦ **Portaria Ibram nº 130 de 07 de agosto de 2009.** Delega competência aos Diretores das Unidades Museológicas, para, no desempenho de suas atividades, quando aplicável, praticar atos de gestão nas seguintes áreas: representação legal, pessoal e patrimonial.
- ♦ **Portaria Normativa nº 1, de 12 de janeiro 2007.** Dispõe sobre as relações entre as Unidades Especiais, Museus Regionais e Centros Culturais vinculados ao Iphan e as suas Associações de Amigos.

- ♦ **Decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004.** Institui o Sistema Brasileiro de Museus e dá outras providências.
- ♦ **Instrução Normativa Iphan nº 1, de 25 de novembro de 2003.** Dispõe sobre a Acessibilidade aos Bens Culturais Imóveis Acautelados em nível Federal, e outras categorias, conforme especifica.

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Prestadora de Contas

♦ **Coleção ArqMuseus/ BiblioMuseus – Preservação de Acervos (2014):**

Coleção composta por quatro volumes, que visam estimular e dar subsídios técnicos para o planejamento e o estabelecimento de uma política de preservação para os acervos arquivísticos e bibliográficos dos museus, compreendendo o desenvolvimento de procedimentos regulares de conservação . Compõem a coleção os seguintes títulos:

- Volume 1: Manual de Diagnóstico de Conservação para Acervos Arquivísticos e Bibliográficos;
- Volume 2: Guia para Elaboração de Políticas de Preservação para Acervos Arquivísticos e Bibliográficos;
- Volume 3: Manual de Higienização e Controle de Pragas em Acervos Arquivísticos e Bibliográficos;
- Volume 4: Guia de Procedimentos de Mudança para Acervos Arquivísticos e Bibliográficos.

♦ **Manual de Preenchimento e questionário da Pesquisa Anual de Museus (PAM - 2014)**

Manual de apresentação e orientação aos museus, visando a participação na Pesquisa Anual de Museus 2014 (PAM). O resultado dessa coleta de informações contribuirá para diagnóstico atualizado do setor e para o monitoramento de políticas públicas, em especial, o Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM) e o Plano Nacional de Cultura (PNC).

♦ **Programa para a Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado (2013):**

Publicação de caráter institucional que define as estratégias de ação do IBRAM no campo da preservação e segurança para acervos musealizados.

♦ **Cartilha de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro (2013):**

Publicação de caráter didático que apresenta, por meio de perguntas e respostas, a gestão de riscos para acervos musealizados.

♦ **Cadernos Museológicos “Acessibilidade a Museus” (2012):**

A publicação é um manual técnico que visa orientar os museus a se tornarem mais acessíveis a pessoas com deficiência.

♦ **Cadernos Museológicos “Segurança em Museus” (2012):**

A publicação inaugural da coleção do Ibram/MinC. Apresenta um olhar específico sobre o tema visando estimular a reflexão sobre o assunto e contribuir para o aperfeiçoamento

e a humanização das políticas, dos sistemas e das estratégias de segurança adotadas pelos museus brasileiros.

♦ **Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Ibram (2014-2016):**

Este documento visa o alinhamento das ações de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC aos objetivos estratégicos institucionais, adequando os processos de governança de TI.

□ **Guia dos Museus Brasileiros (2010):**

O guia traz dados como ano de criação, situação atual, endereço, horário de funcionamento, tipologia de acervo, acessibilidade, infraestrutura para recebimento de turistas estrangeiros e natureza administrativa de mais de 3 mil museus mapeados pelo Ibram em território nacional.

As informações foram organizadas de modo a facilitar a consulta pelo usuário. Os museus estão divididos por região, estado e município. Legendas com símbolos indicam os dados citados. Ao final da publicação, um índice remissivo relaciona os nomes de todas as instituições.

♦ **Museus em Números (2010):**

Publicação apresentada em dois volumes, que oferece um panorama estatístico nacional e internacional do setor de museus e textos analíticos sobre a situação dos museus nas unidades federativas.

Além de um cenário nacional com base nos mais de 3.000 instituições mapeadas pelo CNM, a publicação oferece ainda, dados pormenorizados referentes a 1.500 mil instituições museológicas brasileiras que responderam ao questionário de pesquisa do CNM à época do levantamento de dados (setembro 2010).

□ **Plano Nacional Setorial de Museus - 2010/2020:**

Como parte integrante do Plano Nacional de Cultura, o Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM) organiza, estrutura e viabiliza as políticas públicas voltadas para o setor museal no país. Nesse sentido, deverá adequar-se à estrutura de planejamento, nos moldes do Plano Plurianual, contemplando e indicando ações (projetos ou atividades) metas e estimativas orçamentárias.

♦ **Política Nacional de Museus (2003):**

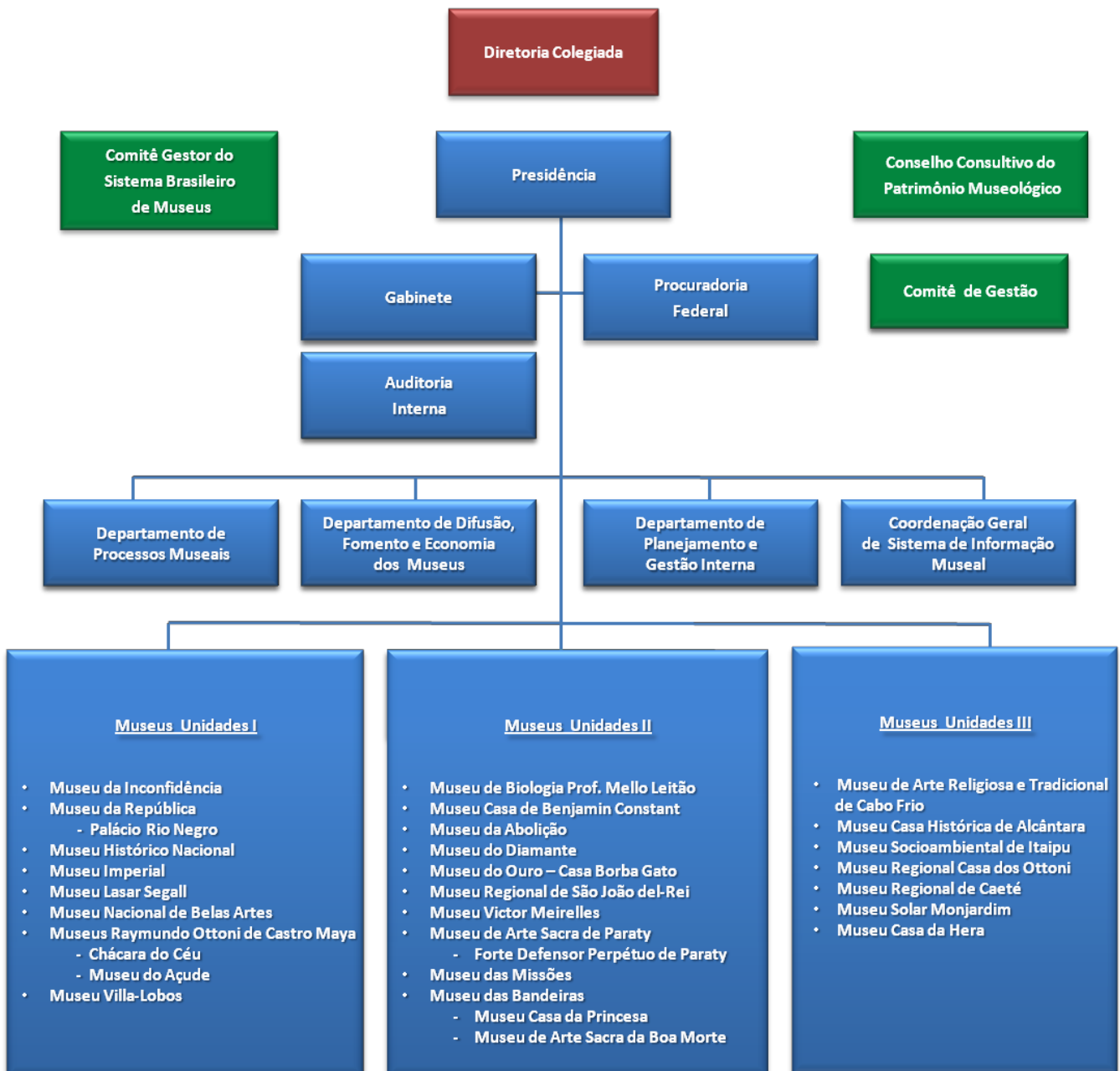
Na gestão 2003-2006, o Ministério da Cultura estabeleceu, juntamente com a comunidade museológica, as bases da política do governo federal para o setor, por meio do Caderno da Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania. A instituição desta Política possibilitou novas formas de fomento para o setor, bem como a criação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), do Cadastro Nacional de Museus (CNM), do Estatuto de Museus e do próprio Ibram, e culmina com a elaboração do Plano Setorial de Museus.

3.5. Ambiente de atuação

O Ibram é uma autarquia vinculada ao Ministério da Cultura. Seu campo de atuação limita-se à política pública do campo museal, na forma de sua lei de criação e do Estatuto dos Museus. Assim, não é entidade econômica ou vinculada ao Mercado.

3.6. Organograma

Figura 1 - Organograma



O organograma do Ibram é composto pelos seguintes órgãos, de acordo com o Decreto nº 6.845/2009 e o seu Regimento Interno:

I - Órgãos Colegiados:

1. Diretoria – DIR;
2. Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico – CCPM; e
3. Comitê de Gestão – COG.

II - Órgão de Assistência direta e imediata ao Presidente:

1. Gabinete – GAB;
2. Serviço de Apoio ao Gabinete – SAG.

III - Órgãos Seccionais:

1. Procuradoria Federal – PROFER;
2. Auditoria Interna – AUDIN; e
3. Departamento de Planejamento e Gestão Interna – DPGI.
 - 3.1. Coordenação de Gestão de Pessoas – CGP;
 - 3.1.1. Divisão de Benefícios – DBEN;
 - 3.1.2. Divisão de Administração de Pessoas – DAP;
 - 3.1.3. Divisão de Capacitação e Organização – DCO;
 - 3.2. Coordenação de Recursos Logísticos e Licitações – CRLI;
 - 3.2.1. Divisão de Licitações – DLIC;
 - 3.2.2. Divisão de Contratos – DCONT;
 - 3.2.3. Divisão de Passagens, Patrimônio e Documentação – DPPD;
 - 3.2.4. Divisão de Serviços Gerais, Infraestrutura, Suprimentos e Transportes – DSGIST;
 - 3.3. Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade – COFIC;
 - 3.3.1. Divisão de Programação Orçamentária e Financeira – DPOF;
 - 3.3.2. Divisão de Execução Orçamentária e Financeira – DEOF;
 - 3.3.3. Divisão de Contabilidade – DCON;
 - 3.4. Coordenação de Tecnologia e Informação – CTINF; e
 - 3.4.1. Divisão de Suporte – DSUP. IV

IV - Órgãos Específicos Singulares:

1. Departamento de Processos Museais – DPMUS.
 - 1.1. Coordenação de Acervo Museológico – CAMUS;
 - 1.1.1. Divisão de Normatização – DINOR;
 - 1.1.2. Divisão de Fiscalização – DIFISC;
 - 1.2. Coordenação de Preservação e Segurança – COPRES;
 - 1.2.1. Divisão de Preservação e Segurança – DIPRES;
 - 1.3. Coordenação de Espaços Museais e Arquitetura – CEMA;
 - 1.3.1. Divisão de Arquitetura – DIARQ;
 - 1.4. Coordenação de Museologia Social e Educação – COMUSE;
 - 1.4.1. Divisão de Museologia Social – DIMUS; e
 - 1.4.2. Divisão de Educação – DEDUC.
2. Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus – DDFEM.
 - 2.1. Coordenação de Promoção e Gestão da Imagem Institucional – CPGII;
 - 2.1.1. Divisão de Promoção Museal – PROMUS;
 - 2.3. Coordenação de Financiamento e Fomento – CFF;
 - 2.3.1. Divisão de Fomento – DFO;
 - 2.3.2. Divisão de Incentivos Fiscais – DIF;
 - 2.4. Coordenação de Estratégia e Sustentabilidade – CES;
 - 2.4.1. Divisão de Gestão Institucional de Museus – DGI;

- 2.4.2. Divisão de Sustentabilidade Socioeconômica – DSS;
- 2.4.3. Divisão de Estudos e Economia dos Museus – DEM; e
- 2.5. Coordenação de Comercialização de Produtos – CCP.
- 3. Coordenação-Geral de Sistemas de Informação Museal – CGSIM.
- 3.1. Coordenação de Arquivos e Bibliotecas de Museus – CAB;
- 3.2. Coordenação de Produção e Análise da Informação – CPAI; e
- 3.3. Coordenação de Arquitetura da Informação Museal – CAINF.

V - Órgãos Descentralizados:

a) Unidades Integradas

- I - Museu Casa Benjamin Constant;
- II - Museu Histórico de Alcântara;
- III - Museu Casa das Princesas;
- IV - Museu da Abolição;
- V - Museu da Inconfidência;
- VI - Museu da República/Palácio Rio Negro;
- VII - Museu das Bandeiras;
- VIII - Museu das Missões;
- IX - Museu de Arqueologia de Itaipu;
- X - Museu do Diamante;
- XI - Museu do Ouro/Casa de Borba Gato;
- XII - Museu Forte Defensor Perpétuo;
- XIII - Museu Histórico Nacional;
- XIV - Museu Imperial;
- XV - Museu Lasar Segall;
- XVI - Museu Nacional de Belas Artes;
- XVII - Museus Raymundo Ottoni de Castro Maya (Chácara do Céu e Museu do Açude);
- XVIII - Museu Regional Casa dos Ottoni;
- XIX - Museu Regional de Caeté;
- XX - Museu Regional de São João Del-Rey;
- XXI - Museu Solar Monjardim;
- XXII - Museu Victor Meirelles; e
- XXIII - Museu Villa-Lobos.

b) Unidades Administradas

- I - Museu Casa da Hera;
- II - Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio;
- III - Museu de Arte Sacra de Paraty; e
- IV - Museu de Arte Sacra da Boa Morte.

Os órgãos específicos singulares e os órgãos descentralizados são responsáveis pela condução dos principais macroprocessos finalísticos do Ibram, enquanto os macroprocessos de apoio são gerenciados pelos órgãos seccionais.

Quadro 1. Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Gabinete	Assessoria direta e imediata ao Presidente	Eneida Braga Rocha de Lemos	Chefe de Gabinete	01/01/2015 a 14/04/2015
		Marcos Jose Mantoan		15/04/2015 até o momento
Assessoria de Gestão Estratégica	Assessoramento ao Gabinete da Presidência do Instituto Brasileiro de Museus na coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades relacionadas ao planejamento estratégico do Ibram	Emerson José de Almeida Santos	Assessor da Presidência	01/01/2015 a 13/11/2015
		Ana Carolina S. Paulo	Assessor da Presidência Substituta	14/11/2015 a 31/12/2015
Departamento de Difusão, Fomento e Economia de Museus (DDFEM)	Desenvolver e implantar programas, projetos e ações que promovam e valorizem o potencial intersetorial e multidisciplinar das atividades dos museus e o protagonismo dos museus como vetores de desenvolvimento socioeconômicos, de acordo com o art. 17 do Decreto nº 8.645/2009.	Eneida Braga Rocha de Lemos	Diretor	2015
Departamento de Processos Museais (DPMUS)	Subsidiar, propor e estabelecer políticas e diretrizes para o aprimoramento, o desenvolvimento e atuação dos museus brasileiros, com vistas à ampliação do uso e do acesso aos bens culturais musealizados, dentre outras competências fixadas pelo art. 16 do Decreto nº 8.645/2009.	João Luiz Domingues Barbosa	Diretor	01/01/2015 a 22/04/2015
		Manuelina Maria Duarte Candido		23/04/2015 até o momento

Departamento de Planejamento e Gestão Interna (DPGI)	Dentre outras finalidades definidas pelo Decreto nº 8.645/2009, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas ao Sistemas Federais de Pessoal Civil da Administração Federal, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Serviços Gerais, de Administração Financeira e de Contabilidade Federal no âmbito do Ibram	Marcelo Helder Ferreira Maciel	Diretor Substituto	01/01/2015 a 07/07/2015
		Valéria Grilanda Rodrigues Paiva	Diretora	08/07/2015 até o momento
Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal (CGSIM)	Tornar o Ibram uma referência de qualidade no ciclo da informação museal brasileira. Sua incumbência principal é elaborar e coordenar sistemas que, por um lado, permitam a geração, processamento, preservação, circulação e uso das informações e indicadores para a Política Nacional de Museus e, por outro, contribuam para a melhoria da gestão das instituições museológicas.	Rose Moreira de Miranda	Coordenadora Geral	2015

3.7. Macroprocessos finalísticos

Quadro 2. Macroprocessos Finalísticos				
Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Educação Museal	Consiste em práticas e processos educativos que, por meio dos bens musealizados e de diversas relações de mediação, contribuem para a construção simbólica e concreta do significado de patrimônio cultural partilhado por um grupo, comunidade ou sociedade, valorizando-o diante da diversidade.	1.Implementação e customização do Ambiente Virtual de Aprendizagem, utilizando o moodle; 2.Realização de projeto-piloto do Programa.	Sociedade Civil	Coordenação de Museologia Social e Educação/Departamento de Processos Museais
Museologia Social	Contribuir para o desenvolvimento de processos museais em comunidades populares e tradicionais de acordo com suas especificidades”, promovendo o direito à memória, garantido pela Constituição.	1.Participação em Comissões de Seleção de projetos relacionados à temática; 2.Articulação dos Encontros Regionais; 3.Organização de Seminário do Programa Pontos de Memória; 6.Articulação de parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF para realização do Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários; 7. Organização da 4ª edição dos Colóquios Museológicos do Ibram; 8.Articulação de oficinas presenciais ofertadas pelo Programa Pontos de Memórias.	Sociedade Civil	Coordenação de Museologia Social e Educação/Departamento de Processos Museais
Gestão do Patrimônio Museológico	Normatização de procedimentos ligados à conservação, segurança e proteção dos acervos musealizados, em especial aos bens de caráter museológico, no país; e sistematização do	1.Programa para a Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro; 2.Inventário Nacional de Bens	Setor Museológico e Sociedade Civil	Coordenação de Patrimônio Museológico/Departamento de Processos Museais

	controle dos bens culturais musealizados pertencentes aos museus do IBRAM, por meio de inventários e outros instrumentos normativos	Culturais Musealizados – INBCM 3.Destinação aos museus brasileiros de bens culturais apreendidos pela Receita Federal – Lei 12.840/13. 4.Planejamento e Gestão de Museus 5.Exportação Temporária de Bens Culturais Musealizados		
Modernização de Espaços Museais e Arquitetura	Ações de preservação e modernização nos museus visando condições adequadas de conservação, uso, acessibilidade, segurança, conforto ambiental e sustentabilidade arquitetônica dos espaços museais e do seu acervo.	1.Museu da República: Restauração das esculturas do jardim. 2.Museu Histórico Nacional: Elaboração do projeto de impermeabilização do Pátio de Santiago. 3.Museu Nacional de Belas Artes: Obra de readequação da Casa de Chá. Prospecções estratigráficas do hall de entrada, sala Aloísio Magalhães, hall do Salão Nobre e Salão Nobre: Aquisição de novo mobiliário para a biblioteca. 4.Museu Chácara do Céu: Obra de modernização da cobertura da casa principal. 5.Museu Villa-Lobos: Obra de melhoria da calçada e muro frontal. 6.Museu Lasar Segall: Obra de modernização das instalações elétricas e da cobertura. 7.Museu de Arte Sacra de Paraty: Execução de cobertura, forros e instalações elétricas. Execução da expografia e da	Servidores, terceirizados e comunidade	Coordenação de Espaços Museais, Arquitetura e Expografia do Departamento de Processos Museais/Departamento de Planejamento e Gestão Interna

		<p>luminotécnica do museu.</p> <p>8.Museu Forte Defensor Perpétuo: Obra de recuperação da cobertura do Museu.</p> <p>9.Museu Casa da Hera: Obra de recuperação da cobertura e instalações prediais: elétrica, cabeamento estruturado, infraestrutura para sistema de segurança, SPDA e armazenamento de água do Museu.</p> <p>10.Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio: Obra de recuperação das instalações elétricas e telhado.</p>		
Planejamento e desenvolvimento de ações de promoção e divulgação do Ibram e dos museus brasileiros:	<p>Coordenadas pelo Ibram e realizadas pelas instituições museológicas brasileiras, a Semana Nacional de Museus e a Primavera dos Museus são ações anuais, com duração de uma semana cada, que têm o propósito de mobilizar os museus brasileiros a partir de um esforço de concertação de suas programações em torno de um mesmo tema, intensificando a relação desses com a sociedade. O Fórum Nacional de Museus é um evento bienal, de abrangência nacional, com o objetivo de promover a reflexão, avaliação e delineamento de diretrizes para a Política Nacional de Museus – PNM .</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Semana Nacional de Museus 2. Primavera dos Museus 3. Fórum Nacional de Museus. 	<p>Sociedade, museus brasileiros, campo museal e o próprio Instituto Brasileiro de Museus.</p>	<p>Coordenação de Promoção e Gestão da Imagem Institucional/Departamento de Difusão, Fomento e Economia de Museus</p>
Estudos Socioeconômicos e Sustentabilidade	<p>Desenvolvimento de cenários, estudos, pesquisas e relatórios sobre a dimensão socioeconômica, com indicadores, informações e avaliação de resultados das ações e programas voltados ao setor museal</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Levantamento dos Investimentos Públicos Federais realizados em Instituições Museais ao amparo do Sistema MinC; 2. Pesquisa de Impacto Socioeconômico da Semana Nacional de Museus; 3. Linha de Ação “Sustentabilidade das instituições 	<p>O próprio Instituto; Instituições museológicas; gestores de museus públicos e privados; gestores de sistemas regionais de museus; empresários; pesquisadores e docentes do setor;</p>	<p>Coordenação de Estudos Socioeconômicos e Sustentabilidade/Departamento de Difusão, Fomento e Economia de Museus</p>

		e processos museais Ibero-americanos”, projeto desenvolvido pelo Brasil, coordenado pelo Ibram, no contexto do Programa Ibermuseus.	estudantes; profissionais de museus; e profissionais da área cultural.	
Fomento e Financiamento ao Campo Museal	Subsídio e coordenação do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC - no âmbito do setor museológico pelo estímulo à participação da sociedade civil no apoio e financiamento das atividades dos museus; bem como Realização de Editais para seleção de projetos/iniciativas com vistas ao conveniamento e ou premiação, visando à difusão, à sustentabilidade e ao desenvolvimento dos museus brasileiros.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Análise de projetos e emissão de pareceres técnicos para subsidiar a avaliação da Comissão Nacional de Incentivo à Cultural – CNIC; 2. Realização de chamamento Público na modalidade de prêmios e convênios visando apoiar financeiramente a execução de projetos para modernização de instituições museológicas, fortalecimento de sistemas de museus e promoção e fomento do campo museal. 3. Realização de convênios e instrumentos congêneres para a execução de projetos oriundos de emenda parlamentar e de editais. 	A sociedade; os museus brasileiros e o campo museal.	Coordenação de Fomento e Financiamento/Departamento de Difusão, Fomento e Economia de Museus
Desenvolvimento e Gestão de Projetos Inovadores e Parcerias Institucionais	Identificação, desenvolvimento e formalização de instrumentos de cooperação voltados para a gestão de projetos inovadores no âmbito do setor museal em articulação com outras políticas públicas.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoio Técnico para Implantação de Novos Museus e aos Museus Ibram; 2. Criação de Museus Nacionais na esfera federal; 3. Normatização e Apoio Técnico para estruturação de parcerias sem repasse de recursos aos Museus Ibram; 4. Elaboração de manual sobre o papel das Associações de Amigos de Museus e Voluntariado; 5. Parceria com o Instituto Cultural da Google; e 	Ibram; Campo Museal Sociedade brasileiro; Museus do Ibram; Setor Museal; Museus Ibram.	Coordenação de Difusão e Desenvolvimento de Parcerias /Departamento de Difusão, Fomento e Economia de Museus

		6. Parceria com o MinC/SPC para inclusão do setor de museus em ações voltadas para a Economia da Cultura e sua internacionalização.		
Desenvolvimento de Projetos de Difusão Institucional	Identificação, desenvolvimento e formalização de instrumentos de cooperação voltados para as ações de difusão institucional em caráter interdisciplinar e multisetorial.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecendo Museus – 4ª Edição; 2. Atualização de normatização e orientações para uso de imagem e reprodução de acervo dos Museus Ibram; 3. Apoio Técnico para estruturação de instrumentos de cessão de uso das imagens dos museus e seus respectivos acervos; 4. Processo participativo de elaboração de Metas para o Plano Nacional Setorial de Museus – PNSM; e 5. Elaboração do Relatório do 6º Fórum Nacional de Museus 	Museus participantes da série; sociedade Brasileira; Museus Ibram, sociedade em geral; Setor Museal; e SBM.	Coordenação de Difusão e Desenvolvimento de Parcerias/ Departamento de Difusão, Fomento e Economia de Museus
Pesquisa, diagnóstico e estatística museal	Levantamentos e pesquisas voltados para a produção de estatísticas e cartografias museais. Abrange as ações do Cadastro Nacional de Museus com o mapeamento e levantamento periódico de informações sobre os museus brasileiros por meio da aplicação da Pesquisa Anual de Museus – PAM.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Pesquisa Anual de Museus 2. Museusbr 3. boletins temáticos 4. produção de cartografias museais. 	Museus brasileiros, órgãos públicos, imprensa (nacional e internacional), órgãos internacionais de museus.	Coordenação de Produção e Análise da Informação /Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal
Monitoramento e incentivo às políticas públicas setoriais	Produção e disseminação de conhecimento sobre os museus brasileiros e suas políticas públicas com o suporte técnico ao campo museológico por meio da articulação entre os sistemas de museus nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal e demais órgãos públicos competentes.	Rede Nacional de Identificação de Museus - Renim	Museus brasileiros, Sistemas de Museus (estaduais, distrital e municipais), órgãos públicos, imprensa (nacional e internacional), órgãos internacionais de museus.	Coordenação de Produção e Análise da Informação / Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal

Estudos e Contagem de Público	Coleta, análise, monitoramento e compartilhamento de dados de visitação aos museus. Compreende os processos de levantamento de informa�es de público dos museus do Ibram, mensalmente (Formulário de Visita�o Mensal - FVM), e anualmente dos museus brasileiros (Formulário de Visita�o Anual – FVA).	1. Formulário de Visita�o Mensal – FVM 2. Formulário de Visita�o Anual – FVA	Museus brasileiros, órgãos públicos, imprensa (nacional e internacional), órgãos internacionais de museus.	Coordena�o de Produ�o e Análise da Informa�o/ Coordena�o Geral de Sistemas de Informa�o Museal
Gestão Documental	Implanta�o de procedimentos e metodologias de gestão documental em conformidade com a legisla�o do serviço público.	1. Apoio técnico � gestão de documentos. 2. Estudo e acompanhamento de legisla�es públicas para normatiza�es e elabora�o de procedimentos internos. 3. Estabelecimento de Grupo de Trabalho para analisar a viabilidade de adesão ao Processo Eletrônico Nacional (PEN) e a ado�o do Sistema Eletrônico de Informa�es (SEI) no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus, por meio da Portaria Ibram n� 441, de 16 de novembro de 2015.	Ibram Sede, suas representa�es administrativas e unidades museológicas	Coordena�o de Arquivos e Bibliotecas de Museus – CAB / Coordena�o Geral de Sistemas de Informa�o Museal
Gestão do Patrimônio Bibliográfico dos Museus	Estabelecimento de políticas, programas e a�es relacionadas � promo�o, difusão e integra�o das bibliotecas de museus, com especial ênfase para a normatiza�o de procedimentos ligados � preserva�o, segurança, acesso e difusão dos bens culturais bibliográficos do Ibram.	1. Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados – INBCM – bens de natureza bibliográfica; 2. Inventário do Acervo Bibliográfico dos Museus do Ibram; 3. Estudo de sistema de gestão de bibliotecas gratuito e de livre distribui�o para implanta�o na Institui�o;	Setor Museológico, Sociedade Civil, Ibram Sede e unidades museológicas	Coordena�o de Arquivos e Bibliotecas de Museus/ Coordena�o-Geral de Sistemas de Informa�o Museal
Gestão do Patrimônio Arquivístico dos Museus	Estabelecimento de políticas, programas e a�es relacionadas � promo�o, difusão e integra�o dos arquivos de museus, com	1. Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados – INBCM – bens de natureza	Setor Museológico, Sociedade Civil, Ibram Sede e unidades	Coordena�o de Arquivos e Bibliotecas de Museus/ Coordena�o-Geral de Sistemas de

	especial ênfase para a normatização de procedimentos ligados à preservação, segurança, acesso e difusão dos bens culturais arquivísticos do Ibram.	arquivística; 2. Inventário do Acervo Arquivístico dos Museus do Ibram; 3. Estudo de sistema de gestão de arquivos gratuito e de livre distribuição para implantação na Instituição;	museológicas	Informação Museal
--	--	--	--------------	-------------------

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTARIO E OPERACIONAL.

4.1. Planejamento organizacional

Em agosto de 2013, o Ibram lançou seu planejamento estratégico representado pelo Mapa Estratégico, tendo definido sua missão, visão, valores bem como objetivos estratégicos e respectivos indicadores e conjuntos de iniciativas. Em 2014, tendo identificado o alinhamento das estratégias do Plano Nacional de Cultura - PNC, as diretrizes do Plano Nacional Setorial de Museus - PNSM e os objetivos estratégicos, o Instituto liderou o processo de revisão do PNSM que culminou no 6º Fórum Nacional de Museus - FNM com a aprovação dos indicadores das (35) diretrizes prioritárias do PNSM.

A recente revisão do PNSM orientou a revisão em 2015 do Mapa Estratégico do Ibram, da mesma forma como a revisão do PNC, em 2014, também orientou a revisão do Mapa Estratégico do MinC em 2015.

A esse movimento de integração dos instrumentos de planejamento, no qual o Ibram se alinha ao MinC, algumas instâncias decisórias foram chamadas a colaborar. É o caso do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus - CGSBM que instituiu GT específico para acompanhar o processo de revisão do PNSM. Também foi o caso do Comitê de Gestão do Ibram, reunido pela primeira vez por ocasião do 6º FNM para ser apresentado à proposta de integração dos museus ao processo de revisão do Mapa Estratégico do Instituto.

Trata-se de um movimento paralelo de integração das instâncias decisórias internas e externas ao Ibram, previstas pelo Estatuto de Museus e pela Lei de criação do Ibram, ao processo de acompanhamento da implementação e avaliação das políticas públicas voltadas para o setor museal.

Tendo em vista a dimensão desse duplo desafio, o Ibram previu em seu Regimento Interno, por meio da Portaria Ibram nº 50, de 27 de janeiro de 2015, uma Assessoria de Gestão Estratégica – AGE para assessorar o Gabinete da Presidência na coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades relacionadas ao planejamento estratégico do Instituto. Assim, a AGE estabeleceu-se com as incumbências de coordenar, acompanhar e avaliar as atividades relacionadas ao monitoramento e a avaliação do PNSM e coordenar o monitoramento das metas do PNC sobre a atuação do Ibram, subsidiando o MinC na avaliação do PNC; adotar o Sistema de Gestão de Planejamento Estratégico (GEPLANES), ferramenta que facilitará o processo de operacionalização do planejamento estratégico do Ibram, representado pelo seu Mapa Estratégico; e acompanhar a elaboração da proposta orçamentária do Ibram em consonância com o PNC, o PNSM e o planejamento estratégico do Ibram.

O Mapa Estratégico é um instrumento gerencial e de comunicação que elenca a missão, a visão de futuro, os valores, objetivos estratégicos, indicadores de desempenho, metas e iniciativas, de forma a estabelecer a relação causa-efeito entre eles. O Mapa Estratégico abrange três níveis principais: foco em resultados, foco de atuação e organização interna. Foi construído visando à participação do maior número de colaboradores do Ibram, bem como o envolvimento das Unidades Museológicas nos seguintes termos:

- Mapeamento da percepção dos Diretores dos Museus com relação à atuação estratégia da instituição;
- Contribuição aos descritivos dos objetivos estratégicos e à disponibilização de informações sobre as iniciativas estratégicas desenvolvidas pelos museus.

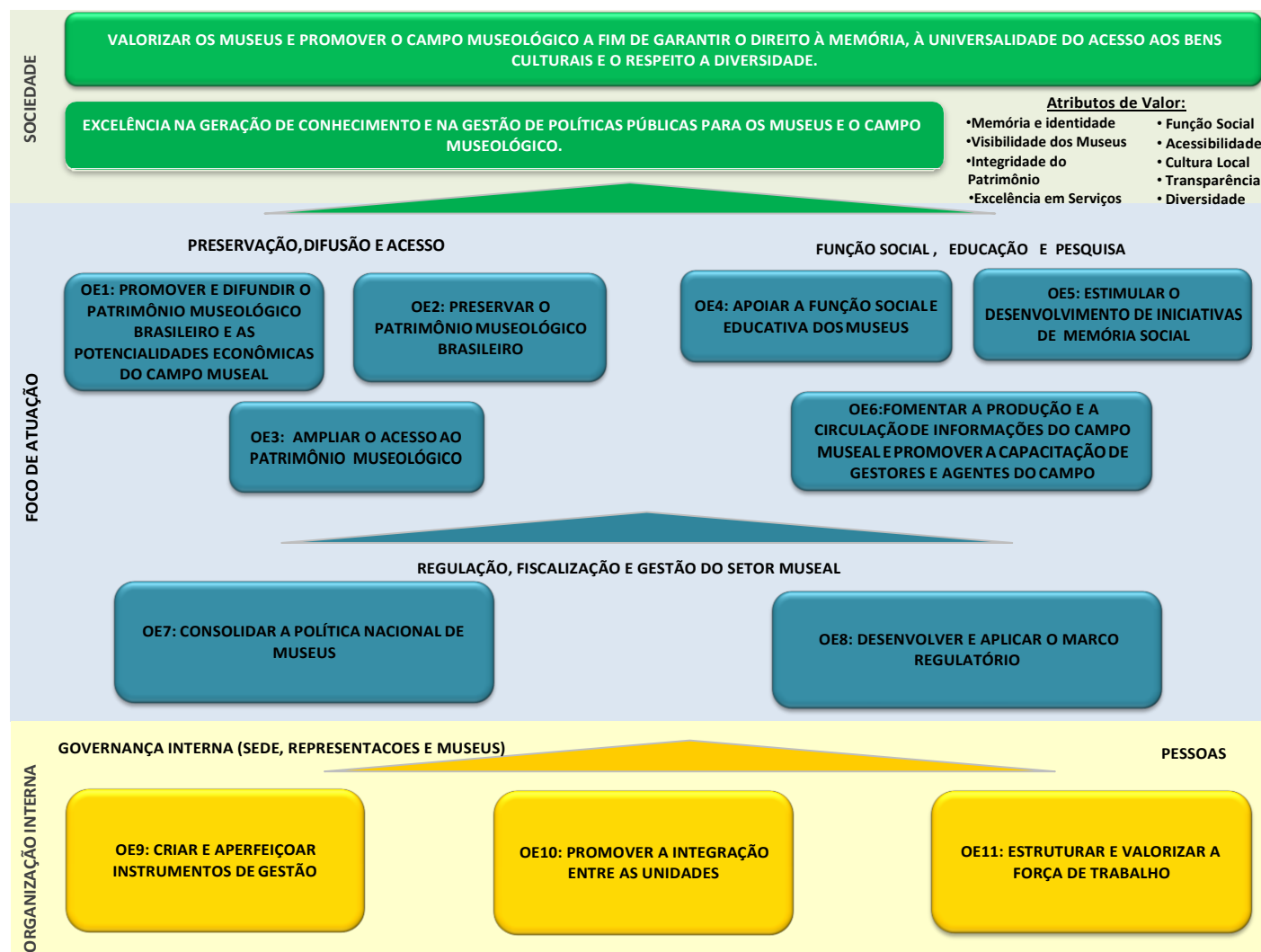
A seguir apresenta-se o Mapa Estratégico do Ibram 2013, bem como o Mapa

Estratégico do Ibram implementado em dezembro 2015. Ressaltamos que a revisão do Mapa Estratégico foi finalizada em dezembro de 2015. Assim, todas as informações referentes ao assunto serão relativas à versão 2013.

Figura 2. Mapa Estratégico Ibram - 2013



Figura 3. Mapa Estratégico Ibram - 2015



A seguir, são apresentados os principais instrumentos de planejamento utilizados pelo Ibram.

Programa de Pactuação de Desempenho

Apesar da dificuldade de aliar o planejamento setorial ao planejamento orçamentário do Governo Federal, que é fortemente contingente, o Ibram, junta-se ao esforço do MinC de buscar alternativas para enfrentar esse desafio.

Nessa linha de integração desses instrumentos de planejamento, PPA e planejamentos setoriais (PNC e PNSM), o MinC, em 2012, implantou o Programa de Pactuação de Desempenho – Portaria MinC n.º 149, de 21 de novembro de 2012 – com o objetivo de aprimorar a gestão e desempenho dos órgãos e entidades integrantes do Sistema MinC.

Idealizado pelo MinC, o *Programa de Pactuação de Desempenho* tem por objetivo o aprimoramento da gestão e desempenho dos órgãos e entidades integrantes do Sistema MinC. O Programa consiste na formalização, em documento assinado entre o Gabinete da Ministra e os órgãos e entidades do Sistema MinC, de metas, indicadores e projetos, alinhados com os objetivos estratégicos, e das regras de funcionamento dos processos de construção conjunta, de monitoramento e de avaliação. O referido Programa reforça a busca da convergência dos projetos de cada unidade do Ministério às orientações ministeriais, ao Sistema Nacional de Cultura – SNC, ao PNC, à Pauta Prioritária, aos Planos Setoriais e a outros marcos legais.

O Programa está baseado na assinatura de *Acordos de Desempenho* entre o Gabinete da Ministra e as secretarias e vinculadas do MinC. A pactuação será explicitada e formalizada em Acordos de Desempenho, com validade anual. Esses acordos estabelecem, de forma negociada, metas e indicadores associados aos objetivos da unidade e seus projetos. O Acordo de Desempenho entre o MinC e o Ibram foi assinado no dia 20 de dezembro de 2012.

Em novembro de 2012 a referida Portaria foi publicada, instituindo o Programa e estabelecendo suas diretrizes, os mecanismos e regras de funcionamento; as características gerais dos acordos; e a composição e atribuições da comissão específica para monitoramento e avaliação dos acordos.

Metas do Plano Plurianual - PPA

Em dezembro de 2014 foi feita a revisão do PPA 2012-2015. Isso foi resultado do monitoramento das metas, realizado em 2014, gerando informações que apontaram para a necessidade de adequá-las devido a diversos fatores detalhados no sistema de monitoramento do PPA, conforme quadro ao final desta seção.

No âmbito do Ibram foram revisadas as seguintes metas propostas anteriormente:

- Integrar em rede 50% de bibliotecas e 50% dos arquivos que atuam no campo museológico brasileiro (dificilmente será atingida);
- Identificar e difundir o patrimônio museológico de 40% das instituições museais brasileiras (será atingida);
- Ampliar continuamente o número anual de visitantes aos museus brasileiros (será atingida);
- Implantar e/ou modernizar 60 unidades museais (será superada);
- Realizar 300 oficinas de capacitação do setor museal (será atingida);
- Identificar e premiar 180 novos pontos de memória (não será atingida).

4.1.2. Descrição sintética dos objetivos do exercício

Quadro 3. Objetivos e Metas PPA 2012-2015

Meta	Objetivo
Ampliar continuamente o número anual de visitantes aos museus brasileiros	0783 - Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade
Identificar e premiar 155 novos Pontos de Memória	0783 - Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade
Integrar em rede 50% de bibliotecas e 50% dos arquivos que atuam no campo museológico brasileiro	0783 - Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade
Identificar e difundir o patrimônio museológico de 40% das instituições museais brasileiras	0783 - Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade
Realizar 300 oficinas de capacitação do setor museal	0788 - Produzir fomentar e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira
Implantar e/ou modernizar 60 unidades museais	0783 - Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade

Objetivos Estratégicos

Quadro 4. Mapa Estratégico Ibram 2013-2015:

Macro Temas	Objetivos Estratégicos
Preservação/Difusão/Acesso	1. Promover E Difundir O Patrimônio Museológico Brasileiro Nacional E Internacionalmente 2. Desenvolver As Potencialidades Econômicas Do Campo Museal 3. Preservar, Proteger E Ampliar O Patrimônio Museológico Brasileiro 4. Democratizar E Ampliar O Acesso Ao Patrimônio Museológico
Função Social/Educação/Pesquisa	5. Promover A Função Social E Educativa Do Museu 6. Fomentar A Produção E A Circulação Do Conhecimento E Informações Do Campo Museal 7. Estimular O Surgimento E Desenvolvimento De Iniciativas De Memória Social 8. Promover A Capacitação De Gestores E Agentes Do Campo Museal
Planejamento e Gestão do Setor	9. Consolidar A Política Nacional De Museus E Seus Instrumentos 10. Consolidar Articulações Institucionais E Parcerias Intersetoriais 11. Estimular A Modernização Da Gestão Dos Museus
Regulação e Fiscalização	12. Aperfeiçoar O Marco Regulatório 13. Aperfeiçoar Os Processos De Monitoramento E Fiscalização
Governança Interna	14. Adequar A Estrutura Organizacional À Estratégia 15. Aperfeiçoar Mecanismos De Gestão 16. Implementar Sistema De Informação Integrado 17. Implantar A Gestão Do Conhecimento 18. Promover A Integração, Comunicação E Sinergia Interna Entre As Unidades
Pessoas	19. Estruturar E Valorizar O Quadro De Pessoal 20. Desenvolver As Competências Necessárias

4.1.3. Estágio de implementação do Planejamento Estratégico

Vide item 4.1

4.1.4. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Quadro 5. Vinculação de Planos

SIMINC (Iniciativa 2015)	Escopo conforme Inicativa do Mapa Estratégico do Ibram (Fichas elaborada em 2013)	Ação PPA	Meta PPA	Meta PNC	Diretriz PNSM
<p>Programa Pontos de Memória - PPM: Desenvolvimento e Implantação de Plataforma de Comunicação</p>	<p>A Constituição Federal (art.215 e 216) estabelece e o PNC promove a valorização da diversidade étnica e regional, bem como a democratização do acesso aos bens de cultura. Além dela, a Política Nacional de Museus, o Plano Nacional Setorial de Museus, o Estatuto de Museus - Lei nº 11.906/2009 tratam do direito à memória e Decreto nº 6.845/2009 estabelece como competência do DPMUS/IBRAM, dentre outras, contribuir para o desenvolvimento de processos museais em comunidades populares e tradicionais de acordo com suas especificidades. Desta forma, para promover o exercício do direito à memória, o programa tem como objetivo identificar e apoiar iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social desenvolvidas por comunidades, grupos, povos e movimentos sociais que trabalham a memória como direito e ferramenta de transformação social, através de uma metodologia participativa e dialógica. Suas ações são realizadas por meio de premiação, qualificação e articulação em rede; difusão da metodologia e das iniciativas, por meio de publicações, e realização de encontros de intercâmbio.</p>	<p>20ZH Preservação de Bens e Acervos Culturais</p>	<p>Fomento a 1,2 mil Projeto de Produção, Difusão e Circulação de Projetos, Atividades e Eventos Artísticos</p>	<p>19 - Aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão do conhecimento</p>	<p>05.03 Promover a criação de redes de integração dos museus, com a participação do poder público, com o objetivo de fortalecer e ampliar o campo de ação dos mecanismos de desenvolvimento museológico</p>

Produção Associada às Atividades de Museus	Etapa da iniciativa Programa Pontos de Memória. A ação consiste em fortalecer a relação museu-comunidade por meio de ações que valorizem a produção de grupos comunitários em alinhamento com os processos de registro de memória e da própria identidade do museu. Trata-se de oportunidade de inserir o tema da produção associada na agenda do campo museal, bem como de fomentar a relação entre museus e comunidades locais a partir do entendimento dos museus como agentes de desenvolvimento local. Em suma a iniciativa busca fortalecer grupos produtivos de mulheres e estimular a preservação da memória de suas comunidades.	20ZF Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	Realizar ações para o desenvolvimento sustentável de 300 comunidades remanescentes de quilombos, tradicionais e de terreiros	19 - Aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão do conhecimento	04.04 Incentivar o desenvolvimento de projetos e estruturas que contribuam para a sustentabilidade dos museus, de modo a promover a geração de emprego e renda
Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado	<p>O Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro visa estabelecer parâmetros necessários à preservação e segurança do patrimônio musealizado no Brasil em atendimento aos dispositivos presentes no Plano Nacional de Museus, no Plano Nacional Setorial de Museus, no Estatuto de Museus e, especificamente, no Decreto nº 6.845/ 2009 (Art.16) e na Lei 11.906/2009 de criação do IBRAM, no seu Art.4 .</p> <p>O gerenciamento de riscos nas unidades museológicas fornece uma visão abrangente dos diversos tipos de risco ao patrimônio musealizado brasileiro, desde eventos emergenciais e catastróficos até os diferentes processos de degradação que ocorrem de forma gradual e cumulativa.</p>	14U2 Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais	Implantar e/ou modernizar 60 unidades museais	19 - Aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão do conhecimento	05.04 Fomentar a capacitação de profissionais que atuam em museus nas áreas técnicas e administrativas e de outros agentes locais para a modernização e revitalização dos museus

Mantuição Predial dos Museus do IBRAM	A iniciativa visa a contratação de empresas de manutenção predial para possibilitar a manutenção contínua, ininterrupta, preventiva e sob demanda dos diversos sistemas prediais das instalações das unidades museológicas do Ibram, garantindo condições adequadas de funcionamento, segurança e sustentabilidade para o desenvolvimento das atividades nas sedes e museus do Ibram, buscando a maior economicidade e o menor impacto ambiental possível.	211F Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais	86 - Ampliar continuamente o número anual de visitantes aos museus brasileiros	28 - Aumento em 60% no número de pessoas que frequentam museu, centro cultural, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música	02.11 Estabelecer uma política de acessibilidade universal para museus e centros culturais.
Fiscalização do Patrimônio Museológico	O gerenciamento de riscos nas unidades museológicas fornece uma visão abrangente dos diversos tipos de risco ao patrimônio musealizado brasileiro, desde eventos emergenciais e catastróficos até os diferentes processos de degradação que ocorrem de forma gradual e cumulativa. Modelar e implementar processo de fiscalização de obrigações legais dos museus brasileiros, sejam eles vinculados ao IBRAM ou não, a fim de garantir o cumprimento das medidas necessárias ao bom funcionamento do setor museológico de acordo com o Estatuto de Museus.	20ZG Formulação e Gestão da Política Cultural	O Projeto/Atividade não contempla o atingimento de nenhuma Meta PPA	Não se aplica a nenhuma meta do PNC	05.02 Garantir a continuidade da Política Nacional de Museus e a consolidação do Estatuto de Museus, respeitando a diversidade regional, com a ampliação dos investimentos na área
Programa Nacional de Educação Museal - PNEM: Formação	A educação museal consiste em práticas e processos educativos que, por meio dos bens musealizados e de diversas relações de mediação, contribuem para a construção simbólica e concreta do significado de patrimônio cultural partilhado por um grupo, comunidade ou sociedade, valorizando-o diante da diversidade. A partir da Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, e seus desdobramentos, a educação nos museus assume um novo compromisso com a realidade social e com as transformações contemporâneas. De acordo com os dados da publicação Museus em Números quase metade dos museus brasileiros (48,1%) possuem um setor específico para ações educativas.	20ZF Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	O Projeto/Atividade não contempla o atingimento de nenhuma Meta PPA	18 - Aumento em 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura	03.08 Fomentar a criação de setores educativos nas instituições museológicas, no âmbito municipal, estadual, distrital e federal, e nos museus privados

Qualificação de Profissionais da Área Museológica	Programa de Formação e Capacitação de Profissionais de Museus - O programa visa propor, organizar, promover e realizar ações formativas - presenciais e a distância - voltadas para todos os colaboradores que atuam no campo museal e interessados; visa também estimular, apoiar e subsidiar cursos, oficinas, seminários e outras atividades de capacitação por meio de parcerias, termos de cooperação técnica e convênios.	20ZM Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural	Realizar 300 oficinas de capacitação do setor museal	18 - Aumento em 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura	02.06 Implantar políticas de qualificação para o quadro de profissionais que atuam na área museológica.
Planejamento e Gestão de Museus	Estimular o desenvolvimento de planejamento estratégico das unidades museais brasileiras, proporcionando maior aproveitamento dos recursos humanos e financeiros da instituição, resultando no fortalecimento e valorização dos museus.	Não tem	Não tem	Não tem	05.02 Garantir a continuidade da Política Nacional de Museus e a consolidação do Estatuto de Museus, respeitando a diversidade regional, com a ampliação dos investimentos na área
Requalificação de Museus do IBRAM	O programa é uma iniciativa da instituição formada por ações de preservação e modernização nos museus visando condições adequadas de conservação, uso, acessibilidade, segurança, conforto ambiental e sustentabilidade arquitetônica dos espaços museais e do seu acervo.	Não tem	93 - Implantar e/ou modernizar 60 unidades museais	Não tem	02.11 Estabelecer uma política de acessibilidade universal para museus e centros culturais.
Acervo em Rede: Acervo - Sistema de Catalogação e Gestão do Patrimônio Museológico	No Brasil existe uma carência expressiva por sistemas que permitam a gestão e a consulta integrada de informações acerca do patrimônio museológico preservado nas instituições museológicas e nas iniciativas de memória. Criado pelo Ibram, o Programa Acervo em Rede pretende aproximar, em uma única plataforma web, os diversos museus de todo o território nacional e unificar o patrimônio cultural musealizado, com o objetivo de permitir o intercâmbio de informações entre instituições. Desta forma, o	14U2 Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais	93 - Implantar e/ou modernizar 60 unidades museais	41 - 100% de bibliotecas públicas e 70% de museus e arquivos disponibilizando informações sobre seu acervo no SNIIC	02.11 Estabelecer uma política de acessibilidade universal para museus e centros culturais.

	<p>Acervo em Rede irá instrumentalizar os museus e as iniciativas de memória com ferramentas sistêmicas capazes de aperfeiçoar a gestão e a catalogação, permitindo a difusão do patrimônio museológico e do patrimônio cultural preservado por grupos sociais. Pretende-se oferecer ao campo museológico um sistema aberto e gratuito que permita a inventariação, catalogação e gestão do acervo. Permitir a catalogação e gestão do patrimônio museológico por meio de sistema informatizado. Dar acesso digital ao patrimônio museológico brasileiro, com vistas a contribuir para o conhecimento e a valorização da diversidade cultural brasileira</p>				
<p>iMuseus: Sistema Informatizado do Cadastro Nacional de Museus</p>	<p>O Cadastro Nacional de Museus - CNM, criado em 2006 e instituído pelo decreto de regulamentação do Estatuto de Museus, é o sistema responsável pela produção de conhecimento e disseminação de informações sobre o campo museal. As informações geradas pelo CNM contribuem de forma efetiva para o diagnóstico do setor museológico, sendo imprescindíveis para o planejamento de ações de políticas públicas e para o desenvolvimento de diversas linhas de pesquisas. Com base nos dados do CNM a CGSIM/Ibram produziu o mais completo Guia de Museus do país e a primeira publicação com análises estatísticas exclusivamente sobre museus, denominada Museus em Números. A fim de aprimorar a qualidade da coleta, registro e disseminação de informações, a ação visa o desenvolvimento de uma plataforma tecnológica para prospecção e divulgação do setor museal brasileiro permitindo a coleta, análise e compartilhamento das informações dos museus.</p>	<p>14U2 Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais</p>	<p>93 - Implantar e/ou modernizar 60 unidades museais</p>	<p>2 - 100% das Unidades da Federação (UF) e 60% dos municípios atualizando o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC)</p>	<p>02.11 Estabelecer uma política de acessibilidade universal para museus e centros culturais.</p>

iMuseus: Sistema Informatizado do Registro de Museus	<p>O Estatuto de Museus estabelece que a criação, a fusão e a extinção de museus deverão ser efetivadas por documento público e registradas em órgão competente do poder público. De acordo com o Decreto de Regulamentação desse Estatuto, os atos referentes à criação, fusão, incorporação, cisão ou extinção de museus deverão ser registrados no órgão público estadual, distrital ou municipal competente ou, na sua ausência, no Ibram. Desta forma, o Registro de Museus torna-se uma obrigação legal, constituindo-se em importante ferramenta de integração entre os entes federados responsáveis pela elaboração e aplicação de políticas públicas, bem como em instrumento fundamental para monitoramento e fiscalização do setor.</p>	<p>14U2 Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais</p>	<p>93 - Implantar e/ou modernizar 60 unidades museais</p>	<p>2 - 100% das Unidades da Federação (UF) e 60% dos municípios atualizando o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC)</p>	<p>05.01 Fortalecer o Sistema Brasileiro de Museus, consolidando-o como sistema de participação social na gestão da política pública para museus, integrado ao Sistema Nacional de Cultura</p>
Inventário de Acervos Museológicos, Arquivísticos e Bibliográficos dos Museus do Ibram	<p>A Lei 11.906 que cria o IBRAM, em seu artigo 9º estabelece: "À Autarquia de que trata esta Lei serão transferidos todos os acervos, as obrigações e os direitos, bem como a gestão orçamentária, financeira e patrimonial, dos recursos destinados às atividades finalísticas e administrativas da Diretoria de Museus e das Unidades Museológicas a que se refere o art. 7º desta Lei, unidades atualmente integrantes da estrutura básica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN." Para que possamos proceder à transferência dos acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos do IPHAN para o IBRAM é necessário inventariar todos os bens culturais preservados nas 30 unidades museológicas listadas na Lei 11.906.</p>	<p>Não tem</p>	<p>Não tem</p>	<p>Não tem</p>	<p>01.10 Fomentar e aprofundar teórica e metodologicamente a pesquisa sobre a documentação e o acervo museológicos</p>

BiblioMuseus: Inventário de Acervos Bibliográficos dos Museus do Ibram	<p>A Lei 11.906 que cria o IBRAM, em seu artigo 9º estabelece: "À Autarquia de que trata esta Lei serão transferidos todos os acervos, as obrigações e os direitos, bem como a gestão orçamentária, financeira e patrimonial, dos recursos destinados às atividades finalísticas e administrativas da Diretoria de Museus e das Unidades Museológicas a que se refere o art. 7º desta Lei, unidades atualmente integrantes da estrutura básica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN."</p> <p>Para que possamos proceder à transferência dos acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos do IPHAN para o IBRAM é necessário inventariar todos os bens culturais preservados nas 30 unidades museológicas listadas na Lei 11.906.</p>	Não tem	Não tem	Não tem	01.10 Fomentar e aprofundar teórica e metodologicamente a pesquisa sobre a documentação e o acervo museológicos
ArqMuseus: Inventário de Acervos Arquivísticos dos Museus do Ibram	<p>A Lei 11.906 que cria o IBRAM, em seu artigo 9º estabelece: "À Autarquia de que trata esta Lei serão transferidos todos os acervos, as obrigações e os direitos, bem como a gestão orçamentária, financeira e patrimonial, dos recursos destinados às atividades finalísticas e administrativas da Diretoria de Museus e das Unidades Museológicas a que se refere o art. 7º desta Lei, unidades atualmente integrantes da estrutura básica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN."</p> <p>Para que possamos proceder à transferência dos acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos do IPHAN para o IBRAM é necessário inventariar todos os bens culturais preservados nas 30 unidades museológicas listadas na Lei 11.906.</p>	Não tem	Não tem	Não tem	01.10 Fomentar e aprofundar teórica e metodologicamente a pesquisa sobre a documentação e o acervo museológicos

<p>Implantação do Museu Nacional de Brasília</p>	<p>Implantação de um museu nacional em Brasília que irá difundir obras de arte que se encontram nos diversos órgãos da administração pública federal, democratizando, assim, o acesso aos acervos federais. A implantação do Museu compreende um processo de transição fundamentado na gestão compartilhada entre os governos federal e distrital do espaço hoje existente.</p> <p>O Museu Nacional de Brasília tem como objetivo democratizar e proporcionar ao público maior acesso ao Repertório Federal de obras de arte de propriedade da administração direta e indireta da União. A implantação do Museu implica a aprovação no Congresso Nacional para a criação do Museu e de cargos efetivos e em comissão.</p>	<p>14U2 Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais</p>	<p>93 - Implantar e/ou modernizar 60 unidades museais</p>	<p>25 - Aumento em 70% nas atividades de difusão cultural em intercâmbio nacional e internacional</p>	<p>02.11 Estabelecer uma política de acessibilidade universal para museus e centros culturais.</p>
---	---	--	---	---	--

<p>Desenvolvimento das Potencialidades Econômicas do Campo Museal</p>	<p>Contribuir para consolidação da gestão empreendedora dos museus e dinamização do campo museal por meio de instrumentos, mecanismos e conhecimentos sobre a gestão sustentável.</p>	<p>20ZF Promoção e Fomento à Cultura Brasileira</p>	<p>Fomentar/Realizar 36 seminários ou oficinas para formação e qualificação de agentes públicos e da sociedade civil, como foco no público prioritário do Programa Cultura Viva, visando sua participação qualificada em instâncias colegiadas e na formulação e acompanhamento da política cultural, promovendo intercâmbio, produzindo e difundindo documentos com diretrizes e ações prioritárias.</p>	<p>18 - Aumento em 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura</p>	<p>04.04 Incentivar o desenvolvimento de projetos e estruturas que contribuam para a sustentabilidade dos museus, de modo a promover a geração de emprego e renda</p>
<p>Difusão, Promoção e Fomento do Campo Museal e Museus Brasileiros</p>	<p>Difundir o conhecimento sobre o campo museal e dar ampla divulgação dos museus brasileiros, incentivando a visitação e o aumento da visibilidade dos museus brasileiros como agentes de mudança social.</p>	<p>20ZF Promoção e Fomento à Cultura Brasileira</p>	<p>Identificar e difundir o patrimônio museológico de 40% das instituições museais brasileiras</p>	<p>24 - 60% dos municípios de cada macrorregião do país com produção e circulação de espetáculos e atividades artísticas e culturais fomentados com recursos públicos federais</p>	<p>04.15 Conscientizar e divulgar a função do museu como agente ativo da cadeia produtiva da cultura, capaz de gerar e estimular a capacidade criativa de futuras gerações.</p>

Conhecendo Museus: 4ª Temporada - 2ª Etapa	<p>O projeto Conhecendo Museus - 4ª temporada visa produzir conteúdos audiovisuais, a partir de diferentes temáticas, sobre museus brasileiros para a série televisiva Conhecendo Museus a serem veiculados em canais públicos de televisão e em SITE próprio. A série tem cunho de entretenimento e conteúdo alusivo aos museus brasileiros, retratados por meio de episódios informativos acerca de seus acervos, suas missões, seus projetos sociais e suas atividades. A série tem por objetivo divulgar bens e valores culturais brasileiros, fortalecer as instituições museológicas, e despertar no espectador o interesse em visitar esses espaços.</p>	20ZF Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	Fomento a 1,2 mil Projeto de Produção, Difusão e Circulação de Projetos, Atividades e Eventos Artísticos	44 - Participação da produção audiovisual independente brasileira na programação dos canais de televisão, na seguinte proporção: 25% nos canais da TV aberta; 20% nos canais da TV por assinatura	04.15 Conscientizar e divulgar a função do museu como agente ativo da cadeia produtiva da cultura, capaz de gerar e estimular a capacidade criativa de futuras gerações.
Conhecendo Museus: Legendagem em 3 idiomas de episódios da série	<p>A iniciativa tem por objetivo legendar os 112 episódios da série Conhecendo Museus relativos às 2ª e 3ª temporadas, para que possam ser divulgados em âmbito internacional, inclusive nas ações de promoção dos museus brasileiros no exterior. Os episódios legendados serão veiculados na TV Brasil internacional - presente, atualmente, em 68 países de quatro continentes diferentes. A série oferece ao público aspectos poucos difundidos da cultura e história brasileiras, tornando-se opção para ampliar e reposicionar a visão do público estrangeiro sobre o país. A legendagem vem a atender também à escala da Web na propagação de conteúdos.</p>	20ZF Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	Fomento a 1,2 mil Projeto de Produção, Difusão e Circulação de Projetos, Atividades e Eventos Artísticos	44 - Participação da produção audiovisual independente brasileira na programação dos canais de televisão, na seguinte proporção: 25% nos canais da TV aberta; 20% nos canais da TV por assinatura	04.15 Conscientizar e divulgar a função do museu como agente ativo da cadeia produtiva da cultura, capaz de gerar e estimular a capacidade criativa de futuras gerações.
13ª Semana Nacional de Museus - SNM	<p>A Semana Nacional de Museus tem entre seus objetivos: promover, divulgar e valorizar os museus e processos museais brasileiros, aumentar o público visitante, e intensificar a relação museu-sociedade. É uma ação permanente de promoção, coordenada pelo Ibram, com duração de uma semana, que acontece anualmente para comemorar o Dia Internacional de Museus (18 de maio). Os museus participantes desenvolvem uma programação especial, por meio da realização de exposições, palestras, oficinas, seminários e ações educativas, entre outras. O tema norteador dos eventos é proposto pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM).</p>	20ZF Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	Identificar e difundir o patrimônio museológico de 40% das instituições museais brasileiras	28 - Aumento em 60% no número de pessoas que frequentam museu, centro cultural, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música	04.15 Conscientizar e divulgar a função do museu como agente ativo da cadeia produtiva da cultura, capaz de gerar e estimular a capacidade criativa de futuras gerações.

<p>9ª Primavera dos Museus</p>	<p>A Primavera dos Museus acontece anualmente no início da primavera, quando instituições museológicas de todo o país promovem atividades e eventos (exposições, atividades educativas e culturais, palestras, oficinas e outros) em torno de um tema escolhido pelo Ibram. Essa iniciativa, coordenada pelo Instituto Brasileiro de Museus, tem como objetivo sensibilizar os museus e a comunidade para o debate sobre temas da atualidade, mesmo propósito da Semana Nacional de Museus. O projeto busca promover a diversidade cultural, intensificar a relação dos Museus com a sociedade e incentivar o interesse do público em conhecê-los.</p>	<p>20ZF Promoção e Fomento à Cultura Brasileira</p>	<p>Identificar e difundir o patrimônio museológico de 40% das instituições museais brasileiras</p>	<p>24 - 60% dos municípios de cada macrorregião do país com produção e circulação de espetáculos e atividades artísticas e culturais fomentados com recursos públicos federais</p>	<p>04.15 Conscientizar e divulgar a função do museu como agente ativo da cadeia produtiva da cultura, capaz de gerar e estimular a capacidade criativa de futuras gerações.</p>
<p>Programa de Fomento do Ibram - Darcy Ribeiro 2015</p>	<p>Etapa da iniciativa Programa de Fomento: incluir: Programa de Fomento - Fomentar a área museológica, criando mecanismos de apoio financeiro para os museus brasileiros. Com o objetivo de garantir que todas as instituições museais tenham igualdade de acesso aos meios de financiamento, desde 2004 o Ibram promove editais e prêmios que vão a encontro das metas estabelecidas na Política Nacional de Museus (PNM) e no Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM). Os museus afirmam a centralidade da política de memória para o país e o Programa de Fomento aos Museus Ibram é elemento estratégico para a legitimação do direito à memória do povo brasileiro.</p>	<p>20ZF Promoção e Fomento à Cultura Brasileira</p>	<p>Fomento a 1,2 mil Projeto de Produção, Difusão e Circulação de Projetos, Atividades e Eventos Artísticos</p>	<p>19 - Aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão do conhecimento</p>	<p>03.04 Assegurar que os museus e espaços de memória sejam importantes ferramentas de educação, conscientização de ações transversais de desenvolvimento cultural, social e econômico, regional e local</p>

Edital Prêmio Memórias Brasileiras	O Edital de concurso público: Prêmio Memórias Brasileiras para seleção e premiação de iniciativas da memória brasileira. Em cada edição será considerada ênfase a uma temática específica.	20ZH Preservação de Bens e Acervos Culturais	Fomento a 1,2 mil Projeto de Produção, Difusão e Circulação de Projetos, Atividades e Eventos Artísticos	19 - Aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão do conhecimento	01.09 Promover e garantir a identificação e o registro de memórias, manifestações culturais, saberes e fazeres dos diferentes segmentos sociais priorizando pequenas comunidades com ênfase na cultura étnica e popular e comunidades indígenas, afrodescendentes, valorizando o patrimônio imaterial brasileiro (foco na diretriz)
---	--	---	--	--	---

<p>Programa de Fomento do Ibram - Prêmio Pontos de Memória 2014 (Complementação de Recurso)</p>	<p>Etapa da iniciativa Programa de Fomento: incluir: Programa de Fomento - Fomentar a área museológica, criando mecanismos de apoio financeiro para os museus brasileiros. Com o objetivo de garantir que todas as instituições museais tenham igualdade de acesso aos meios de financiamento, desde 2004 o Ibram promove editais e prêmios que vão a encontro das metas estabelecidas na Política Nacional de Museus (PNM) e no Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM). Os museus afirmam a centralidade da política de memória para o país e o Programa de Fomento aos Museus Ibram é elemento estratégico para a legitimação do direito à memória do povo brasileiro.</p>	<p>20ZF Promoção e Fomento à Cultura Brasileira</p>	<p>Fomento a 1,2 mil Projeto de Produção, Difusão e Circulação de Projetos, Atividades e Eventos Artísticos</p>	<p>19 - Aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão do conhecimento</p>	<p>02.04 Estabelecer o espaço do museu como mecanismo dinâmico de referência cultural para as cidades, como um bem simbólico necessário para a afirmação de identidades, valorizando a memória e os saberes, promovendo a integração das comunidades locais</p>
<p>Programa de Fomento do Ibram - Prêmio Pontos de Memória 2015</p>	<p>Etapa da iniciativa Programa de Fomento: incluir: Programa de Fomento - Fomentar a área museológica, criando mecanismos de apoio financeiro para os museus brasileiros. Com o objetivo de garantir que todas as instituições museais tenham igualdade de acesso aos meios de financiamento, desde 2004 o Ibram promove editais e prêmios que vão a encontro das metas estabelecidas na Política Nacional de Museus (PNM) e no Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM). Os museus afirmam a centralidade da política de memória para o país e o Programa de Fomento aos Museus Ibram é elemento estratégico para a legitimação do direito à memória do povo brasileiro.</p>	<p>20ZF Promoção e Fomento à Cultura Brasileira</p>	<p>Fomento a 1,2 mil Projeto de Produção, Difusão e Circulação de Projetos, Atividades e Eventos Artísticos</p>	<p>19 - Aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão do conhecimento</p>	<p>02.04 Estabelecer o espaço do museu como mecanismo dinâmico de referência cultural para as cidades, como um bem simbólico necessário para a afirmação de identidades, valorizando a memória e os saberes, promovendo a integração das comunidades locais</p>
<p>Programa de Fomento do Ibram - Modernização de Museus - Microprojetos 2015</p>	<p>Etapa da iniciativa Programa de Fomento: incluir: Programa de Fomento - Fomentar a área museológica, criando mecanismos de apoio financeiro para os museus brasileiros. Com o objetivo de garantir que todas as instituições museais tenham igualdade de acesso aos meios de</p>	<p>14U2 Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos</p>	<p>Implantar e/ou modernizar 60 unidades museais</p>	<p>34 - 50% de bibliotecas públicas e museus modernizados</p>	<p>04.03. Ampliar as políticas de editais da área de museus, adequando às diversidades</p>

	<p>financiamento, desde 2004 o Ibram promove editais e prêmios que vão a encontro das metas estabelecidas na Política Nacional de Museus (PNM) e no Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM). Os museus afirmam a centralidade da política de memória para o país e o Programa de Fomento aos Museus Ibram é elemento estratégico para a legitimação do direito à memória do povo brasileiro.</p>	Culturais			<p>regionais, possibilitando maior descentralização dos recursos, estabelecendo o reconhecimento do “custo amazônico” (foi considerado o foco no produto e nos indicadores)</p>
<p>Programa de Fomento do Ibram - Prêmio Modernização de Museus - Microprojetos 2014 (Complementação de Recurso)</p>	<p>Etapa da iniciativa Programa de Fomento: incluir: Programa de Fomento - Fomentar a área museológica, criando mecanismos de apoio financeiro para os museus brasileiros. Com o objetivo de garantir que todas as instituições museais tenham igualdade de acesso aos meios de financiamento, desde 2004 o Ibram promove editais e prêmios que vão a encontro das metas estabelecidas na Política Nacional de Museus (PNM) e no Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM). Os museus afirmam a centralidade da política de memória para o país e o Programa de Fomento aos Museus Ibram é elemento estratégico para a legitimação do direito à memória do povo brasileiro.</p>	<p>14U2 Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais</p>	<p>Implantar e/ou modernizar 60 unidades museais</p>	<p>34 - 50% de bibliotecas públicas e museus modernizados.</p>	<p>04.03. - Ampliar as políticas de editais da área de museus, adequando às diversidades regionais, possibilitando maior descentralização dos recursos, estabelecendo o reconhecimento do “custo amazônico” (foi considerado o foco no produto e nos indicadores)</p>

Programa de Fomento do Ibram - Edital Mais Museus 2015	Etapa da iniciativa Programa de Fomento: incluir: Programa de Fomento - Fomentar a área museológica, criando mecanismos de apoio financeiro para os museus brasileiros. Com o objetivo de garantir que todas as instituições museais tenham igualdade de acesso aos meios de financiamento, desde 2004 o Ibram promove editais e prêmios que vão a encontro das metas estabelecidas na Política Nacional de Museus (PNM) e no Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM). Os museus afirmam a centralidade da política de memória para o país e o Programa de Fomento aos Museus Ibram é elemento estratégico para a legitimação do direito à memória do povo brasileiro.	14U2 Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais	Implantar e/ou modernizar 60 unidades museais	31 - Municípios brasileiros com algum tipo de instituição ou equipamento cultural, entre museu, teatro ou sala de espetáculo, arquivo público ou centro de documentação, cinema e centro cultural, na seguinte distribuição: 35% dos municípios com até 10 mil	01.07 Estabelecer e ampliar políticas culturais voltadas para o campo museológico nas esferas municipal, estadual e federal que atendam às demandas de estruturação e formação em museus, por meio de convênios e parcerias com instituições públicas, privadas e comunitárias.
Implantação e Fortalecimento de Sistemas e Redes de Museus 2015	Edital na modalidade convênios - seleção de projetos elaborados por pessoas jurídicas de direito público e privado, de natureza cultural, interessadas em obter apoio financeiro para projetos com vistas à estruturação, modernização e fortalecimento de sistemas e de redes de museus.	14U2 Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais	Implantar e/ou modernizar 60 unidades museais	34 - 50% de bibliotecas públicas e museus modernizados	05.03 Promover a criação de redes de integração dos museus, com a participação do poder público, com o objetivo de fortalecer e ampliar o campo de ação dos mecanismos de desenvolvimento museológico

Tecendo Conexões - Rede de Museus	Consolidar as redes e sistemas dos museus. Entregas previstas: Desenvolvimento do projeto Tecendo conexões-rede de museus; (plataforma virtual)	20ZF Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	Fomento a 1,2 mil Projeto de Produção, Difusão e Circulação de Projetos, Atividades e Eventos Artísticos	19 - Aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão do conhecimento	05.03 Promover a criação de redes de integração dos museus, com a participação do poder público, com o objetivo de fortalecer e ampliar o campo de ação dos mecanismos de desenvolvimento museológico
FNM	Evento bienal de abrangência nacional com o objetivo de: refletir, avaliar e delinear diretrizes para política nacional de museus (PNM) e consolidar as bases para implantação de modelo de gestão integrado dos museus brasileiros, representado pelo Sistema Brasileiro de Museus (SBM).	Não tem	Não tem	Não tem	04.15 Conscientizar e divulgar a função do museu como agente ativo da cadeia produtiva da cultura, capaz de gerar e estimular a capacidade criativa de futuras gerações.

4.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

O Instituto Brasileiro de Museus, objetivando instrumentalizar suas unidades para o processo de gestão dos resultados e do desempenho do seu Mapa Estratégico, e considerando a importância do fortalecimento da visão sistêmica na organização, bem como o alinhamento e a coesão no desdobramento e operacionalização desse processo em todas as suas unidades vinculadas, adotou o Sistema de Gestão de Planejamento Estratégico (GEPLANES), software público desenvolvido para ser utilizado como ferramenta de gestão estratégica. As funções do GEPLANES se aplicam desde a fase do planejamento até a execução estratégica, possibilitando o monitoramento do desempenho organizacional de todas as suas unidades.

O monitoramento do Plano Nacional Setorial de Museus é realizado no âmbito do Fórum Nacional Setorial de Museus, junto com profissionais do campo.

O monitoramento da execução do Plano Plurianual desta Unidade, bem como do Plano Nacional de Cultura, são realizados diretamente pelo Ministério da Cultura.

4.3. Desempenho Orçamentário

Este item tem por objetivo informar sobre a programação e execução do orçamento do Instituto Brasileiro de Museus no exercício de 2015 e está subdividido em subitens que visam expressar um detalhamento maior do seu desempenho na execução orçamentária.

Serão apresentados quadros com a execução física e financeira de 2015 das Ações Orçamentárias de responsabilidade do Ibram, incluindo execução de Restos a Pagar. Serão apresentados ainda quadros de execução por modalidade de licitação e por elemento de despesa.

Em complemento à informação dos quadros, seguirá análise do desempenho institucional, que tem sido focado na continuidade das atividades de manutenção e funcionamento dos museus e da Sede do Ibram, evidenciando como as dificuldades enfrentadas na programação e execução de recursos orçamentários e financeiros impactaram o cumprimento dos projetos e atividades finalísticas.

Assim, informações mais detalhadas sobre o desempenho orçamentário e financeiro do Ibram estão disponíveis nos próximos subitens.

4.3.2. Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

Com a Portaria MinC nº 381/2015, de 19/06/2015, foi estabelecida uma Cota de Limite de Empenho para o Ibram, o que representou um corte de 6,2% em relação à Dotação da LOA 2015 (um déficit de R\$ 5.091.062) para execução de despesas discricionárias (desconsiderando as implantações de novos museus). Houve ainda a forte limitação nas liberações financeiras, que gerou inúmeras complicações no fluxo de pagamentos das despesas empenhadas em 2015.

Nesse contexto de escassez tanto orçamentária quanto financeira que tivemos em 2015, foram priorizadas as despesas de funcionamento dos museus (Ação 211F) e manutenção administrativa da sede (Ação 2000), por se tratarem de despesas continuadas essenciais à sustentação das unidades. Inclusive, até que fosse definida a Cota de Limite de Empenho desta unidade, não foi iniciada a execução de despesas finalísticas, diante da incerteza sobre a suficiência

desse limite para as despesas prioritárias.

Além do corte de 6,2%, a Portaria do MinC foi publicada apenas em junho, o que gerou necessidade de reprogramação dos projetos e atividades previstos para o exercício e, conseqüentemente, atrasos no cronograma de execução finalística dos museus.

Seguem abaixo os quadros com a execução física e financeira das Ações de responsabilidade do Ibram no Programa Temático 2027 (Cultura: Preservação, promoção e acesso), quais sejam:

- Ação 211F: Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais;
- Ação 14U2: Implantação, instalação e modernização de espaços e equipamentos culturais (inclui a Implantação do Museu Nacional de Brasília);
- Ação 15CQ: Implantação do Museu Nacional da Memória Afrodescendente;
- Ação 20ZF: Promoção e Fomento à Cultura Brasileira;
- Ação 20ZG: Formulação e Gestão da Política Cultural; e
- Ação 20ZM: Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural.

Quadro 6. Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS (Ação 211F)

Identificação da Ação						
Código	211F		Tipo	Atividade		
Título	Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais					
Iniciativa	034P – Pesquisa, preservação, difusão e ampliação do patrimônio museológico brasileiro					
Objetivo	Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.					Código: 0783
Programa	Cultura: Preservação, promoção e aceso		Código: 2027	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	42207 – Instituto Brasileiro de Museus					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
44.311.872,00	46.701.872,00	46.637.042,13	35.479.080,36	35.457.330,58	21.749,78	11.157.961,77
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Público atendido			Unidade	1.000.000 0	-	1.150.525
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7.270.047,35	4.465.064,75	1.701.663,08	Público atendido	Unidade	-	

Quadro 7. Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS (Ação 14U2)

Identificação da Ação							
Código	14U2			Tipo	Projeto		
Título	Implantação, instalação e modernização de espaços e equipamentos culturais						
Iniciativa	034P – Pesquisa, preservação difusão e ampliação do patrimônio museológico brasileiro						
Objetivo	Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade					Código: 0783	
Programa	Cultura: Preservação, promoção e acesso		Código: 2027		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	42207 – Instituto Brasileiro de Museus						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
33.480.661,00	28.480.661,00	3.436.925,40	768.638,32	768.638,32	-	2.668.287,08	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida		Meta		
					Prevista	Reprogramada	Realizada
Espaço cultural implantado/modernizado			Unidade		38	-	9
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
4.527.655,41	2.670.980,54	1.937.582,66	Espaço cultural implantado/modernizado	Unidade	3		

Quadro 8. Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS (Ação 15CQ)

Identificação da Ação						
Código	15CQ			Tipo	Projeto	
Título	Implantação do Museu Nacional da Memória Afrodescendente					
Iniciativa	034N – Apoio e execução de projetos de modernização e instalação de museus, incluindo os dedicados à memória comunitária.					
Objetivo	Implantar, ampliar, modernizar, recuperar, manter, gerir e articular a gestão e o uso de espaços e ambientes destinados a atividades artísticas, culturais, esportivas e de lazer					Código: 0787
Programa	Cultura: Preservação, promoção e acesso		Código: 2027	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	42207 – Instituto Brasileiro de Museus					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
8.000.000,00	8.000.000,00	-	-	-	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Espaço cultural implantado		Unidade	1	-	0	

Quadro 9. Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS (Ação 20ZF)

Identificação da Ação						
Código	20ZF			Tipo	Atividade	
Título	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira					
Iniciativa	034P – Pesquisa, preservação, difusão e ampliação do patrimônio museológico brasileiro					
Objetivo	Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.					Código: 0783
Programa	Cultura: Preservação, promoção e acesso		Código: 2027	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	42207 – Instituto Brasileiro de Museus					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.441.203,00	4.991.203,00	3.483.549,64	1.666.965,22	1.666.965,22	-	1.816.584,42
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta		

			Prevista	Reprogramada	Realizada
Projeto apoiado			108	-	35
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
1.727.613,45	1.444.528,36	807.473,60	Projeto apoiado	Unidade	32

Quadro 10. Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS (Ação 20ZG)

Identificação da Ação						
Código	20ZG			Tipo	Atividade	
Título	Formulação e Gestão da Política Cultural					
Iniciativa	033P – Formulação, implementação, acompanhamento, monitoramento, avaliação, revisão e difusão da Política e do Plano Nacional de Cultura e dos planos setoriais, além do apoio aos planos estaduais e municipais de Cultura					
Objetivo	Formular e desenvolver política pública de cultura Código: 0779					
Programa	Cultura: Preservação, promoção e acesso		Código: 2027	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	42207 – Instituto Brasileiro de Museus					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
550.000,00	550.000,00	515.522,06	-	-	-	515.522,06
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Política implementada		Unidade	15		0	

Quadro 11. Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS (Ação 20ZM)

Identificação da Ação						
Código	20ZM			Tipo	Atividade	
Título	Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural					
Iniciativa	035M – Produção, fomento e difusão de conhecimento científico e cultural					
Objetivo	Produzir, fomentar e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira					Código: 0788
Programa	Cultura: Preservação, promoção e acesso		Código: 2027	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	42207 – Instituto Brasileiro de Museus					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
700.000,00	700.000,00	78.178,58	38.727,50	38.727,50	-	39.451,09
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida		Meta	
					Prevista	Reprogramada
Projeto apoiado			Unidade		2	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.000.000,00	49.990,00	-	Projeto apoiado	Unidade	1	

Quadro 12. Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS (AÇÃO 20KJ)

Identificação da Ação					
Código	20KJ Tipo: Atividade				
Título	Fomento a Projetos, Eventos e Intercâmbio na Área Museológica				
Iniciativa	Promoção e difusão do conhecimento, das redes, das unidades e dos serviços museológicos				
Objetivo	Promover o direito à memória dos cidadãos brasileiros, preservando, ampliando e difundindo os acervos museológicos, bibliográficos, documentais e arquivísticos e apoiando a modernização e expansão de suas instituições, redes, unidades e serviços. Código: 0784				
Programa	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso Código: 2027		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	42207 – Instituto Brasileiro de Museus				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
5.444,22	-	5.444,22	Projeto apoiado	unidade	-

Obs.: quanto ao Quadro – Ações não previstas na LOA do Exercício – Restos a Pagar, não houve execução em 2015, apenas o cancelamento dos saldos remanescentes dos RAP reinscritos.

QUADRO 13. AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA DO EXERCÍCIO - RESTOS A PAGAR – OFSS (Ação 2651)

Identificação da Ação					
Código	2651 Tipo: Atividade				
Título	Funcionamento de Museus da União				
Iniciativa	Apoio e execução de projetos de modernização e instalação de museus, incluindo os dedicados a memória comunitária				
Objetivo	Promover o direito à memória dos cidadãos brasileiros, preservando, ampliando e difundindo os acervos museológicos, bibliográficos, documentais e arquivísticos e apoiando a modernização e expansão de suas instituições, redes, unidades e serviços. Código: 0784				
Programa	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso Código: 2027		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	42207 – Instituto Brasileiro de Museus				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
875.297,75	-	875.297,75	Público atendido	unidade	-

Obs.: quanto ao Quadro – Ações não previstas na LOA do Exercício – Restos a Pagar, não houve execução em 2015, apenas o cancelamento dos saldos remanescentes dos RAP reinscritos.

Quadro 14. Ações do Orçamento de Investimento

Identificação da Ação							
Código	Tipo:						
Título							
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Código:		Tipo:				
Unidade Orçamentária							
Ação Prioritária	() Sim () Não		Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria		() Outras		
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Meta			
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado

Obs.: quanto ao Quadro – Ações do Orçamento de Investimento, não se aplica ao Instituto Brasileiro de Museus, visto que, na qualidade de Autarquia Federal, integramos o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

Análise Situacional**Ação 211F: Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais**

Em 10/11/2015, a ação recebeu R\$ 2.390.000 em créditos suplementares por remanejamento. Entretanto, tendo em vista que a Ação de Funcionamento demonstra tendência de expansão, pelas próprias características dos Museus Ibram, a limitação da dotação ameaça o cumprimento de contratos de natureza continuada, a manutenção e o pleno funcionamento dos espaços museais, o que impacta a meta física visitação.

Quanto à meta física, o público atendido foi de 1.150.525. Alguns eventos impactaram a visitação no decorrer de 2015:

- O quantitativo de visitação mensal da Casa Cláudio (núcleo do Museu Imperial) não está incluído nos números de visitação mensal ao Museu Imperial. O quantitativo de visitação mensal do Museu Imperial considera o público visitante ao Palácio (contagem dos ingressos na Bilheteria), Espetáculo Som e Luz, Sarau Imperial, Sarau Imperial Educativo, entre outros eventos.

- As visitas ao Museu Forte Defensor Perpétuo foram encerradas no dia 3 de agosto de 2014. O museu passa por obras de restauração do telhado. O museu reabriu parcialmente à visitação a partir do dia 10 de outubro de 2015.

- Durante o mês de janeiro o Museu Solar Monjardim ficou fechado durante os fins de semana, devido ao vencimento do contrato de recepção.

- O Museu de Arte Sacra de Paraty encontra-se fechado a visitação desde 2010. A inauguração simbólica do museu ocorreu dia 16 de maio. Sua inauguração oficial aconteceu no dia 17 de junho, momento em que o museu abriu seu espaço para visitação de público.

- Desde janeiro de 2014, o Museu Lasar Segall esteve fechado devido a reforma de infraestrutura (elétrica, climatização, telhado, iluminação e segurança). No sábado, dia 12 de setembro, o museu reabriu suas portas oficialmente.

- O Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio está fechado para reformas desde janeiro de 2014, envolvendo o reparo do telhado do museu e atualização de sua estrutura elétrica. A partir do dia 9 de junho de 2015, o museu reabriu oficialmente para visitação.

- O Museu Regional de Caeté está fechado para reformas desde 2012. Os dados de visitação informados pelos museus consideram a quantidade de pessoas que participaram de eventos extraordinários e cursos administrados pelo museu.

- As visitas do Museu de Arte Sacra da Boa Morte foram encerradas no dia 30/11/2014 para as obras de conservação emergencial. A previsão de reabertura é para outubro de 2015.

- O Museu Casa Histórica de Alcântara fechou em setembro para visitação devido à reforma emergencial, mas encontrasse funcionando para visitação com uma exposição temporária de segunda a sexta em uma sala cedida pelo IPHAN.

A meta está zerada no RAP por já ter sido contabilizada no ano anterior.

Ação 14U2: Implantação, instalação e modernização de espaços e equipamentos culturais (inclui a Implantação do Museu Nacional de Brasília)

Foram modernizadas 9 unidades museológicas vinculadas ao Ibram: Museu Imperial (execução de projeto elétrico no pavilhão das viaturas; Aquisição de forno micro-ondas, ferro de passar, freezer, quatro projetores multimídia, 03 purificadores de água, impressoras, câmera fotográfica digital, painel eletrônico de mensagem, 04 microcomputadores, 02 notebook, ventilador de teto, 9 no-breaks e 03 poltronas giratórias.); Museu Histórico Nacional (Atualização do Sistema de CFTV; Aquisição de mobiliário para revitalização das áreas de acervo; Aquisição de material para controle e medição); Museu Nacional de Belas Artes (fornecimento e instalação de mobiliário e cadeiras para a biblioteca; aquisição de máquina industrial de café, coletor de dados para inventário do acervo bibliográfico, microscópio digital para análise de obras, mapotecas para acondicionamento de obras, purificador de água refrigerada, computadores, aparelhos telefônicos, frigobar e projetor; aquisição de livros para a biblioteca; e confecção de molduras e passe-partouts); Museu da República e Palácio Rio Negro (Restauração do piso da Galeria do Lago; Consolidação do estuque do quarto de Getúlio Vargas e fixação dos dutos de ar-condicionado; Aquisição de material específico para tratamento, higienização e reparos de acervo); Museu da Inconfidência (Aquisição de computadores e filtros de mesa; aquisição de material químico para restauração de acervos); Museu Lasar Segall (Construção de base para caixa d'água; e aquisição de aparelho de ar para climatização, antivírus, switch e ar condicionado para área administrativa); Museu Villa-Lobos (Modernização da cantina; aquisição de estações de trabalho, armários e arquivos de aço e cadeiras); Museu Casa de Benjamim Constant (aquisição de computadores e HD externos); Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio (obras de recuperação da cobertura e recuperação das instalações prediais, e infraestrutura de sistema de segurança no Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio).

Foram inscritos em restos a pagar recursos de ações de modernização dos Museus Castro Maya; Museu da Abolição; Museu do Ouro / Casa de Borba Gato; Museu Victor Meirelles; Museu de Arqueologia de Itaipu; Museu Solar Monjardim; e Museu Casa da Hera.

Do Monitoramento de JAN - DEZ de 2014, foram executadas ações de modernização dos Museu de Belas Artes, Museu da Abolição e Museus de Paraty. Os conveniamentos referentes ao Edital de Modernização de Museus 2013 (Município de Crato/CE, Secretaria Executiva de Cultura/PA, Município de Salgueiro/PE, Município de Pains/MG e Município de Caxias do Sul/RS) foram cancelados.

Esta Ação tinha um Plano Orçamentária destinado à Implantação do MNB, cuja dotação

inicial foi de R\$ 21.133.599 e teve remanejamento de R\$ 5.000.000,00 para ações de manutenção administrativa.

Em 2013, o Ibram enviou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) Projeto de Lei de criação do Museu Nacional de Brasília. Nesse sentido, foi preciso solicitar recursos, caso a Lei fosse aprovada. Ocorre que em 21 de outubro de 2014, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Nota Técnica nº 48/2014/DESEP/SEGEP-MP, devolveu o processo referente à propositura da lei de criação do Museu Nacional de Brasília, em razão do ajuste fiscal atual no Brasil. A Nota Técnica informou que, caso fosse interesse do Instituto, seria necessário reapresentar o projeto em 2015. Assim, em 2015, o Ibram reapresentou o projeto para que em 2016 seja iniciada a contratação de consultoria para desenvolver plano de identificação e documentação do Acervo Federal localizado nos órgãos da Administração Direta e Indireta da União. Entretanto, não foi consignada dotação para o projeto na LOA 2016.

Oito emendas parlamentares foram alocadas no Orçamento do Ibram nesta Ação:

- Emenda 2375 0015, autoria de Francisco Dornelles. Recurso empenhado de R\$ 243.470,90 para aquisição de equipamentos diversos para infraestrutura administrativa do Museu da República. Empenhos realizados a partir de novembro de 2015 e inscritos em restos a pagar. Houve também execução de RAP de 2014, referente à Emenda 2375 0008, também de autoria de Francisco Dornelles, para aquisição de arquivos deslizantes para o Museu da República, no Rio de Janeiro (museu já contabilizado na meta do localizador Nacional).

- Emenda 2366 0010, autoria de Vanderlei Macris, visando a Implantação do Museu da Energia no Estado de São Paulo. Proposta com Parecer Técnico não favorável. A Dotação desta emenda esteve bloqueada pela SOF até dezembro de 2015.

- Emenda 3606 0023, de autoria de Iara Bernardi, visando a reforma do Museu do Tropeirismo no Município de Sorocaba - SP. Proposta com Parecer Técnico não favorável. A Dotação desta emenda esteve bloqueada pela SOF até dezembro de 2015.

- Emenda 8100 2076, de autoria de Relator Geral - S/PARTIDO, destinada à Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais - No Município de Triunfo - RS. Foram empenhados recursos para atendimento de demanda do deputado Lasier Martins (emenda 3793 0002), visando restauração do Museu Farroupilha - Casa natal de Bento Gonçalves, em Triunfo - RS.

- Emenda 2776 0014, de autoria de Alessandro Molon, visando a realização do projeto "Museu Plural - novas perspectivas para acessibilidade e interatividade" a ser implementado no Museu Nacional da UFRJ no Estado do Rio de Janeiro. Em execução pela UFRJ por meio de Termo de Execução Descentralizada nº 684553. Esta emenda passou por sucessivos bloqueios e desbloqueios pela SOF. Teve empenho inscrito em restos a pagar.

- Emenda 3564 0007, de autoria de Nelson Pellegrino, visando modernização e requalificação de espaços de guarda e expositivos do Museu de Arte Moderna da Bahia. Proposta com impedimento técnico insuperável. A Dotação desta emenda esteve bloqueada pela SOF até dezembro de 2015.

- Emenda 3204 0005, de autoria de Fernando Ferro, visando criação e manutenção de espaço cultural no Município de Garanhuns - PE. Proposta com impedimento técnico insuperável. A Dotação desta emenda esteve bloqueada pela SOF até dezembro de 2015.

- Emenda 2083 0011, de autoria de André Figueiredo, visando a criação do Museu do Futebol no Município de Horizonte - CE. Proposta com impedimento técnico insuperável.

Ação 15CQ: Implantação do Museu Nacional da Memória Afrodescendente

Em 2013, o Ibram enviou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) Projeto de Lei de criação do Museu Nacional da Memória Afrodescendente. Nesse sentido, foi preciso solicitar recursos, caso a Lei fosse aprovada.

A implantação do Museu Nacional da Memória Afrodescendente encontra-se pendente devido ao fato da não liberação da área pela Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP. Sem a posse do terreno, o Governo Federal encontra-se impedido de realizar qualquer investimento no local. Ocorre que em 21 de outubro de 2014, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Nota Técnica nº 148/2014/DESEP/SEGEP-MP, devolveu o processo referente à propositura da lei de criação do Museu Nacional da Memória Afrodescendente, em razão do ajuste fiscal atual no Brasil.

A Nota Técnica informou que, caso fosse interesse do Instituto, seria necessário reapresentar o projeto em 2015. Assim, em 2015, o Ibram reapresentou o projeto para 2016. Entretanto, não foi consignada dotação orçamentária para o projeto em 2016.

Ação 20ZF: Promoção e Fomento à Cultura Brasileira

Foram executados recursos em apoio à Semana Nacional de Museus (ocorrida em maio) e à Primavera dos Museus (em setembro).

Houve também execução de recursos destinados a 35 projetos do Ibram sede e dos museus vinculados: Museu Imperial (atividades educacionais; projeto Almanaque de Petrópolis; higienização de acervo do arquivo histórico; Seminário Comemorativo dos 190 anos de nascimento de D. Pedro II); Museu Histórico Nacional (Seminário Internacional; Exposição 450 Anos do Rio de Janeiro; Publicações “Anais do Museu”, “Livro do Seminário”, “Catálogo bilíngue da exposição” e “Catálogo Syllogê”; Modernização do Site do MHN); Museu da República (Colônia de férias do Museu da República; Iluminação para o Jardim Histórico; Exposição "Fluidostática e Geodésia e Gelo", realizada na Galeria do Lago.); Museu da Inconfidência (exposições de curta e média duração na Sala Manoel da Costa Athaide); Museu Lasar Segall (Manutenção de Prensa Ateliê; Oficina Contação de Histórias; Exposições “Mario de Andrade e seus dois Pintores: Lasar Segall e Candido Portinari”, “Cáceres a Duas Vozes”, “Piranese e Ana Tavares”, “Idas e Vindas Segall e o Brasil” e “Exposição Frontalismo Facundo de Zuviria”; Palestra “Estereótipo do Índio na Educação”); Museu Villa-Lobos (realização do projeto Mini Concertos Didáticos, com 57 apresentações); Museus Castro Maya (Capacitação de professores no Museu do Açude; Visitas de estudantes com transporte oferecido pelos museus; exposição de Fayga Ostrower no Museu Chácara do Céu); Museu Victor Meirelles (exposição temporária "Abluções"); Museu das Bandeiras (Exposição temporária comemorativa pelos 288 anos da Cidade de Goiás); Ibram Sede: Impressões gráficas (Contribuição brasileira ao fundo do Programa Ibermuseus 2015 para Organização dos Estados Ibero Americanos para Educação, Ciência e Cultura; Colóquios Museológicos; Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico).

Da execução de RAP NÃO PROCESSADO de 2014 em 2015, foram realizadas despesas de 32 atividades de difusão e programação cultural dos Museus Imperial, Histórico Nacional, Belas Artes, República, Inconfidência, Lasar Segall, Castro Maya e Casa dos Ottoni.

Quanto às emendas parlamentares alocadas no Orçamento do Ibram nesta Ação:

- Emenda 1468 0001, de autoria de Chico Alencar, para realização de exposição educativa itinerante do acervo do Museu Casa do Pontal (Rio de Janeiro - RJ). Convênio assinado e publicado - atualmente em execução. Empenho de R\$ 175.000,00 inscrito em restos a pagar. A Dotação desta emenda esteve parcialmente bloqueada pela SOF até dezembro de 2015.

- Emenda 1775 0004, de autoria de Jandira Feghali, para realização de visitas teatralizadas à exposição permanente no Museu Casa do Pontal (Rio de Janeiro - RJ). Convênio

assinado e publicado - atualmente em execução. Empenho de R\$ 160.000,00 inscrito em restos a pagar. A Dotação desta emenda esteve parcialmente bloqueada pela SOF até dezembro de 2015.

- Emenda 1775 0009, de autoria de Jandira Feghali, visando criação de centro de Articulação Cultural no Município do Rio de Janeiro - RJ. Não consta neste Órgão qualquer informação sobre a indicação desta emenda ao Ibram. O crédito entrou no orçamento do órgão em 05/10/15 e em 14/10/15 foi bloqueado pela SOF, permanecendo assim até o final de dezembro.

- Emenda 3179 0008, de autoria de Domingos Dutra, visando aquisição de equipamentos para o Museu da Memória Audiovisual do Maranhão. Proposta com Parecer Técnico não favorável. A Dotação desta emenda esteve parcialmente bloqueada pela SOF até dezembro de 2015.

- Emenda 9022 0011, de autoria de Jorge Bittar, visando realização de revisão da catalogação e modernização do banco de dados do acervo e produção de conteúdo, espetáculos, exposições no Museu Casa do Pontal (Rio de Janeiro - RJ). Convênio assinado e publicado - atualmente em execução. Teve empenho inscrito em restos a pagar.

Ação 20ZM: Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural

Está em execução, pela CAPES (Termo de Cooperação nº 675428), mais uma etapa do Projeto de Intercâmbio Brasil-França, iniciado em 2013, com três pessoas capacitadas.

Por fim, cabe esclarecer, que as Ações 2651; 20kJ não houve execução em 2015, apenas o cancelamento dos saldos remanescentes dos RAP reinscritos.

4.3.3. Fatores Intervenientes no desempenho orçamentário

Vide item 4.3.2.

4.3.7. Execução descentralizada com transferência de recursos

Quadro 15. Resumo dos Instrumentos Celebrados e dos montantes transferidos nos três últimos exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Instituto Brasileiro de Museus					
UG/GESTÃO:	42207					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	4	10	0	2.998.264,44	10.245.800,00	3.577.678,57
Contrato de repasse	0	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	0	1	0	0	200.000,00	0
Termo de Execução Descentralizada	2	0	0	600.000,00	0	0

Totais	6	11	0	3.598.264,44	10.445.800,00	3.577.678,57
--------	---	----	---	--------------	---------------	--------------

Fonte: Portal de Convênios – SICONV

O Ibram possui atualmente 25 convênios em execução. No ano de 2014, foram realizados 10 convênios e 01 Termo e Cooperação cujos recursos foram oriundos de Editais, Demandas Espontâneas e Emenda Parlamentares – Orçamento Impositivo 2014.

Atualmente encontra-se em Prestação de Contas Não Analisadas 16 (dezesesseis) convênios, dos quais, 11 (onze) pertencem ao Exercício de 2014 e 5 (cinco) de exercícios anteriores. Cabe salientar que 03(três) convênios se encontram em atraso no envio da prestação de Contas para realização e análise.

Para o desenvolvimento das atividades relativas às Transferências Voluntárias de Recursos, principalmente aquelas relacionadas diretamente às atividades de análise das propostas e de acompanhamento e controle dos instrumentos firmados, o quadro de servidores ainda se encontra subdimensionado, dificultando o desenvolvimento das melhores práticas, inclusive a da segregação de função.

Visando a melhoria contínua dos processos, têm sido realizados treinamentos a distância oferecidos pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP e pelo Portal de Convênios do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

Para realizar o acompanhamento e o controle das Transferências Voluntárias de Recursos, continuam sendo utilizadas as seguintes estruturas:

- Planilha de controle e acompanhamento de convênios.
- Acompanhamento da execução dos instrumentos celebrados via SICONV;
- Verificação de execução *in loco*, sempre que há identificação de necessidade. Em 2014 não foram realizadas vistorias *in loco*.

Importante salientar que continua evidente a pouca habilidade por parte dos convenientes na adequada utilização da ferramenta Portal de Convênios – Siconv, o que acarreta sobrecarga de esforço do quadro para atender às constantes solicitações de esclarecimentos e assessoramento quanto às rotinas de Transferência Voluntária de Recursos e do uso do Portal Siconv.

Quadro 16. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente						
Nome: Instituto Brasileiro de Museus						
UG/GESTÃO: 42207						
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos			
			(Quantidade e Montante Repassado)			
			Convênios	Contratos de repasse	Termo de Cooperação	Termo de Execução descentralizada
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	9	0	0	0
		Montante Repassado	1.278.328,29	0	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	0	1	0
		Montante Repassado	100.000,00	0	200.000,00	0
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0	0
Considerando que a prestação de contas foi enviada para análise						

No exercício financeiro de 2015 o Ibram possuía 10 (dez) convênios para recebimento da prestação de contas pelos recebedores de recursos.

Desses 10 (dez) convênios, 9 (nove) convenientes apresentaram a prestação de contas dos recursos recebidos e 1 (um) conveniente não enviou os dados no SICONV.

Importante salientar que continua evidente a pouca habilidade por parte dos convenientes na adequada utilização da ferramenta Portal de Convênios – Siconv, o que acarreta sobrecarga de esforço do quadro para atender às constantes solicitações de esclarecimentos e assessoramento quanto às rotinas de Transferência Voluntária de Recursos e do uso do Portal Siconv.

Quadro 17. Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Instituto Brasileiro de Museus					
UG/GESTÃO: 42207					
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos			
		Convênios	Contratos de repasse		...
Contas analisadas	Quantidade aprovada	3	0	0	0
	Quantidade reprovada	0	0	0	0
	Quantidade de TCE instauradas	0	0	0	0
	Montante repassado (R\$)	327.180,00	0	0	0
Contas NÃO analisadas	Quantidade	6	0	0	0
	Montante repassado (R\$)	951.148,29	0	0	0

Fonte: Portal de Convênios - SICONV

No ano de 2015 o Ibram analisou e aprovou 3 (três) convênios.

Atualmente encontra-se em Prestação de Contas Não Analisadas o quantitativo de 6 (seis) convênios.

Salienta-se que o Ibram possui apenas um servidor, designado para análise da prestação de contas de convênios, e que este também desenvolve outras atividades administrativas no âmbito da Diretoria de Planejamento e Gestão Interna.

Quadro 18. Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Instituto Brasileiro de Museus						
UG/GESTÃO: 42207						
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas					
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias		Mais de 120 dias
Convênios			1	1		19
Contratos de repasse	0	0	0	0		0

Em 2015, o Ibram finalizou o exercício financeiro com 19 (dezenove) prestações de contas de convênios sem a conclusão da análise.

Para o desenvolvimento das atividades relativas às Transferências Voluntárias de Recursos, principalmente aquelas relacionadas diretamente às atividades de análise das propostas e de acompanhamento e controle dos instrumentos firmados, o quadro de servidores ainda se encontra subdimensionado, dificultando o desenvolvimento das melhores práticas, inclusive a da segregação de função.

Visando a melhoria contínua dos processos, têm sido realizados treinamentos a distância oferecidos pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP e pelo Portal de Convênios do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

Para realizar o acompanhamento e o controle das Transferências Voluntárias de Recursos, continuam sendo utilizadas as seguintes estruturas:

- Planilha de controle e acompanhamento de convênios.
- Acompanhamento da execução dos instrumentos celebrados via SICONV;
- Verificação de execução *in loco*, sempre que há identificação de necessidade. Em 2015 não foram realizadas *vistorias in loco*.

PARCERIAS LIGADAS AO NEGÓCIO, MAS QUE NÃO ENVOLVERAM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

Projeto Conhecendo Museus

Fruto de parceria entre Ibram, Empresa Brasil de Comunicação - EBC, Ministério da Educação – MEC e Fundação José de Paiva Netto – FJPN, o Projeto Conhecendo Museus consiste em uma estratégia bem sucedida de produção e veiculação de conteúdos audiovisuais de museus brasileiros, por meio de programas televisivos com cunho de entretenimento e educação. A exibição dos programas nos canais de televisão – TV Brasil (EBC) e TV Escola (MEC) – e na internet é também uma importante alternativa de fruição para públicos remotos e de estímulo de visitação aos museus brasileiros, divulgando e promovendo os museus brasileiros em toda a sua diversidade; Entre os anos de 2011 e 2014, foram realizadas três edições do Projeto Conhecendo Museus.

Durante o ano de 2015 foi produzida a primeira parte da 4ª temporada do Programa Conhecendo Museus, contemplando mais 15 episódios inéditos sobre 15 Museus. Esses episódios vão ao ar em 2016. Cabe destacar que a participação do Ibram para a produção desses 15 episódios da 4ª temporada restringiu-se ao apoio técnico na análise dos roteiros e dos filmes.

Até 2015 foram produzidos e exibidos para o grande público 128 filmes sobre 134 museus brasileiros; consolidada uma programação televisiva específica sobre os museus brasileiros; produzido um site específico do Projeto Conhecendo Museus, o qual disponibiliza para o público em geral, e em tempo integral, todos os episódios da série já veiculados na televisão brasileira (www.conhecendomuseus.com.br). Os episódios também ficam disponíveis pelo You Tube.

Parceria com o Instituto Cultural do Google

Em 2015, a Google Inc. propôs ao Ibram celebração de parceria, no âmbito da iniciativa intitulada Google Cultural Institute, com intuito de valorizar e difundir a memória cultural brasileira presente no patrimônio museológico dos Museus Ibram, por meio da rede mundial de computadores e de forma gratuita.

A parceria com o Instituto Cultural do Google tem por objetivo divulgar acervos culturais, obras de arte e documentos históricos que estão fisicamente nos museus Ibram, por meio da rede mundial de computadores, ampliando o acesso a tal patrimônio por pessoas do mundo inteiro. Os produtos abrangidos na parceria consistem em: criação de visita virtual pelo ambiente do museu e seu acervo; produção de imagem Gigapixel, imagem de altíssima resolução, produzida com tecnologia desenvolvida exclusivamente pela Google; e criação de exposições/exposições virtuais. A visita e as exposições virtuais aumentam o desejo de pessoas conhecerem pessoalmente os museus. Por sua vez, a imagem Gigapixel permite que usuários examinem os mínimos pormenores da obra, como a textura e as pinceladas, acessibilidade que só pode ser propiciada por meio desta tecnologia.

A parceria foi celebrada em dezembro de 2015 e prevê a realização de projeto piloto em cinco museus Ibram: Museu Nacional de Belas Artes, Museu Lasar Segall, Museu Histórico Nacional, Museus Castro Maya e Museu Imperial (Casa Geyer). Os produtos da parceria passam a integrar os sites de cada museu, que contarão com imagens em excelente resolução e recursos tecnológicos, produzidos gratuitamente pela Google. Os produtos também estarão presentes na plataforma da Google, proporcionando a divulgação dos museus Ibram e de seus acervos em uma plataforma global, o que pode possibilitar novos negócios para o museu. Cabe ressaltar que a parceria não possui fins lucrativos, tampouco implicou repasse de recursos financeiros. O objeto da parceria dispensou a chamada pública, pela singularidade das tecnologias oferecidas pela Google na parceria, em especial a imagem Gigapixel.

Termo de Reciprocidade Celebrado entre a Telefônica Vivo S/A e o Instituto Brasileiro de Museus/Ibram para promoção e divulgação da 13ª Semana Nacional de Museus.

A assinatura do Termo de Reciprocidade visou fomentar e promover a valorização e a preservação da memória e da diversidade cultural brasileira.

Coube à VIVO divulgar a 13ª SNM por meio do envio de 400.000 (quatrocentos mil) SMSs Sociais aos seus clientes com a frase *“Participe da 13ª Semana de Museus. De 18 a 24 de maio em museus de todo país. Confira a programação em www.museus.gov.br. VIVO e Instituto Brasileiro de Museus”*, distribuídos da seguinte forma:

Ao Ibram, coube a inclusão da logomarca da TELEFÔNICA | VIVO como apoiadora no material gráfico e audiovisual produzido para promoção e divulgação da 13ª Semana Nacional de Museus.

Termo de Reciprocidade Celebrado entre a TAM LINHAS AÉRAS e o Instituto Brasileiro de Museus/Ibram, para promoção e divulgação da 13ª Semana Nacional de Museus.

A assinatura do Termo de Reciprocidade visou fomentar e promover a valorização e a preservação da memória e da diversidade cultural brasileira.

Coube à TAM divulgar a 13ª SNM por meio de espaço de mídia para matéria na revista de bordo TAM NAS NUUVENS, na área AGENDA, no mês de maio de 2015.

Ao Ibram, coube a inclusão da logomarca da TAM LINHAS AÉRAS como apoiadora no material gráfico e audiovisual produzido para promoção e divulgação da 13ª Semana Nacional de Museus.

Termo de Reciprocidade Celebrado entre a CIA HERING e o Instituto Brasileiro de Museus/Ibram, para promoção e divulgação da 13ª Semana Nacional de Museus.

A assinatura do Termo de Reciprocidade visou fomentar e promover a valorização e a preservação da memória e da diversidade cultural brasileira.

Coube à CIA HERING, doação de 500 camisetas brancas, tamanho G e com a arte impressa da 13ª Semana Nacional de Museus (enviadas aos museus participantes).

Ao Ibram, coube a inclusão da logomarca do Museu Hering como apoiador no material gráfico e audiovisual produzido para promoção e divulgação da 13ª Semana Nacional de Museus.

4.3.7.5. Informações de pessoal para análise da prestação de contas

No exercício financeiro de 2015, para a análise da prestação de contas, o Instituto Brasileiro de Museus disponibilizou os seguintes quantitativos de colaboradores.

1 (um) Servidor – Analista I

2 (dois) Apoios Administrativos nível II

4.3.9. Informações sobre a execução das despesas

Quadro 19. Despesas por modalidade de contratação

Unidade orçamentária: Instituto Brasileiro de Museus	Código UO: 42207		UGO: 423001	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	42.387.963,33	41.325.801,88	42.316.113,01	41.325.801,88
a) Convite	-	61.479,65	-	61.479,65
b) Tomada de Preços	467.736,62	439.910,08	467.736,62	439.910,08
c) Concorrência	663.375,77	-	663.375,77	-
d) Pregão	41.256.850,94	40.824.412,15	41.185.000,62	40.824.412,15
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	6.369.895,24	6.583.706,13	6.355.713,31	6.582.960,14
h) Dispensa	5.312.261,99	5.524.224,34	5.302.037,79	5.523.478,35
i) Inexigibilidade	1.057.633,25	1.059.481,79	1.053.675,52	1.059.481,79
3. Regime de Execução Especial	15.619,74	4.011,96	15.619,74	4.011,96
j) Suprimento de Fundos	15.619,74	4.011,96	15.619,74	4.011,96
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	70.488.951,32	68.978.187,63	70.488.856,32	68.978.187,63
k) Pagamento em Folha	70.232.015,08	68.613.412,77	70.232.015,08	68.613.412,77
l) Diárias	256.936,24	364.774,86	256.841,24	364.774,86
5. Outros*	10.326.496,31	8.435.477,00	10.301.667,77	8.435.477,00
6. Total (1+2+3+4+5)	129.588.925,94	125.327.184,60	129.477.970,15	125.326.438,61

OBS.: no Relatório de Gestão de 2014, os valores da linha "5. Outros" estavam erroneamente somando os valores da linha "k) Pagamento em Folha". Dessa forma, os valores das colunas de 2014 estão corrigidos neste Relatório de Gestão de 2015.

Quadro 20. Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal								
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	47.858.221,81	46.467.354,40	47.858.221,81	46.467.354,40	-	-	47.858.221,81	46.467.354,40
Obrigações Patronais	9.486.261,94	9.289.782,36	9.486.261,94	9.289.782,36	-	-	9.486.261,94	9.289.782,36
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	6.370.773,40	5.817.374,23	6.370.773,40	5.817.374,23	-	-	6.370.773,40	5.817.374,23
Demais elementos do grupo	2.931.320,62	2.052.082,97	2.931.320,62	2.052.082,97	-	-	2.931.320,62	2.052.082,97
3. Outras Despesas Correntes								
Locação de Mão de Obra	47.017.683,05	40.431.101,46	36.285.208,14	35.187.323,97	10.732.474,91	5.243.777,49	36.196.202,38	35.187.323,97
Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	26.363.864,42	27.000.028,44	17.915.628,39	18.322.618,69	8.448.236,03	8.677.409,75	17.893.878,61	18.322.618,69
Demais elementos do grupo	11.202.672,20	13.101.836,41	7.653.896,89	7.813.324,60	3.548.775,31	5.288.511,81	7.653.696,64	7.812.578,61
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos								
Obras e Instalações	2.458.608,40	-	663.375,77	-	1.795.232,63	-	663.375,77	-
Equipamentos Materiais Permanentes	1.476.708,75	1.560.702,75	416.003,11	377.323,38	1.060.705,64	1.183.379,37	416.003,11	377.323,38
Demais elementos do grupo	308.235,87	2.788.473,19	8.235,87	-	300.000,00	2.788.473,19	8.235,87	-

No quadro abaixo, evidenciamos a restrição imposta pelo contingenciamento sobre a dotação das despesas discricionárias desta Unidade, bem como a priorização dada ao funcionamento dos museus e manutenção da sede e o respectivo impacto na execução das ações finalísticas.

Quadro 21. Despesas Discricionárias e contingenciamentos do Ibram

Despesas Discricionárias	Dotação LOA 2015	Empenhado	%	Executado	%
	(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)
Manutenção Administrativa	26.339.251,00	24.373.672,18	92,5 %	19.226.047,03	73,0 %
2000 - Administração da Unidade	26.139.251,00	24.306.192,42	93,0%	19.169.047,27	73,3 %
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	200.000,00	67.479,76	33,7%	56.999,76	28,5 %
Funcionamento de museus Ibram	46.701.872,00	46.637.042,13	99,9 %	35.479.080,36	76,0 %
211F - Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais	46.701.872,00	46.637.042,13	99,9%	35.479.080,36	76,0 %
Projetos e Atividades Finalísticas	32.305.463,00	5.637.635,71	17,5 %	2.474.178,15	7,7%
14U2 - Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais	4.430.661,00	2.595.385,42	58,6%	768.485,43	17,3 %
14U2 - P.O. Implantação do Museu Nacional de Brasília	16.133.599,00	-			
15CQ - Implantação do Museu Nacional da Memória Afrodescendente	8.000.000,00	-			
20ZF - Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	2.491.203,00	2.448.549,64	98,3%	1.666.965,22	66,9 %
20ZG - Formulação e Gestão da Política Cultural	550.000,00	515.522,06	93,7%	-	0,0%
20ZM - Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural	700.000,00	78.178,59	11,2%	38.727,50	5,5%
Total geral	105.346.586,00	76.648.350,02	72,8 %	57.179.305,54	54,3 %

Para tentar melhorar o desempenho das atividades finalísticas, o Ibram buscou a captação de recursos de outras fontes junto a unidades do Ministério da Cultura e do Fundo Nacional da Cultura, viabilizando a implementação de projetos finalísticos.

Outro fator negativo na execução orçamentária se deu pelo fato de parte do limite orçamentário apenas ser liberado próximo ao final do exercício. Consequentemente, houve no final do exercício um aumento na produção de empenhos, porém sem condições de realização a contento, sem tempo hábil para cumprimento de todas as etapas das despesas. Além disso, com a baixa liberação de recursos financeiros, muitos empenhos ficaram pendentes de pagamento, gerando a inscrição de grande volume de restos a pagar não processados em 2015, ou seja, aumentando os compromissos com efeitos financeiros para o exercício seguinte.

Esse quadro de acúmulos de trabalhos no final do ano e até mesmo de não atendimento das demandas poderia ser minimizado se houvesse maior antecedência no planejamento dos projetos anuais e nas elaborações de projetos básicos, bem como se um maior número de aquisições/contratações comuns a várias unidades museológicas fossem processadas conjuntamente, diminuindo o volume de processos centralizados na sede. Capacitação e aperfeiçoamento de pessoal, tanto da área meio quanto da área fim, trariam resultados positivos para a gestão do órgão,

sem deixar de mencionar a necessidade de mais servidores nas áreas administrativas do Ibram.

Em relação aos recursos oriundos do Fundo Nacional de Cultura - FNC cabe destacar que:

- O Edital de Chamamento Público do Prêmio Modernização de Museus 2014 – Microprojetos, para a seleção e premiação de iniciativas voltadas à preservação do patrimônio museológico, teve sua inscrição prorrogada para o início do ano de 2015, quando de fato houve a seleção e referida execução orçamentária que havia sido inicialmente planejada para a distribuição de 20 prêmios de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) cada, no valor total de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Após a reclassificação dos selecionados por descumprimento de dispositivos editalícios referentes à documentação complementar, duas instituições selecionadas na segunda chamada foram impossibilitadas de receber o recurso financeiro pelos mesmos motivos e, conseqüentemente, a execução foi R\$100.000,00 (cem mil reais) menor que o previsto.

Com a distribuição de 18 (dezoito) prêmios, foram contempladas instituições museológicas de 17 (dezesete) municípios, localizados em 9 (nove) estados brasileiros das 5 (cinco) regiões do Brasil, sendo 2 (dois) no Norte; 3 (três) no Nordeste; 1(um) no Centro- Oeste; 9 (nove) no Sudeste ; e 3(três) no Sul do país.

- O Edital de Chamamento Público do Prêmio Pontos de Memória 2014 também teve sua inscrição prorrogada e execução orçamentária no ano de 2015. O montante para a execução previsto foi de R\$ 1.480.000,00 (um milhão, quatrocentos e oitenta mil reais) para a premiação de 47 (quarenta e sete) ações desenvolvidas por iniciativas de memória e museologia social.

A distribuição prevista dos prêmios e a efetiva execução deu-se da seguinte forma:

a) 44 (quarenta e quatro) prêmios no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) cada, totalizando R\$ 1.320.000,00 (um milhão e trezentos e vinte mil reais), para ações desenvolvidas por grupos, povos e comunidades em âmbito nacional.

Ocorreu o impedimento de recebimento do recurso financeiro de 16 (dezesesseis) selecionados devido ao descumprimento de dispositivos editalícios referentes à documentação complementar, e por consequência a execução foi R\$480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais) menor que o previsto. Portanto, o número de premiações nessa categoria foi 28 (vinte e oito), perfazendo o total de R\$ 840.000,00.

A regionalização da distribuição desses 28 (vinte e oito) prêmios foi da seguinte forma: 26 (vinte e seis) municípios localizados em 13 (treze) Estados brasileiros das 5 (cinco) regiões do Brasil, sendo 1 (um) no Norte; 13 (treze) no Nordeste; 2 (dois) no Centro- Oeste; 11 (onze) no Sudeste ; e 1 (um) no Sul do país.

b) 3 (três) prêmios no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), totalizando R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para ações desenvolvidas por brasileiros residentes no exterior.

Houve a desclassificação do primeiro colocado nessa categoria, devido ao descumprimento de dispositivos editalícios referentes à documentação complementar a ser apresentada para o recebimento do prêmio, e por consequência, a execução foi de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) a menos que o previsto.

Não houve tempo hábil, no exercício de 2015, para proceder os atos administrativos necessários com vistas à reclassificação prevista no referido Edital.

Modalidades de Contratações

A Constituição Federal, art. 37, inciso XXI, prevê para a Administração Pública a obrigatoriedade de licitar. Esse artigo foi regulamentado pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que estabeleceu normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A licitação é o procedimento administrativo formal em que a Administração Pública convoca, mediante condições estabelecidas em ato próprio (edital/Projeto Básico), empresas interessadas na apresentação de propostas para o oferecimento de bens e serviços.

As modalidades e tipos de licitação, adotadas pelo Ibram são aquelas que identificam as características e o processamento do certame através do solicitado na instrução processual; esses, por sua vez, indicam a forma que o certame será conduzido e pelo qual as propostas serão julgadas, consubstanciando pressuposto básico do princípio do julgamento objetivo (menor preço, melhor técnica, técnica e preço, maior lance ou oferta).

Seguem as modalidades usadas no Ibram:

1. Modalidade de Licitação

- a) Tomada de Preços
- b) Concorrência
- c) Pregão (Eletrônico/SRP)
- d) Concurso

2. Contratações Diretas

- h) Dispensa
- i) Cotação Eletrônica
- j) Inexigibilidade

Os critérios adotados pela Divisão de Licitações-DLIC para atender às necessidades do Ibram, estão vinculadas as demandas das Divisões Setoriais.

Nos critérios para as licitações, levar-se-ão em conta, no interesse do serviço público, as condições de qualidade, rendimento, preço, condições de pagamento, prazos e outras pertinentes, estabelecidas em edital.

Quanto ao julgamento das propostas, serão adotados também, conforme o caso e no interesse do serviço público os seguintes critérios para as licitações:

- I - qualidade;
- II - rendimento;
- III- preço;
- IV - condições de pagamento;
- V -prazos;
- VI - outras vantagens ou fatores previstos em edital.

Referente à realização das despesas por modalidade de contratação, o Ibram foi contemplado com recursos com a finalidade de dar continuidade às obras de revitalização das unidades museológicas vinculadas, dessa forma houve um aumento na realização de licitações na modalidade tomada de preços.

No que tange ao pregão, houve uma especialização de servidores do quadro, o que culminou num aumento de pregões realizados, ampliando a quantidade de contratações e os valores

despendidos.

Não há um planejamento do Instituto acerca da execução das demandas das unidades museológicas, nem um setor específico que centralize as demandas e elabore projeto básico/termo de referência agrupando todas as demandas dessas unidades, sendo que diversas aquisições/contratações que poderiam ser processadas conjuntamente são efetivadas mediante dispensa/ inexigibilidade de licitação.

Devido à natureza das unidades museológicas e suas características e demandas peculiares, em muitas ocasiões existem poucas empresas especializadas na execução dos serviços, o que dificulta ou impossibilita a competitividade. Além disso, em diversas situações as contratações se enquadram em objetos singulares, o que permite a contratação direta.

No ano de 2015, o Ibram Sede permaneceu com apenas um pregoeiro para o atendimento de todas as demandas das Representações, dos Museus Não Executores e da própria Sede. Isso desacelerou o progresso do Órgão em relação às novas contratações, planejamentos para certames unificados, trancando a pauta de alguns pedidos. Entretanto, deu-se prioridade aos certames mais essenciais, de modo que se prosseguisse com um planejamento mínimo.

Registramos que o número de servidores que atendem às licitações não abrange nem a metade do necessário. Um número mínimo de seis servidores exclusivos à área de licitação seria o desejável à plena execução do ideal desta Autarquia. Hoje contamos, na Divisão de Licitação, com apenas um servidor de nível médio (que não é pregoeiro), e dois terceirizados além do Chefe, que acumula a função de pregoeiro, único da Sede.

No Museu Imperial, foi realizada Tomada de Preços para o fornecimento e instalação de forro no Pavilhão da Viaturas, bem como para a renovação da ventilação e a elaboração de projeto elétrico.

No Museu Nacional de Belas Artes, foi realizada Tomada de Preços para a contratação de empresa especializada em restauração e conservação de bens móveis e pesquisa histórica e foi realizada Concorrência para a contratação de serviços técnicos especializados para a elaboração de projeto executivo para a restauração de fachadas, cúpulas, terraços e claraboias, ambas com recursos do PAC das Cidades Históricas.

Em 2015, foi realizada a Tomada de preço 02/2015, cujo objeto consiste na contratação de empresa de engenharia especializada para execução, mediante o regime de empreitada por preço global, de obra referente a serviços técnicos especializados para recuperação das instalações prediais: elétrica, telefonia, lógica, luminotécnica, SPDA (Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas), infraestrutura para sistema de segurança dos edifícios e anexos do Museu Villa Lobos. Como resultado do julgamento, em 09 de dezembro de 2015, foi licitada obra, na modalidade tomada de preços, para a manutenção dos sistemas elétrico e hidráulico do Museu Villa Lobos. Nesse sentido, foram empenhados R\$ 494.000,00, sendo deste valor R\$ 400.000,00, aportados pelo FNC, e R\$ 94.000,00 em recursos próprios do IBRAM.

Como contrapartida de Projeto do BNDES, que compreende a Etapa 2 do Edifício Anexo do Museu Chácara do Céu, foram empenhados R\$ 983.608,40, por meio da captação de recursos junto ao FNC.

Por meio de Tomada de Preços, também serão contratados projetos executivos de arquitetura, restauro e complementares para a restauração do Museu Casa da Hera e seu anexos com recursos do PAC das Cidades Históricas.

Por fim, também foi contratado serviço de elaboração de projeto executivo de paisagismo com ênfase na drenagem, irrigação e pavimentação do Jardim Histórico do Museu da República com recursos do PAC das Cidades Históricas.

4.4. Desempenho Operacional

No quadro abaixo são apresentados os resultados acumulados para desempenho operacional das ações do Ibram constantes no PPA 2012-2015.

Quadro 22. Desempenho operacional das ações do Ibram constantes no PPA 2012-2015.

Objetivo	Meta PPA 2012/2015	Resultado Alcançado acumulado PPA 2012/2015	Resultado alcançado 2015	Análise Situacional
0783 - Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade	Ampliar continuamente o número anual de visitantes aos museus brasileiros	-	-	As estratégias adotadas pelo Ibram para ampliar a visitação e diversificar o público frequentador têm como um de seus principais pilares a realização de ações anuais permanentes de promoção e divulgação dos Museus (Semana Nacional de Museus e Primavera dos Museus) com o intuito de integrar os museus brasileiros entre si e nos seus contextos social e territorial. Os últimos dados, relativos à Semana Nacional de Museus/2015, revelam, com base nas respostas de 669 museus (48% do total de instituições participantes do evento), que o fluxo de visitantes durante essa semana aumentou em 92% em relação à semana anterior. Em relação ao mês anterior, o aumento foi de 21,9%. Em números absolutos, os dados obtidos pela amostra da pesquisa são os seguintes: na semana anterior ao evento, o público visitante dos museus da amostra foi de 172.170; durante a Semana, 331.228; na semana seguinte, 185.674. No mês anterior ao evento, a visitação foi de 680.156 pessoas. No mês da Semana, o número aumentou para 829.326. Registre-se que essa Pesquisa é apenas indicativa da tendência de aumento da visitação dos museus em função da realização desse evento
0783 - Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade	Identificar e premiar 155 novos Pontos de Memória	141	33	No ano de 2015 foram premiados 33 pontos de memória. As dificuldades para o alcance da meta até 2015 continuam sendo, basicamente: indisponibilidade de recursos orçamentários e mão de obra especializada em desenvolvimento da plataforma.
0783 - Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade	Integrar em rede 50% de bibliotecas e 50% dos arquivos que atuam no campo museológico brasileiro	0	0	As dificuldades para o alcance da meta até 2015 continuou sendo, basicamente: indisponibilidade de recursos orçamentários e mão de obra especializada em desenvolvimento da plataforma. Em 2015, a primeira fase, o termo de referência retornou a área técnica para ajustes. Uma vez finalizado o termo foi encaminhado à área administrativa responsável pela licitação. Por questões de contingenciamento orçamentário a aquisição não pode ser realizada. Em virtude desses impedimentos, a segunda e terceira fase deverão ser revistas pela área técnica, com impossibilidade de implantação neste ano como o previsto.

0783 - Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade	Identificar e difundir o patrimônio museológico de 40% das instituições museais brasileiras	39%	38%	Segundo o Cadastro Nacional de Museus, existem hoje no Brasil 3.640 museus, e apenas com a realização da Semana Nacional de Museus, 1.378 museus foram atingidos em 2015, ou seja, 37,85% do total de instituições museais brasileiras.
0788 - Produzir fomentar e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira	Realizar 300 oficinas de capacitação do setor museal	404	118	Em 2015 foram realizadas 118 oficinas. Cabe destacar, que em 2015 o Ibram implantou um ambiente virtual de aprendizagem para desenvolvimento e oferta de cursos na modalidade a distância. Ao longo deste ano foram realizados 5 cursos piloto tendo como público alvo os servidores dos museus do Ibram e do Programa Pontos de Memória.
0783 - Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade	Implantar e/ou modernizar 60 unidades museais	167	43	A meta acumulada do PPA foi superada em vezes 2,7 vezes ao valor estabelecido.

4.14. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Indicadores relativos ao Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM)

O PNSM é o primeiro planejamento global e de longo prazo (2010-2020) do setor museal, construído de forma participativa e democrática. Ele retrata os objetivos, prioridades, preocupações e urgências do setor para a institucionalização e implementação de políticas de longo prazo.

Contudo ele é um plano nacional e, como tal, é de responsabilidade compartilhada entre União, Estados, Municípios, Sociedade Organizada e Museus, tanto na sua elaboração como na sua implementação e monitoramento. Ou seja, o alcance das suas metas envolve diversos atores, pertencentes a diferentes esferas do setor museal.

Apesar de ter sido elaborado em 2010, o PNSM deixou uma lacuna na sua elaboração: a ausência de indicadores passíveis de serem monitorados.

Nesse sentido a primeira revisão do PNSM teve por objetivo tornar o instrumento mais tangível e objetivo, possibilitando acompanhamento dos seus resultados. Isso se deu por meio da elaboração de indicadores de resultados.

Para tanto, foi contratada consultoria especializada e desenvolvido um processo, também participativo, construído e validado pelo setor, que culminou, na aprovação pela Plenária Final do 6º Fórum Nacional de Museus, dos indicadores abaixo relacionados.

Quadro 23. Indicadores de desempenho

Nº da Diretriz	Diretriz	Produto	Impacto	Indicador	Fórmula
02.09	Desenvolver programas de apoio à revitalização e adequação de uso de espaços públicos ociosos, para que sejam utilizados por programas museais	Programas de requalificação e adequação de uso de imóveis públicos ociosos (abandonados, subutilizados) para utilização por museus ou	Dinamização do espaço público e da vida cultural local	Percentual de projetos de requalificação e adequação de imóveis públicos ociosos voltados para museus ou outros processos museais	$(\text{Quantidade de projetos de requalificação e adequação de imóveis públicos ociosos voltados para museus ou outros processos museais} / \text{Quantidade total de imóveis públicos ociosos}) \times 100$
02.11	Estabelecer uma política de acessibilidade universal para museus e centros culturais.	Museus com acervos digitais disponibilizados na Web	Democratização de acesso	Percentual de museus com acervos digitais disponibilizados na Web	$(\text{Quantidade de museus com acervos digitais disponibilizados na Web} / \text{Quantidade total de museus brasileiros}) \times 100$
02.11	Estabelecer uma política de acessibilidade universal para museus e centros culturais.	Museus que atendam aos requisitos básicos de acessibilidade	Democratização de acesso	Índice básico de acessibilidade (índice composto a partir da seção 3 da PAM)	Valores positivos: P 3.1 – Aberto P 3.2 – Aberto aos finais de semana P 3.4 – Entrada não cobrada

					<p>P 3.5 - Se cobrada entrada, política de redução de valor para públicos específicos</p> <p>P 3.5 – Bebedouro, estacionamento, sanitário</p> <p>P 3.6 – Recursos para atendimento à turistas estrangeiros</p> <p>P 3.7 – Infraestrutura para visitantes com dificuldade de locomoção</p> <p>P 3.8 – Instalações para pessoas com deficiências auditivas e visuais</p>
02.11	Estabelecer uma política de acessibilidade universal para museus e centros culturais.	Museus que atendam aos requisitos básicos de acessibilidade	Democratização de acesso	Índice de acessibilidade (índice composto a partir das seções 3, 8 e 9 da PAM)	<p>Valores positivos:</p> <p>P 3.1 – Aberto</p> <p>P 3.2 – Aberto aos finais de semana</p> <p>P 3.3 – Aberto ao público geral</p> <p>P 3.4 – Entrada não cobrada</p> <p>P 3.5 Se cobrada entrada, política de redução de valor para públicos específicos</p> <p>P 3.5 – Bebedouro, estacionamento, sanitário</p> <p>P 3.6 – Recursos para atendimento a turistas estrangeiros</p> <p>P 3.7 – Infraestrutura para visitantes com dificuldade de locomoção</p> <p>P 3.8 – Instalações para pessoas com deficiências auditivas e visuais</p> <p>P 8.3 – Dispõe de audioguia</p> <p>P 8.4 – Realização de atividades educativas e culturais para públicos específicos</p> <p>P 9.1 – Realizar contagem de público</p> <p>9.1.2 – Variação positiva do total de visitantes por ano</p> <p>P 9.3 – Realizar pesquisa sobre o perfil de público</p>
01.07	Estabelecer e ampliar políticas culturais voltadas para o campo museológico nas esferas municipal, estadual e	Convênios e parcerias com instituições públicas, privadas e comunitárias	Estruturação e formação em museus	Número de convênios formalizados	Número de convênios formalizados

	federal que atendam às demandas de estruturação e formação em museus, por meio de convênios e parcerias com instituições públicas, privadas e comunitárias.				
01.11	Estabelecer contínua interlocução cultural de caráter fronteiriço entre os países sul-americanos, valorizando as manifestações artísticas, históricas e sociais, levando em conta realidades locais de formação e desenvolvimento para reflexão, intercâmbio de experiências e divulgação de ações de preservação	Intercâmbio cultural de caráter fronteiriço entre os países sul-americanos na área de museus	Valorização das manifestações artísticas, históricas e sociais por meio dos museus	Percentual de países fronteiriços com intercâmbio Cultural com o Brasil na área dos museus	$(\text{Número de países fronteiriços com ações de intercâmbio Cultural na área de museus com o Brasil} / \text{Total de países fronteiriços com o Brasil}) \times 100$
03.05	Desenvolver planos de sustentabilidade das instituições museais, envolvendo a sociedade civil e o poder público, em suas diversas esferas (municipal, estadual, federal e distrital).	Redes e Sistemas instituídos	Ampliação do envolvimento da sociedade civil e do poder público, em suas diversas esferas (municipal, estadual, federal e distrital) com os museus	Taxa de criação de sistemas locais	Quantidade de sistemas criados no período / Quantidade de sistemas no período anterior
04.14	Ampliar parcerias entre os museus e o setor turístico, propiciando a inclusão, o respeito e a valorização da diversidade cultural	Parcerias entre os setores de museus e de turismo ampliadas	Fortalecimento dos museus como atrativo turístico	Taxa de variação de investimento público da área de turismo na área museal	Valor financeiro público da área do turismo investido na área museal no período / Valor financeiro público da área do turismo investido na área museal no período anterior
05.01	Fortalecer o Sistema Brasileiro de Museus, consolidando-o como sistema de participação social na gestão da política pública para museus, integrado ao Sistema Nacional de Cultura	Adesão dos Museus ao Sistema Brasileiro de Museus	Consolidação do SBM como sistema de participação social na gestão da política pública para museus	Percentual de vinculação dos Museus ao SBM	$(\text{Quantidade de Museus vinculados ao SBM} / \text{Quantidade total de Museus}) \times 100$
05.03	Promover a criação de redes de integração dos museus, com a participação do poder público, com o objetivo de fortalecer e	Adesão dos museus aos Sistemas Locais	Ampliação do campo de ação e articulação entre os museus	Percentual de vinculação dos Museus aos Sistemas Locais	$(\text{Quantidade de Museus vinculados aos Sistemas Locais} / \text{Quantidade total de Museus Locais}) \times 100$

	ampliar o campo de ação dos mecanismos de desenvolvimento museológico				
05.03	Promover a criação de redes de integração dos museus, com a participação do poder público, com o objetivo de fortalecer e ampliar o campo de ação dos mecanismos de desenvolvimento museológico	Redes de integração dos museus criadas	Ampliação do campo de ação e articulação entre os museus	Taxa de criação de redes do campo museal	Quantidade de redes criadas no período/ Quantidade de redes no período anterior
04.01	Promover políticas públicas que reconheçam e assegurem a função social dos museus e que garantam o financiamento de um fundo setorial nos âmbitos federal, estadual, municipal, que incentivem a participação da iniciativa privada no campo dos museus	Ampliação da participação da iniciativa privada no financiamento dos fundos setoriais	Participação dos setores econômicos na manutenção das instituições museológicas	Taxa de investimento de origem privada nos fundos setoriais	Investimento da Iniciativa Privada nos fundos setoriais/ Investimento Total nos Fundos Setoriais
04.02	Criar um Fundo Setorial de Museus em âmbito federal, estadual, municipal e distrital voltado para entidades governamentais e não governamentais, a fim de garantir a sustentabilidade de seus planos museológicos plurianuais, e destacando a manutenção das instituições museológicas	Fundos Setoriais de Museus criados	Participação dos setores econômicos na manutenção das instituições museológicas	Percentual de entes federados com fundos setoriais de museus criados	(Quantidade de entes federados com fundos setoriais criados/ Quantidade total de entes federados - em âmbito municipal, estadual e distrital) x 100
04.03	Ampliar as políticas de editais da área de museus, adequando às diversidades regionais, possibilitando maior descentralização dos recursos, estabelecendo o reconhecimento do “custo amazônico”	Ampliação das políticas de editais da área de museus adequadas às diversidades regionais	Maior desconcentração regional dos recursos	Percentual de recursos financeiros de Editais Ibram destinados a projetos da área museal por região	(Quantidade de recursos destinados a projetos da área museal por região / Quantidade de recursos destinados a projetos da área museal) x 100
04.07	Criar Fundos Setoriais de Museus em âmbito federal,	Fundos Setoriais de Museus criados	Geração de renda para a comunidade e receita para os	Número de Fundos Setoriais de Museus criados	Número de Fundos Setoriais de Museus criados no período

	estadual, distrital e municipal para fomentar a relação museu-comunidade, produzindo novas perspectivas de geração de renda para a comunidade e receita para os museus, pautadas em produtos e serviços que aproveitem potencialidades, saberes e		museus		
05.02	Garantir a continuidade da Política Nacional de Museus e a consolidação do Estatuto de Museus, respeitando a diversidade regional, com a ampliação dos investimentos na área	Investimento financeiro no campo museal	Continuidade da Política Nacional de Museus e a consolidação do Estatuto de Museus	Taxa de variação de investimento financeiro no campo museal	Valores financeiros investidos no campo museal no período / Valores financeiros investidos no campo museal no período anterior *incluem recursos captados via Lei Rouanet
03.01	Fortalecer, ampliar e democratizar as formas de obtenção de recursos, e instituir os mecanismos legais necessários para o uso dos recursos próprios obtidos por meio de bilheteria, doações e serviços prestados.	Instituição das formas de uso de recursos próprios	Garantia do uso dos recursos próprios	Percentual de recursos próprios gerados e efetivamente utilizados pelos museus públicos	(Quantidade de recursos próprios aplicados nos museus públicos / Quantidade de recursos próprios gerados pelos museus públicos) x 100
04.04	Incentivar o desenvolvimento de projetos e estruturas que contribuam para a sustentabilidade dos museus, de modo a promover a geração de emprego e renda	Atividades econômicas complementares desenvolvidas pelos museus	Ampliação das formas de obtenção de recursos e geração de emprego e renda	Percentual de museus com formas de geração de recursos próprios	(Quantidade de museus com formas de geração de recursos próprios / Quantidade total de museus brasileiros) x 100
04.10	Evidenciar a necessidade dos programas de financiamento a projetos para o setor museológico, ressaltando o museu como bem simbólico e ativo econômico, passível de	Financiamento a projetos para o setor museológico	Incremento de investimentos e geração de receitas	Percentual de projetos para o setor de museus incentivados pelas Leis de Incentivo Fiscal à Cultura	(Quantidade de projetos para o setor museal incentivados pelas Leis de Incentivo Fiscal à Cultura no período / Quantidade de projetos do setor museal incentivados pelas Leis de Incentivo Fiscal à Cultura no período anterior) x 100

	investimentos e geração de receitas.				
04.10	Evidenciar a necessidade dos programas de financiamento a projetos para o setor museológico, ressaltando o museu como bem simbólico e ativo econômico, passível de investimentos e geração de receitas.	Financiamento a projetos para o setor museológico	Incremento de investimentos e geração de receitas	Percentual de variação de valores financeiros de projetos incentivados pelas Leis de Incentivo Fiscal à Cultura	(Valor financeiro total investido no campo museal pelos incentivadores - Leis de Incentivo Fiscal à Cultura - no período / Valor financeiro total investido no campo museal no período anterior) x 100
04.11	Assegurar a participação de associações junto aos museus e espaços de memória de modo a garantir a sustentabilidade destas instituições	Associações de Amigos de museus estabelecidas	Sustentabilidade dos museus	Percentual de Associações de Amigos de Museus estabelecidas	(Quantidade de Associações de Amigos de Museus estabelecidas no período/ Quantidade total de Associações de Amigos estabelecidas no período anterior) x 100
04.11	Assegurar a participação de associações junto aos museus e espaços de memória de modo a garantir a sustentabilidade destas instituições	Associações de Amigos de Museus estabelecidas	Sustentabilidade dos museus	Taxa de captação de recursos da Lei de Incentivo à Cultura pelas associações de Amigos de Museus	Valores captados pelas Associações de Amigos de Museus no período / Valor captado pelas Associações de Amigos de Museus no período anterior
04.15	Conscientizar e divulgar a função do museu como agente ativo da cadeia produtiva da cultura, capaz de gerar e estimular a capacidade criativa de futuras gerações.	Ações de promoção da imagem dos museus realizadas	Reconhecimento do Museu como agente ativo da economia	Taxa de adesão dos museus às ações de promoção	Quantidade de museus participantes de ações de promoção no período / Quantidade de museus participantes de ações de promoção no período anterior
01.04	Fortalecer os museus como espaços de discussão, interação, pesquisa e conhecimento, levando em consideração a produção simbólica e a diversidade cultural, garantindo, ainda, a participação efetiva da sociedade nos processos museais	Museus como espaços de discussão, interação, pesquisa e conhecimento	Participação efetiva da sociedade nas ações museológicas	Percentual de Conselhos Consultivos constituídos com representações comunitárias	(Quantidade de museus com Conselhos Consultivos constituídos como instância de participação da sociedade civil / Quantidade total de museus) X 100
02.02	Ampliar e fortalecer a função social dos museus, reconhecendo e identificando	Fortalecimento das relações entre comunidades,	Fortalecimento das identidades dos diversos sujeitos formadores da	Percentual de iniciativas comunitárias de memória e museologia social com	(Quantidade de iniciativas comunitárias de memória e museologia social com inventários

	as relações entre coleções, comunidades, cidades, redes de pesquisa e cooperação técnica, fortalecendo a manifestação das identidades	território e patrimônio cultural	sociedade brasileira	inventários participativos realizados	participativos realizados / Quantidade de iniciativas comunitárias de memória e museologia social) x 100
02.04	Estabelecer o espaço do museu como mecanismo dinâmico de referência cultural para as cidades, como um bem simbólico necessário para a afirmação de identidades, valorizando a memória e os saberes, promovendo a integração das comunidades locais	Identidades locais reconhecidas	Valorização de memória e saberes	Número de iniciativas comunitárias de memória e museologia social instituídas	(Quantidade de iniciativas comunitárias de memória e museologia social instituídas / Quantidade de total de iniciativas comunitárias de memória e museologia social mapeadas)
02.10	Fomentar a relação museu-comunidade, por meio do incentivo à criação de museus dedicados à memória comunitária	Iniciativas comunitárias de memória e museologia social com conselhos gestores instituídos	Relação museu-comunidade fortalecida	Taxa de variação da quantidade de iniciativas comunitárias de memória e museologia social com conselhos gestores instituídos	Quantidade de iniciativas comunitárias de memória e museologia social com conselhos gestores instituídos no período / Quantidade de iniciativas comunitárias de memória e museologia social com conselhos gestores instituídos no período anterior
03.06	Garantir a transformação dos sítios paleontológicos e arqueológicos em museus de território, como forma de preservá-los e propiciar a geração de renda para as comunidades do entorno	Sítios paleontológicos e arqueológicos transformados em museus de território com participação da comunidade	Preservação dos sítios paleontológicos e arqueológicos registrados pelo Iphan e geração de renda para as comunidades do entorno	Taxa de criação de Museus de Território em Sítios Paleontológicos e Arqueológicos registrados pelo Iphan com participação da comunidade no conselho gestor	Quantidade de museus de Território em sítios paleontológicos e arqueológicos registrados pelo Iphan com participação da comunidade no conselho gestor / Quantidade de sítios Paleontológicos e Arqueológicos cadastrados no Iphan
02.07	Garantir o investimento na qualificação e nas condições de trabalho do quadro de profissionais da ação educativa e do serviço sociocultural dos museus e demais espaços da memória	Equipes de profissionais qualificados que trabalham permanentemente e exclusivamente em educação museal	Melhoria da qualidade nas ações educativas realizadas pelos museus e nas condições de trabalho.	Percentual de museus com equipe profissional que trabalha exclusivamente em educação museal	(Quantidade de museus com equipe profissional que trabalha exclusivamente em educação museal/quantidade total de museus brasileiros) X 100
02.07	Garantir o investimento na qualificação e nas condições	Equipes de profissionais qualificados que trabalham	Melhoria da qualidade nas ações educativas realizadas	Percentual de museus com equipe profissional que	(Quantidade de museus com equipe profissional que trabalha

	de trabalho do quadro de profissionais da ação educativa e do serviço sociocultural dos museus e demais espaços da memória.	permanente e exclusivamente em educação museal.	pelos museus e nas condições de trabalho.	trabalha permanentemente em educação museal	permanentemente em educação museal/quantidade total de museus brasileiros) X 100
02.07	Garantir o investimento na qualificação e nas condições de trabalho do quadro de profissionais da ação educativa e do serviço sociocultural dos museus e demais espaços da memória.	Equipes de profissionais qualificados que trabalham permanente e exclusivamente em educação museal.	Melhoria da qualidade nas ações educativas realizadas pelos museus e nas condições de trabalho.	Percentual de museus cujos profissionais que atuam em educação museal realizaram atividades de formação.	(Quantidade de museus cujos profissionais que atuam em educação museal realizaram atividades de formação) / (Quantidade total de museus brasileiros) x 100
03.04	Assegurar que os museus e espaços de memória sejam importantes ferramentas de educação, conscientização de ações transversais de desenvolvimento cultural, social e econômico, regional e local	Criação de Programa Educativo e Cultural por cada instituição museal em consonância com o seu Plano Museológico e a Política Nacional de Educação Museal - PNEM	Museu como vetor do desenvolvimento cultural, social e econômico, regional e local.	Percentual de museus que realizam ações educativas específicas para dois ou mais diferentes públicos para além do público escolar.	(Quantidade de museus que realizam ações educativas específicas para dois ou mais diferentes públicos para além do público escolar)/(Quantidade total de museus brasileiros) x 100
03.04	Assegurar que os museus e espaços de memória sejam importantes ferramentas de educação, conscientização de ações transversais de desenvolvimento cultural, social e econômico, regional e local	Criação de Programa Educativo e Cultural por cada instituição museal em consonância com o seu Plano Museológico e a Política Nacional de Educação Museal - PNEM	Museu como vetor de desenvolvimento cultural, social e econômico, regional e local	Percentual de museus com Política Educacional instituída.	(Quantidade de museus com Política Educacional instituída)/(quantidade total de museus brasileiros)x100
03.08	Fomentar a criação de setores educativos nas instituições museológicas, no âmbito municipal, estadual, distrital e federal, e nos museus privados.	Setores educativos criados em funcionamento e participantes nas decisões da instituição em suas diversas instâncias, com previsão de recursos orçamentários e mesma equivalência em relação aos demais setores técnicos apontada no organograma	Melhoria na qualidade das ações educativas realizadas pelos museus e nas condições de trabalho.	Percentual de museus com setores educativos instituídos em funcionamento e participantes nas decisões da instituição em suas diversas instâncias.	(Quantidade de museus com setores educativos instituídos em funcionamento e participantes nas decisões da instituição em suas diversas instâncias)/(Quantidade total de museus brasileiros) x 100

		das instituições.			
01.01	Assegurar fomento para pesquisas que contemplem a produção simbólica, a diversidade cultural no espaço museológico e para o desenvolvimento de ações-culturais e formação na área dos museus	Pesquisas que contemplem a produção de conhecimento no campo museológico	Valorização e ampliação da abrangência temática do campo de pesquisa na área do conhecimento museológico.	Taxa de variação de pesquisas apoiadas por organizações públicas que contemplem a produção de conhecimento no campo museológico	Quantidade de pesquisas apoiadas pelas diferentes instituições no período / Quantidade de pesquisas apoiadas pelas diferentes instituições no período anterior
01.01	Assegurar fomento para pesquisas que contemplem a produção simbólica, a diversidade cultural no espaço museológico e para o desenvolvimento de ações-culturais e formação na área dos museus	Pesquisas que contemplem a produção de conhecimento no campo museológico	Valorização e ampliação da abrangência temática do campo de pesquisa na área do conhecimento museológico.	Taxa de variação de instituições que apoiam pesquisas que contemplem a produção de conhecimento no campo museológico	Quantidade de instituições que apoiam pesquisas no período / Quantidade de instituições que apoiam pesquisas no período anterior
01.09	Promover e garantir a identificação e o registro de memórias, manifestações culturais, saberes e fazeres dos diferentes segmentos sociais priorizando pequenas comunidades com ênfase na cultura étnica e popular e comunidades indígenas, afrodescendentes, valorizando o patrimônio imaterial brasileiro	Musealização de memórias, manifestações culturais, saberes e fazeres dos diferentes segmentos sociais	Preservação e Difusão do patrimônio imaterial brasileiro	Percentual de inventários participativos realizados em iniciativas comunitárias de memória e museologia social	(Número de inventários participativos realizados em iniciativas comunitárias de memória e museologia social / Número total de pontos de memória) x 100
01.10	Fomentar e aprofundar teórica e metodologicamente a pesquisa sobre a documentação e o acervo museológicos	Museus com acervo declarado no Inventário Nacional	Fortalecimento da pesquisa sobre documentação e acervos museológicos	Taxa de declaração de inventários no Inventário Nacional	Quantidade de museus com inventários declarados no Inventário Nacional / Quantidade de museus brasileiros
02.06	Implantar políticas de qualificação para o quadro de profissionais que atuam na área museológica.	Profissionais do setor museal capacitados	Melhoria nos serviços prestados pelo setor museal	Taxa de variação da quantidade de profissionais do setor museal capacitados	Quantidade de profissionais do setor museal capacitados no período / Quantidade de profissionais do setor museal capacitados no período anterior

03.07	Estimular o desenvolvimento do turismo sustentável por meio do reconhecimento, valorização e fortalecimento da identidade cultural local, incluindo a capacitação de pessoal para o atendimento ao turista, adaptação dos espaços museais e de memória, de forma a atender aos visitantes, inclusive portadores de deficiência, contribuindo para o desenvolvimento e a inclusão social e econômica da comunidade.	Desenvolvimento do turismo sustentável	Melhoria nos serviços prestados pelo setor museal	Percentual de museus com estruturas para receber públicos estrangeiros	(Número de museus com estrutura de atendimento para públicos estrangeiros/Número total de museus brasileiros) x 100
03.07	Estimular o desenvolvimento do turismo sustentável por meio do reconhecimento, valorização e fortalecimento da identidade cultural local, incluindo a capacitação de pessoal para o atendimento ao turista, adaptação dos espaços museais e de memória, de forma a atender aos visitantes, inclusive portadores de deficiência, contribuindo para o desenvolvimento e a inclusão social e econômica da comunidade.	Desenvolvimento do turismo sustentável	Inclusão social e econômica da comunidade	Percentual de museus com políticas de inclusão para receber públicos específicos	(Número de museus com políticas de inclusão para receber públicos específicos/Número total de museus brasileiros) X 100
04.12	Garantir a qualificação dos recursos humanos voltados para o trabalho nas instituições museológicas, para o acesso aos diversos mecanismos de financiamento.	Recursos humanos qualificados para a captação de financiamento	Ampliação do acesso aos diversos mecanismos de financiamento	Taxa de variação da quantidade de profissionais do setor museal capacitados para captação de recursos	Quantidade de Profissionais capacitados para a captação de recursos no período / Quantidade de Profissionais capacitados para a captação de recursos no período anterior
04.13	Propor a realização de concursos públicos, em âmbito federal, estadual, distrital e municipal, para funções nas	Concursos públicos realizados	Profissionalização do quadro funcional da área museal	Taxa de preenchimento de cargos para a área museal	Quantidade de vagas preenchidas/ Quantidade de vagas solicitadas

	áreas de atuação dos museus.				
05.04	Fomentar a capacitação de profissionais que atuam em museus nas áreas técnicas e administrativas e de outros agentes locais para a modernização e revitalização dos museus	Profissionais das áreas técnicas e administrativas capacitados	Modernização da gestão e revitalização dos museus	Taxa de variação da quantidade de profissionais das áreas técnicas capacitados	Quantidade de profissionais capacitados das áreas técnicas no período / Quantidade de Profissionais capacitados das áreas técnicas no período anterior
05.04	Fomentar a capacitação de profissionais que atuam em museus nas áreas técnicas e administrativas e de outros agentes locais para a modernização e revitalização dos museus	Profissionais das áreas técnicas e administrativas capacitados	Modernização da gestão e revitalização dos museus	Taxa de variação da quantidade de profissionais das áreas administrativas capacitados	Quantidade de profissionais capacitados das áreas administrativas no período / Quantidade de Profissionais capacitados das áreas administrativas no período anterior

5. GOVERNANÇA

A seguir são descritas as estruturas de governança do Ibram, bem como órgãos relacionados com o controle interno.

5.1. Descrição das estruturas de governança

A governança externa do Ibram é formada pelas seguintes entidades:

Sistema Brasileiro de Museus (SBM)

O Sistema Brasileiro de Museus (SBM) é o principal integrante do sistema de governança do setor museológico nacional. Instituído pelo Decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004, revogado pelo Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, que ampliou sua representação e competências, consolida e regulamenta uma importante e diversificada rede de parcerias institucionais voltada para a elaboração coletiva dos rumos do setor museológico em nosso país.

O SBM é um marco na atuação das políticas públicas de valorização, preservação e gerenciamento do patrimônio cultural brasileiro sob a guarda dos museus, tornando-o representativo da diversidade étnica e cultural do país.

Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus (CGSBM)

O CGSBM, conforme previsto no artigo 19 do Decreto n.º 8.124, de 17 de outubro de 2013, tem por finalidade propor diretrizes e ações e também apoiar e acompanhar o desenvolvimento do setor museológico brasileiro.

O Comitê é formado por representantes com mandato válido por dois anos dos órgãos e entidades com competências interdisciplinares ao campo museológico, e ainda por aqueles com expressivo número de museus vinculados em sua estrutura, tais como Ministério da Cultura – MinC; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; Ministério da Educação – MEC, Ministério da Defesa – MD; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI e do Ministério do Turismo – MTur; sistemas estaduais e municipais de museus; entidade representativa dos museus privados de âmbito nacional; Conselho Federal de Museologia – COFEM; entidade de âmbito nacional representativa dos ecomuseus e museus comunitários; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus – ICOM-BR; Associação Brasileira de Museologia – ABM; e instituições universitárias relacionadas à área de museologia.

De acordo com a Portaria n.º 32, de 15 de abril de 2014, do MinC, seus integrantes são:

I - Ministério da Cultura:

Titular: Juana Nunes Pereira;

Suplente: Geraldo Luiz Horta de Alvarenga Júnior.

II - Ministério da Educação:

Titular: Márcio Augusto Freitas de Meira;

Suplente: Marcos Sorrentino.

III - Ministério da Defesa:

- Titular: Antônio Tomaz Lessa Garcia Júnior;
Suplente: Wanda Regina da Silva.
- IV - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação:*
Titular: Márcio Ferreira Rangel;
Suplente: Lucia Hussak Van Velthem.
- V - Ministério do Turismo:*
Titular: Philippe Fauguet Figueiredo;
Suplente: Tais Dias Martins Carvalho.
- VI - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:*
Titular: Kalid Nogueira Choudhury;
Suplente: Nivaldo de Oliveira Sousa.
- VII - Ministério do Meio Ambiente:*
Titular: Antonia da Silva Samir Ribeiro;
Suplente: Geraldo Vitor de Abreu.
- VIII - Instituto Brasileiro de Museus:*
Titular: Angelo Oswaldo de Araújo Santos;
Suplente: Eneida Braga Rocha de Lemos.
- IX - Fundação Biblioteca Nacional:*
Titular: Renato de Andrade Lessa;
Suplente: Jayme Spinelli Junior.
- X - Arquivo Nacional:*
Titular: Maria Elizabeth Brêa Monteiro;
Suplente: Maria do Carmo Teixeira Rainho.
- XI - Sistema Estadual de Museus:*
Titular: Lucienne Figueiredo dos Santos;
Suplente: Luiz Fernando Mizukami.
- XII - Sistema Municipal de Museus:*
Titular: Raiany Aparecida da Silva;
Suplente: Annelise Costa Montone.
- XIII - Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus:*
Titular: Adriana Mortara Almeida;
Suplente: Roberta Saraiva Coutinho.
- XIV - Conselho Federal de Museologia:*
Titular: Ana Silvia Bloise;
Suplente: Clarete de Oliveira Maganhoto.
- XV - Associação Brasileira de Museologia:*
Titular: Simone Flores Monteiro;
Suplente: Rita de Cássia Lopes França.
- XVI - Associação dos Arquivistas Brasileiros:*
Titular: Lucia Maria Velloso de Oliveira;
Suplente: Margareth da Silva.
- XVII - Conselho Federal de Biblioteconomia:*
Titular: Adelaide Ramos e Côrte;
Suplente: Lucimar Oliveira Silva.
- XVIII - Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores de Bens Culturais:*
Titular: Wallace Alonso Guiglemeti;
Suplente: Denise de Oliveira Guiglemeti.
- XIX - Federação de Amigos de Museus do Brasil:*
Titular: Nelson Luis Colás;
Suplente: Gustavo Henrique Simões Horta.
- XX - Associação Brasileira de Antropologia:*

Titular: José do Nascimento Junior;
Suplente: Alicia Norma González de Castells.

XXI - Entidades representantes dos Museus privados, de âmbito nacional:

Titular: Ricardo Itsuo Ohtake;
Suplente: Eduardo Saron Nunes.

XXII - Entidades representantes dos Ecomuseus e Museus Comunitários, de âmbito nacional:

Titular: Maria Terezinha Resende Martins;
Suplente: Yara Mattos.

XXIII - Instituições universitárias relacionadas à área de Museologia:

Titular: Carlos Alberto Santos Costa;
Suplente: Ana Paula Soares Pacheco;
Titular: Elizabete de Castro Mendonça;
Suplente: Nôris Mara Pacheco Martins Leal.

De acordo com a Portaria n.º 56, de 15 de abril de 2014, do MinC, seus integrantes substitutos são:

VII- Ministério do Meio Ambiente:
Titular: Geraldo Vitor de Abreu
Suplente: Aina Rodrigues Feitosa

De acordo com a Portaria n.º 71, de 17 de agosto de 2015, do MinC, seus integrantes substitutos são:

III- Ministério da Defesa:
a) Titular: José Armando Fraga Diniz Guerra,
VI- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:
a) Titular: Leonardo de Vargas Marques,
b) Suplente: Kalid Nogueira Choudhury.
VIII- Instituto Brasileiro de Museus:
a) Titular: Carlos Roberto Ferreira Brandão,
b) Suplente: Marcos José Mantoan,

De acordo com a Portaria n.º 112, de 03 de novembro de 2015, do MinC, seus integrantes substitutos são:

VIII- Instituto Brasileiro de Museus:
Titular: Marcos José Mantoan;
Suplente: Eneida Braga Rocha.

Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico

A principal atribuição do Conselho é definir os bens culturais e coleções que deverão ser declarados de interesse público, ampliando suas garantias de preservação e manutenção. O Conselho se reúne em caráter ordinário uma vez por semestre, podendo reunir-se em caráter extraordinário por convocação do Presidente ou da maioria de seus membros. O órgão pode convidar técnicos, especialistas e membros da sociedade civil para prestar informações e opinar sobre questões específicas.

Os integrantes indicados cumprem mandato de quatro anos, permitida a recondução. A ratificação é feita por Portaria do MinC.

A governança interna do Ibram é formada pelos seguintes órgãos:

Diretoria

A Diretoria é composta pelo Presidente e pelos Diretores dos Departamentos de Processos Museais, de Difusão, Fomento e Economia dos Museus e de Planejamento e Gestão Interna, competindo-lhe, dentre outras atribuições, estabelecer a política institucional, as diretrizes e as estratégias do Ibram.

Comitê de Gestão

Instalado em novembro de 2014, por ocasião do 6º Fórum Nacional de Museus (FNM), o Comitê de Gestão do Ibram está previsto no Decreto n.º 6.845, de 07 de maio de 2009, e é composto pelo Presidente, pelos Diretores, pelo Coordenador-Geral de Sistemas de Informação Museal, pelo Procurador-Chefe e pelos dirigentes das Unidades Museológicas do Ibram, tendo as seguintes competências:

- Contribuir na elaboração e desenvolvimento do Plano Estratégico e do Plano Anual do Ibram;
- Contribuir na elaboração e desenvolvimento dos Planos Museológicos das Unidades Museológicas do Ibram;
- Estabelecer diretrizes e contribuir para a implantação e o desenvolvimento de políticas de valorização dos recursos humanos, de aquisição, preservação e exposição de bens culturais, de valorização e ampliação do público dos museus;
- Contribuir para a ampliação, consolidação e desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Museus, de acordo com o Decreto n.º 5.264, de 05 de novembro de 2004; e
- Appreciar os demais assuntos que lhe sejam submetidos pela Diretoria, pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico ou pelos membros do Comitê de Gestão.

Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico

As principais atribuições do Conselho é apoiar a formulação de políticas públicas para o setor museológico de maneira democrática e permanente bem como examinar, apreciar e opinar sobre questões relacionadas à consolidação e desenvolvimento do Ibram e ao fortalecimento do campo museal, conforme seu Regimento Interno.

Ele se reúne em caráter ordinário uma vez por semestre, podendo reunir-se em caráter extraordinário por convocação do Presidente ou da maioria de seus membros. O órgão pode convidar técnicos, especialistas e membros da sociedade civil para prestar informações e opinar sobre questões específicas. Os integrantes indicados cumprem mandato de quatro anos, permitida a recondução.

De acordo com a Portaria n.º 21, de 12 de março de 2014, os membros do Conselho são:

I - Conselho Internacional de Museus (ICOM):

- a) Maria Ignez Zuccon Mantovani Franco; e
- b) Maria Izabel Meirelles Reis Branco Ribeiro.

II - Associação Brasileira de Museologia (ABM):

- a) Mário de Souza Chagas; e
- b) Denise Coelho Studart.

III - Conselho Federal de Museologia (COFEM):

- a) Maíra de Oliveira Dias; e
- b) Maria Eugenia dos Santos Teixeira Saturni.

IV - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN):

- a) Andrey Rosenthal Schlee; e
- b) Juliana de Souza Silva.

V - Fundação Nacional de Artes (FUNARTE):

- a) Francisco de Assis Chaves Bastos; e
- b) Fernando Franca Cocchiarale.

VI - Comitê Brasileiro de História da Arte (CBHA):

- a) Elisa de Souza Martinez; e
- b) Emerson Dionísio Gomes de Oliveira.

VII - Fundação Cultural Palmares (FCP):

- a) Mariza Guimarães Dias; e
- b) Nelson Fernando Inocêncio da Silva.

VIII - Fundação Nacional do Índio (FUNAI):

- a) José Carlos Levinho; e
- b) Arilza Nazareth de Almeida.

IX - representantes da sociedade civil, com notório e especial conhecimento nos campos de atuação do Ibram:

- a) Angela Gutierrez;
- b) Antonio Carlos Mota de Lima;
- c) Fábio Luiz Pereira de Magalhães;
- d) Gaudêncio Cardoso Fidélis;
- e) João Cândido Portinari;
- f) João Maurício Ottoni Wanderley de Araújo Pinho;
- g) Jose Olympio da Veiga Pereira;
- h) Leonel Kaz;
- i) Marcelo Mattos Araujo;
- j) Maria Célia Teixeira Moura Santos;
- k) Modesto Souza Barros Carvalhosa;
- l) Paulo Estellita Herkenhoff Filho; e
- m) Ronaldo Martins Barbosa.

De acordo com a Portaria n.º 93, de 24 de setembro de 2015, os membros do Conselho substitutos são:

III- Conselho Federal de Museologia- COFEM:

- a) Maria Eugênia dos Santos Teixeira Saturni; e
- b) Rita de Cássia de Mattos;

IX- representantes da Sociedade Civil, com notório e especial conhecimento nos campos de atuação do IBRAM:

- k) Rosangela Marques de Britto;

A governança pertinente ao controle abrange os seguintes órgãos:

Comissão de Ética

A Comissão de Ética foi constituída pela Portaria n.º 294, de 26 de agosto de 2014, tendo como papel de mediar e dirimir conflitos internos, além de ser um mecanismo que aprimora a transparência pela valorização da ética pública.

Seus integrantes são

- Flávia Mello de Castro – Secretária Executiva;
- Fabiana Maria de Oliveira Ferreira;
- Alexandre Cesar Avelino Feitosa;
- Daniel Belizario de Britto Silva;
- Priscila Rodrigues Borges;
- Rogério Maurílio Alecrim Rezende; e
- Marco Antônio Xavier.

Ouvidoria

A Ouvidoria é responsável por receber, examinar e encaminhar denúncias, reclamações, elogios, sugestões e pedidos de informação referentes a procedimentos e ações do Ibram. O protocolo é registrado diretamente na Ouvidoria do Ibram.

Auditoria Interna (AUDIN)

A Auditoria Interna adota uma abordagem sistêmica e disciplinada para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos com o objetivo de adicionar valor e melhorar as operações e resultados, no intuito de que o Ibram alcance seus objetivos. Para que essa atuação seja duradoura, entende-se que é primordial que a Auditoria Interna possua uma visão clara de seu caráter sistêmico para a organização.

5.2. Informações sobre os dirigentes e colegiados

Item foi respondido em conjunto com o item 5.1

5.7. Atuação da unidade de Auditoria Interna

A Auditoria Interna, no intuito de colaborar com o Ibram a alcançar seus objetivos, adota uma abordagem sistêmica e disciplinada para a avaliação e melhora da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos com o objetivo de adicionar valor e melhorar as operações e resultados. Para que essa colaboração seja duradoura, entendemos que é primordial que a Auditoria Interna possua uma visão clara de seu valor estratégico para a organização.

Assim, todos os anos, a Auditoria Interna desenvolve o Planejamento e programa do trabalho por intermédio do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, promove as ações de execução dentro desse planejamento e por fim relata o desenvolvimento de tais ações por meio do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN.T.

Na elaboração do PAIN'T para o exercício de 2015, em síntese, foi destacada a situação da Auditoria Interna naquele momento, com base na materialidade, relevância e risco, fatores determinantes na sua elaboração, destaques que passamos a discriminar a seguir:

- a) situação da Auditoria Interna: definiu os objetivos da Auditoria, citou os recursos humanos e operacionais disponíveis e a necessidade de capacitação de seus servidores. Mais precisamente na definição dos objetivos foi enfatizada a necessidade de uma atuação preventiva, que identifique irregularidades antes que elas aconteçam e que consiga corrigir ou limitar de forma efetiva as anomalias encontradas.
- b) fatores determinantes: foram considerados os fatores que circunstanciam o PAIN'T com a legislação vigente, restrições orçamentárias, pessoal disponível etc. Foi definido também a área de atuação, como a análise dos processos encerrados no Exercício de 2014 e os em execução no decorrer do exercício de 2015.
- c) PAIN'T: definiu o objetivo e considerou que as atividades teriam origem na própria auditoria e poderiam ser demandadas pela Presidência, por qualquer área das unidades museológicas ou do Ibram Sede, CGU, TCU, Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Cultura, ou qualquer outro órgão de controle. Também definiu áreas prioritárias para o desenvolvimento das atividades por serem consideradas relevantes no gerenciamento de risco.

Ainda, no que tange à elaboração do PAIN'T 2015, foram detalhadas as atividades planejadas para serem executadas ao longo do ano de 2015, conforme abaixo:

- a) Análise e acompanhamento da devida aplicação de recursos decorrentes dos processos licitatórios e de convênios, no âmbito das unidades museológicas e do Ibram sede;
- b) Acompanhamento da execução das despesas com diárias e passagens, verificando o cumprimento da legislação vigente, bem como o acompanhamento da conformidade do registro de gestão via consultas ao SIAFI;
- c) Verificação do cumprimento da legislação correspondente a aquisição bens de consumo e de controle do almoxarifado e patrimônio no âmbito do Ibram Sede bem como das Unidades Museológicas que são unidades gestoras;
- d) Atendimento e acompanhamento das demandas da CGU e TCU apontadas em relatórios de Auditoria no âmbito das unidades do Ibram;
- e) Orientação e acompanhamento às unidades do Ibram no Processo de Contas e a correspondente emissão do parecer sobre a prestação de contas anual das entidades;
- f) Elaboração do PAIN'T para o exercício de 2016, no período de outubro a novembro de 2015, e do RAIN'T, no mês de fevereiro de 2015, referente às atividades desenvolvidas no exercício de 2014, conciliando com o correspondente PAIN'T elaborado no exercício anterior;
- g) Prestar contribuições ao corpo diretivo do Ibram, bem como expedir orientações e recomendações às unidades por telefone, e-mail's e memorandos, efetuar

encaminhamento de Acórdãos e outras determinações procedentes da CGU, TCU e Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Cultura;

- h) Realizar acompanhamento das publicações em Diário Oficial, leituras do Ementário da Gestão Pública e demais legislações pertinentes;
- i) Participação em cursos de capacitação, fóruns, simpósios, seminários, palestras, congressos que venham contribuir com as atribuições dos servidores da Auditoria;
- j) Atualização mensal dos dados referentes à Auditoria disponibilizados no sítio do Ibram na internet, atendendo às exigências da Lei de acesso à Informação.

Com o planejamento formulado, a Auditoria procura ao máximo cumprir tal plano, mesmo diante das intempéries tanto no âmbito interno como externo, que têm potencial para prejudicar o andamento dos trabalhos. Assim, podemos ressaltar os trabalhos mais relevantes realizados em 2015:

a) Auditorias realizadas:

i) No período de 03 a 22 de dezembro de 2014 e 05 a 20 de fevereiro de 2015, foi realizada a auditoria no Departamento de Planejamento e Gestão Interna – DPGI, com foco na Gestão de Pessoas com o fito na administração das licenças e/ou afastamentos dos servidores das unidades deste Instituto, que resultou no Relatório de Auditoria nº 01/2015, datado de 20 de fevereiro de 2015.

ii) No período de 13 de março a 28 de abril de 2015, foi realizada a auditoria de acompanhamento de algumas situações atípicas identificadas no sistema Observatório da Despesa Pública, da Controladoria-Geral da União, que resultou no Relatório de Auditoria nº 02/2015, datado de 28 de abril de 2015.

iii) No período de 18 de maio a 10 de agosto de 2015, foi realizada a auditoria no Museu Histórico Nacional, que resultou no Relatório Preliminar de Auditoria nº 03/2015, datado de 27 de novembro de 2015.

iv) No período de 24 de julho a 11 de setembro de 2015, foi realizada a auditoria no Museu Nacional de Belas Artes, que resultou no Relatório Preliminar de Auditoria nº 04/2015, datado de 08 de dezembro de 2015.

v) No período de 28 de setembro a 02 de outubro de 2015, foi realizada auditoria no Museu de Arte Sacra de Paraty/Forte Defensor Perpétuo de Paraty, que resultou no Relatório Preliminar de Auditoria nº 05/2015, datado de 11 de dezembro de 2015.

vi) No período de 20 de julho a 25 de setembro de 2015, foi realizada auditoria no Museu Lasar Segall, que resultou no Relatório Preliminar de Auditoria nº 06/2015, datado de 11 de dezembro de 2015.

b) Atividades complementares, como capacitação de servidores, participações em fóruns, reuniões da Diretoria Colegiada do Ibram e do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico, expedição de orientações e acompanhamentos diversos.

c) Acompanhamento das demandas dos órgãos de controle interno e externo, em cumprimento à Portaria Ibram nº 225/2013.

Dessa forma, podemos resumir os trabalhos de maior destaque no quadro abaixo:

Quadro 24. Atuação da unidade de Auditoria Interna

2015	
Processos analisados / Total de volumes	57 processos / 168 volumes
Relatórios de Auditoria expedidos	06
Documentos expedidos (<i>Memorandos, Ofícios, Notas de Auditoria, Solicitações de Auditoria, e-mails etc.</i>)	138

Após todos esses trabalhos realizados em 2015, acreditamos que houve uma considerável melhoria na gestão do Ibram, principalmente em relação às Unidades Museológicas detentoras de Unidade Gestora Executora, tanto em aspectos da instrução processual como na conscientização da obrigatoriedade ao cumprimento da legislação pertinente.

5.8. Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos

O Instituto Brasileiro de Museus, devido à grande deficiência de funções em seu quadro, ainda não conseguiu implementar a área de correção. Contudo, é importante ressaltar que a ausência de uma estrutura específica não prejudicou o gerenciamento dos processos disciplinares, uma vez que, até julho de 2015, a Coordenação de Gestão de Pessoas providenciava a inserção das informações pertinentes no sistema CGU-PAD.

Em 21 de julho de 2015, foi publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, página 06, a Portaria Ibram nº 282, criando um Grupo de Trabalho composto por 05 servidores do Instituto, responsáveis por auxiliar nas atividades relacionadas a processos administrativos disciplinares e a processos administrativos para apuração de responsabilidade administrativa de pessoa jurídica no âmbito do Ibram. Por força do artigo 6º da referida Portaria, o GT se subordina diretamente à Presidência do Ibram no desempenho de suas atividades.

As atribuições do GT são as descritas abaixo, de acordo com o artigo 3º da Portaria:

- Verificar os aspectos disciplinares dos procedimentos administrativos;
- Verificar os aspectos procedimentais dos Processos Administrativos de Responsabilização - PAR;
- Propor ao Presidente do Ibram a instauração de sindicância, processo administrativo disciplinar, PAR e demais procedimentos correccionais;
- Solicitar ao Presidente do Ibram a indicação de servidores para a composição de comissões de sindicância, processo administrativo disciplinar, processo administrativo de responsabilização de pessoas jurídicas e demais procedimentos correccionais;
- Auxiliar as comissões na instrução de processos de sindicância, processo administrativo disciplinar, processos administrativos de responsabilização e demais procedimentos correccionais disciplinares com vistas ao julgamento da autoridade superior;
- Propor ao Presidente do Ibram a capacitação dos servidores do Instituto na

matéria referente à sindicância, processo administrativo disciplinar e demais procedimentos correccionais, em articulação com o Órgão Central do Sistema de Correição;

- Encaminhar à respectiva Unidade Setorial do Sistema de Correição, na forma e periodicidade por aquela solicitada, informações e documentos que guardem semelhança com o objeto de suas atividades;

- Prover o Sistema CGU-PAD com informações e documentos, conforme disposto na Portaria/CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007.

5.9. Gestão riscos e controles internos

Os objetivos, metas e indicadores desta Unidade Jurisdicionada estão formalizados em seus instrumentos de gestão – a saber: Plano Nacional de Cultura, Plano Nacional Setorial de Museus e Mapa Estratégico do Ibram.

A identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas a serem alcançados, bem como do diagnóstico dos envolvidos nos processos estratégicos e a adoção de medidas para mitigação estão em desenvolvimento pelas equipes responsáveis.

A instauração de sindicâncias para apuração de responsabilidades é prática comum na unidade, observando as orientações dos Órgãos Reguladores no desenvolvimento das atividades do GT PAR.

A estrutura administrativa do Ibram é integrada por 29 museus, que se distribuem em nove estados. Os museus estão sediados em edificações dos séculos XVIII, XIX e XX, construídas originalmente para outros usos. Dentre elas podem ser encontrados palácios, casas de câmara e cadeia, edificações militares, edifícios de uso religioso, imóveis residenciais e escola (Academia de Belas Artes). Dos 30 museus, vinte e oito são protegidos por tombamento federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. A preservação de 37 (trinta e sete) equipamentos culturais que compõem essas unidades museológicas encontram-se em condições inadequadas para as atividades educativo-culturais e à preservação do acervo neles abrigado. Portanto, demandam cuidados especiais e constante interlocução com os órgãos de preservação. A própria condição de bens tombados os torna parte integrante do acervo do Ibram e impõe que a sua preservação seja baseada em princípios rigorosos visando à manutenção dos elementos e materiais originais de seu estilo e sua época. Visando mitigar de riscos para esta ação, o Ibram designou Grupo de Trabalho com a finalidade de prestar apoio, orientações técnicas e acompanhar o planejamento, a contratação, a execução, a fiscalização e a entrega dos serviços de reformas e das obras no âmbito dos seus Museus.

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Este item objetiva descrever os canais de acesso do cidadão ao Ibram para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas e os resultados decorrentes. Inclui, ainda, informações sobre a Carta de Serviços ao Cidadão.

6.1. Canais de acesso do cidadão

Por meio de canais como Ouvidoria, Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão – eSIC e Fale Conosco, o Ibram vem estabelecendo um diálogo com a sociedade recebendo as mais variadas demandas, que vão desde a solicitação por informações até o registro de reclamações e denúncias.

É necessário entender que até meados de 2015 existiam o canal do Fale Conosco e eSIC. Com a criação do Núcleo de Ouvidoria, por meio da Portaria ° 224, de 08 de junho de 2015, o canal Fale Conosco foi desativado.

Apesar de tratarem as demandas recebidas da sociedade, os mesmos possuem características semelhantes e ao mesmo tempo se diferenciam em determinados aspectos, a saber:

Ouvidoria:

Esse canal é responsável por receber, examinar e encaminhar denúncias, reclamações, elogios, sugestões e pedidos de informação referentes a procedimentos e ações do Instituto. O protocolo é registrado diretamente pelo Núcleo de Ouvidoria do Ibram, e em alguns casos pela ouvidoria do MinC, que encaminha a demanda ao Ibram para tratamento e resposta conforme os prazos estabelecidos no artigo 57 do Regimento Interno do Ministério da Cultura:

- ♦ Até três dias úteis para resposta a solicitações diversas;
- ♦ Até cinco dias úteis para resposta à reclamação;
- ♦ Até trinta dias úteis para manifestação sobre apuração de denúncia.

E-SIC:

O Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Por meio do sistema, além de fazer o pedido, o usuário pode receber a resposta da solicitação por e-mail, entrar com recursos, apresentar reclamações e consultar as respostas recebidas. O objetivo é facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas e, em sua maioria, as demandas se referem a pedidos de informação detalhadas, com números e datas específicas.

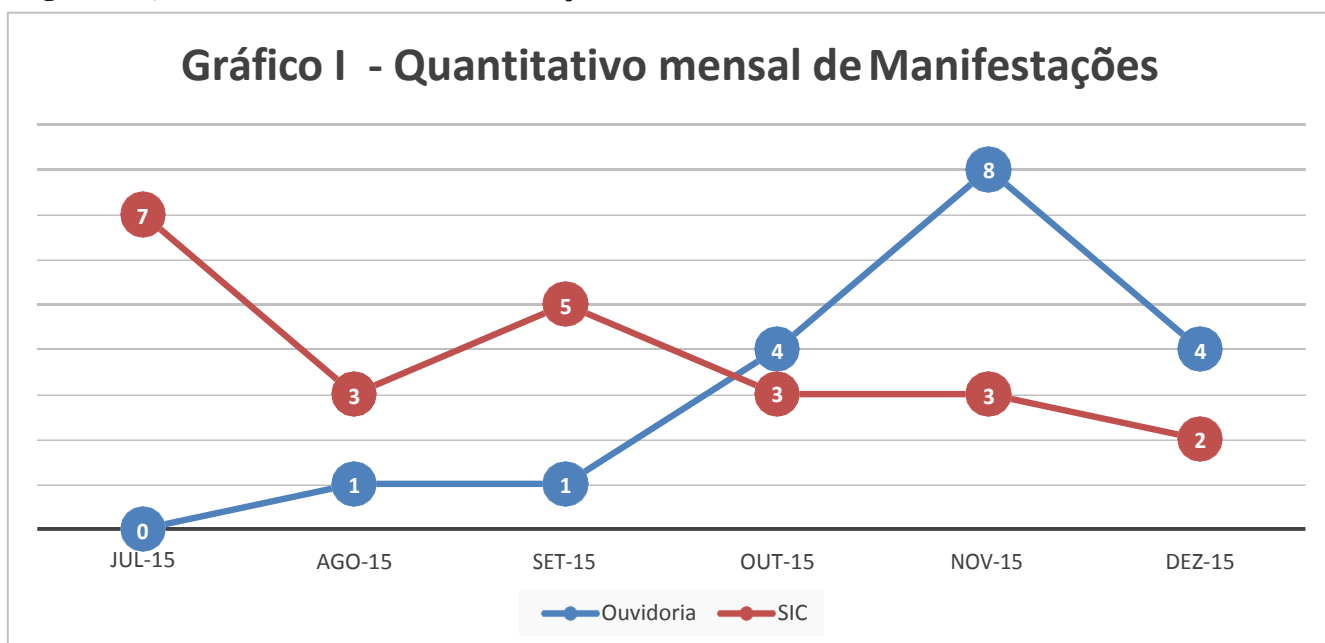
Registro de dados gerenciais e estatísticos:

Ouvidoria:

Durante o segundo semestre de 2015, obteve destaque o elevado número de demandas registradas no mês de julho

Demandas recepcionadas por mês

Figura 4. Quantitativo mensal de Manifestações



Demandas por tipo de manifestação:

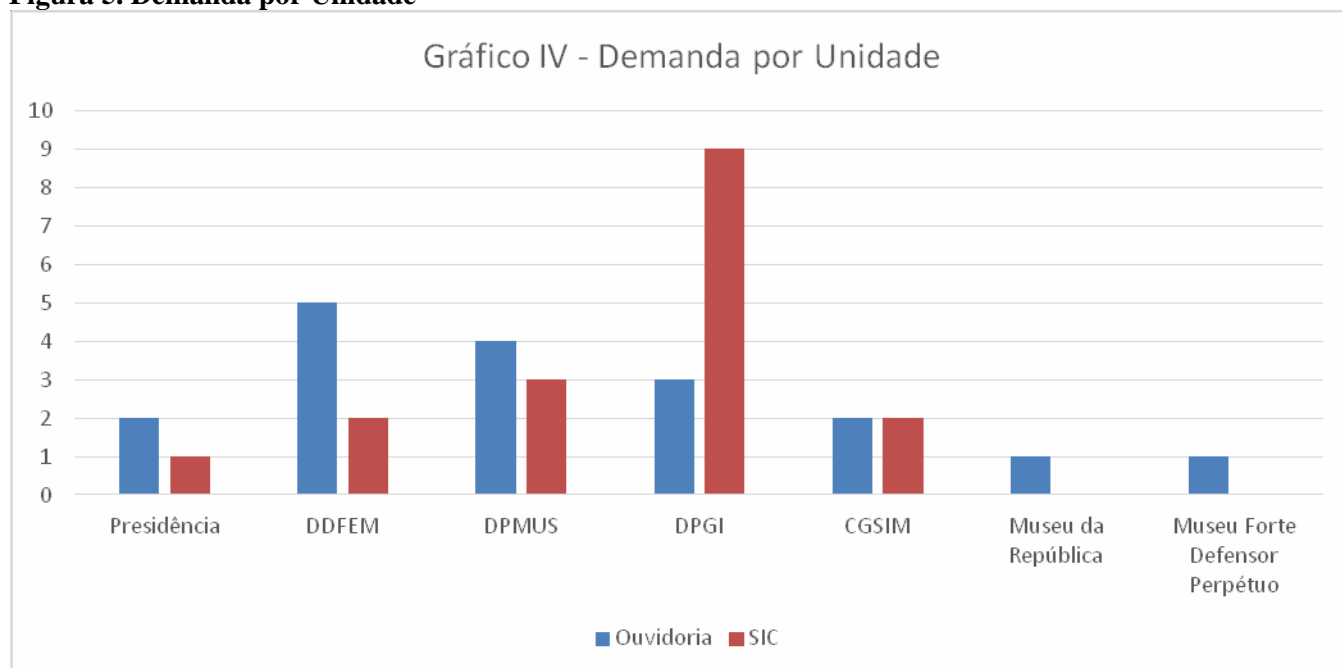
O Núcleo de Ouvidoria do Ibram acolhe pedidos de informação, reclamações, denúncias, elogios, sugestões e solicitação. A manifestação mais recorrente é a de informação, seguindo das solicitações, denúncias e reclamações.

Quadro 25. Tipo de Manifestação

Tipo de manifestação	Ouvidoria	%	SIC	%
Denúncias	2	11%	1	6%
Elogios	0	0%	0	0%
Informações	14	78%	9	53%
Reclamações	1	5%	0	0%
Solicitações	1	6%	7	41%
Sugestões	0	0%	0	0%

Demanda por Unidades:

Figura 5. Demanda por Unidade



E-SIC

Sabe-se que a grande maioria dos pedidos realizados via Lei de Acesso à Informação solicitam dados, valores, números com levantamentos minuciosos que, para serem feitos, necessitam um prazo razoável. Assim, o próprio sistema eSIC determina que, para cada solicitação, o órgão tem o prazo de 20 (vinte) dias corridos para elaboração e disponibilização da resposta.

Nas 23 (vinte e três) demandas recebidas pelo eSIC, o prazo médio de resposta foi de 10 (dez) dias.

Considerações

O Núcleo de Ouvidoria do Ibram vem realizando um trabalho conjunto com as unidades do Ibram usando as ferramentas de comunicação e levando à Administração da Instituição a voz da sociedade, bem como sugerindo a adoção de providências para a melhoria do serviço prestado de modo específico e geral. Busca-se a constante qualificação da equipe e das ações para que os resultados possam ser mostrados nos relatórios gerenciais semestrais produzidos com a finalidade de possibilitar à gestão superior a solução pontual dos problemas apresentados. Nesse propósito, atende da melhor forma possível, com transparência, acolhendo e respeitando os cidadãos que procuram seus serviços, garantindo o sigilo do nome do(a) manifestante (quando for necessário e solicitado) e o direito à resposta.

6.2. Carta de Serviços ao Cidadão

Por meio da Carta de Serviços, o Ibram e os museus vinculados explicitam e esclarecem todos os detalhes de seu funcionamento, de modo a tornar fácil e direta a interlocução e a prestação do vasto elenco de serviços oferecidos ao público.

A Carta de Serviços está disponível na página oficial do Ibram, no endereço: http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/12/CartaServicos-Cidadao_Ibram-2014.pdf

6.3. Aferições do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Esta UJ presta serviço diretamente ao cidadão, tanto nos museus presentes na sua estrutura quanto no Centro Nacional de Estudos e Documentação da Museologia – Cenedom, que em sua maioria se utiliza do livro de registro de visitantes e caixa de sugestões para aferição das questões relativas ao seu público.

6.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da Unidade

As informações referentes à atuação do Ibram que contribuem para a transparência da gestão, inclusive os relatórios de gestão e outros referentes às contas do Ibram estão disponíveis em sua página oficial, especialmente por meio dos seguintes endereços:

<http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/>

<http://www.museus.gov.br/category/publicacoes-e-documentos/>

O Instituto disponibiliza, ainda, aos cidadãos a pesquisa online e o acompanhamento de todos os documentos produzidos e/ou recebidos, através do Sistema de Gerenciamento de Informações do Ibram (SGI), promovendo transparência, agilidade e controle de suas ações administrativas.

A consulta pode ser realizada na página <https://sistemas.museus.gov.br/proton/internet/protocolo.asp> pelo número de protocolo do documento e/ou processo pelo interessado ou, ainda, pela busca livre.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBÉIS.

7.1. Desempenho financeiro do exercício

No exercício de 2014, parte do limite orçamentário apenas foi liberado próximo ao final do exercício. Além disso, houve a limitação para a realização de transferências voluntárias, por se tratar de um ano eleitoral. Conseqüentemente, houve, no final de 2014, um aumento na produção de empenhos, porém sem condições de realização a contento, por falta de tempo hábil para cumprimento de todas as etapas das despesas, gerando a inscrição de grande volume de despesas em restos a pagar não processados, ou seja, aumentando os compromissos com efeitos financeiros para 2015.

Esses empenhos foram bloqueados por força do Art. 1º do Decreto nº 8.407, de 24/02/2015, e o prazo para desbloqueio, inicialmente definido para 30 de junho de 2015, foi adiado sucessivas vezes. Somente foram desbloqueados os empenhos cujos serviços já tivessem sido iniciados ou cujos materiais já tivessem sido entregues.

Ao contrário do exercício anterior, em que todas as demandas orçamentárias e financeiras do Ibram foram atendidas, mesmo que intempestivamente, em 2015 as liberações financeiras foram escassas e morosas, sendo que cerca de 25% das solicitações financeiras ficaram sem atendimento.

Além da falta de recursos, o fluxo de pagamentos foi extremamente prejudicado pela expressiva redução de pessoal nas áreas de programação e execução financeira do Ibram Sede, que ainda centraliza a execução de 18 unidades museológicas. Assim, a cada liberação recebida do Ministério da Cultura - MinC, com o grande volume de liquidações e pagamentos, acumulados devido à falta de regularidade nas liberações de recursos por parte da Unidade Setorial, não havia condições para baixar rapidamente os saldos na conta de limite de saque, diminuindo a probabilidade de receber novas liberações.

Para minimizar a situação, em algumas ocasiões, o Ibram redistribuiu o recurso financeiro disponibilizado à Sede para os Museus Executores. Dessa forma, o déficit financeiro recaiu mais fortemente sobre a Sede do Ibram e os Museus não executores.

Mesmo assim, considerando-se que a LOA IBRAM 2015 consignou R\$ 81.212.987 em despesas discricionárias (exceto emendas, Implantação do Museu Nacional de Brasília e Implantação do Museu Nacional da Memória Afrodescendente), e que o limite de empenho foi de R\$ 77.257.911,30, foram empenhados R\$ 76.648.350,02 e liquidados R\$ 57.179.305,54. Ou seja, percentualmente, os resultados da Unidade são:

Quadro 26. Execução das Despesas discricionárias por Ação

Código da Ação	Ação	DOTAÇÃO ATUALIZADA	LIMITE ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
		Total	Total	Total	Total
14U2	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais	4.430.661,00		2.595.385,42	768.485,43
20ZF	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	2.491.203,00		2.448.549,64	1.666.965,22
20ZG	Formulação e Gestão da Política Cultural	550.000,00		515.522,06	0,00
20ZM	Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural	700.000,00		78.178,59	38.727,50
211F	Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais	46.701.872,00		46.637.042,13	35.479.080,36
2000	Administração da Unidade	26.139.251,00		24.306.192,42	19.169.047,27
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	200.000,00		67.479,76	56.999,76
TOTAL		81.212.987,00	77.257.911,30	76.648.350,02	57.179.305,54

Quadro 27. % de Execução Orçamentaria x dotação consignada

% Empenho / Dotação Consignada	% Execução / Dotação Consignada
Total	Total
94,4%	70,4%
% Empenho / Limite de Empenho	% Execução / Limite de Empenho
Total	Total
99,2%	74,0%

Conforme abordado no Item 4.3.2 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade, o Plano Orçamentária destinado à Implantação do Museu Nacional de Brasília (Ação 211F), cuja dotação inicial foi de R\$ 21.133.599, teve remanejamento de R\$ 5.000.000,00 para ações de manutenção administrativa. Ademais, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Nota Técnica nº

48/2014/DESEP/SEGEP-MP, devolveu o processo referente à propositura da lei de criação do Museu Nacional de Brasília, em razão do ajuste fiscal atual no Brasil. Quanto à implantação do Museu Nacional da Memória Afrodescendente (R\$ 8 milhões), não houve execução devido ao fato da não liberação da área pela Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP. Sem a posse do terreno, o Governo Federal encontra-se impedido de realizar qualquer investimento.

7.3. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos:

Esta autarquia busca aderência aos critérios estabelecidos pelas NBC T 16.9 e 16.10 e preconiza pela obediência às metodologias definida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN no Manual de Contabilidade Aplicada ao setor Público e no manual SIAFI.

Há que se considerar que o Ibram ainda não está aplicando o dispositivo da depreciação e amortização nos itens do ativo imobilizado. Isso se deve em parte à falta de termos de cessão /doação de alguns bens móveis que deveriam ser incorporados ao patrimônio do órgão em virtude da Lei 11.906/2009. E ainda ao fato da referida Lei não transferir expressamente a propriedade os bens móveis e imóveis do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN para o IBRAM. Assim, para os bens que a Entidade detém apenas a posse, não está sendo aplicado o instituto de depreciação, reavaliação ou redução a valor de mercado.

Ressalta-se ainda que para a aplicação do procedimento de depreciação, primeiramente, é necessário fazer com que o valor do bem registrado no patrimônio espelhe o Valor Justo (*fair value*) ou valor de mercado, através dos procedimentos de reavaliação e redução a valor de mercado (*Testes de Recuperabilidade*). Esses procedimentos, por sua vez, ainda não estão sendo realizados pelas Unidades Gestoras Executoras em razão da quantidade limitada de servidores para composição de comissão responsável pela realização dos trabalhos iniciais de ajuste ao Valor Justo, bem como pela grande rotatividade de servidores e, principalmente, devido a ausência de um sistema de patrimônio ou outro sistema de informática que viabilize a verificação dos inúmeros itens do imobilizado, que permita os registros, os controles patrimoniais e o cálculo da depreciação.

Quanto à estimativa da vida útil econômica do ativo, ao cálculo da depreciação, bem como às taxas que serão utilizadas, a Entidade adotará a metodologia definida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN no Manual de Contabilidade Aplicada ao setor Público e no manual SIAFI visando à uniformidade e a comparabilidade das informações.

Em se tratando da avaliação e mensuração das Disponibilidades e dos Estoques, tem-se que as Disponibilidades são mensuradas pelo valor original; e os Estoques pelo custo de aquisição, atendendo, dessa forma, a NBCT 16.10, cujas saídas são contabilizadas pelo método do Custo Médio Ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei 4.320/1964. No patrimônio da Entidade não há registros no SIAFI de créditos e dívidas, investimentos e diferido para mensuração.

No que se refere à mensuração dos ativos imobilizados e intangíveis, ressalta-se que a Unidade possui ativos transferidos de outra Entidade (IPHAN) cujo valor contábil permanece o constante nos registros da entidade de origem. Sendo que para os bens adquiridos antes de 2010, como já mencionado, não estão sendo realizados os procedimentos de reavaliação ou redução a valor de mercado; já os ativos adquiridos a partir de 2010, esses estão reconhecidos com base no valor de aquisição.

7.4. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

NÃO SE APLICA

O Ibram, conforme Lei 11.906/2009 enquadrado como Autarquia Federal da Administração Pública Indireta, ainda não possui, em sua estrutura orgânica, unidade responsável pela apuração dos custos. Destaca-se que a Portaria STN nº 157, de 9 de março de 2011, estabeleceu como órgãos setoriais as unidades de gestão interna dos Ministérios (Administração Pública Direta), e a Portaria STN 716, de 24 de outubro de 2011, estabeleceu as competências dessas setoriais, porém, ambas as portaria não fizeram menção à instituição do referido sistema de custos nos órgãos da Administração Indireta.

7.7. Demonstrações contábeis

As informações referentes às demonstrações contábeis desta UJ encontram-se disponíveis no Anexo II.

8. ÁREAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO

8.1. Gestão de Pessoas

8.1.1. Estrutura de pessoal da Unidade

Quadro 28. Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	596	596	12	35
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	596	596	12	35
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	547	547	0	29
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	9	9	2	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	1	1	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	39	39	10	5
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	29	29	2	4
4. Total de Servidores (1+2+3)	625	625	14	39

OBS: O quantitativo da Força de Trabalho de UPC foi contabilizado conforme as situações funcionais abaixo:

1.2.1. - EST 01

1.2.2. - EST 18

1.2.3. - EST 1

1.2.4. - EST 03 + EST 14

3. - EST 04

Quadro 29. Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	156	440
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	156	440
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	129	418
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	8	1
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	1	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	18	21
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	9	20
4. Total de Servidores (1+2+3)	165	460

Área Meio: Sede do Ibram em Brasília; Escritório de Representação Regional do Ibram no Rio de Janeiro; e Escritório de Representação Regional do Ibram em Belo Horizonte

Área Fim: Todos do Museus

Quadro 30. Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	115	115	29	22
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	115	115	29	22
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	63	63	16	16
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	3	3	1	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	20	20	8	2
1.2.4. Sem Vínculo	28	28	4	4
1.2.5. Aposentados	1	1	0	0
2. Funções Gratificadas	54	54	11	13
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	51	51	11	13
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	1	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	2	2	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	169	169	40	35

Fonte/Responsável: Sistema de Administração de Pessoas (SIAPE)/DPGI

OBS: O quantitativo do Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas de UPC foi contabilizado conforme as situações funcionais abaixo:

- 1.2.1. - EST 01
- 1.2.2. - EST 18
- 1.2.3. - EST 03 + EST14
- 1.2.4. - EST 04
- 1.2.5. - EST 04
- 2.1. - EST 01
- 2.2. - EST 18
- 2.3. - EST 03

O Ibram está em processo de contratação de consultoria para que seja promovida uma análise criteriosa do seu quadro de pessoal para conhecer a lotação ideal, estabelecendo a real necessidade da força de trabalho de forma que possibilite as proposições de ajustes, como o remanejamento interno de pessoal e possível identificação de necessidade de realização de concurso público, a fim de atender às demandas institucionais.

Devemos atentar também que a realização de concurso público não resolve a questão de carência de pessoal se não houver uma política de retenção desse servidor nos quadros da Autarquia.

Temos uma taxa de evasão muito significativa, somada à alta taxa de aposentadorias. Temos atualmente 105 servidores recebendo Abono de Permanência, ou seja, já cumpriram os requisitos para aposentadoria, o que prejudica o desenvolvimento das ações.

Ao longo do ano de 2015, também tivemos 28 servidores afastados para estudo, 09 servidores cedidos para outras instituições e 12 servidores licenciados sem remuneração, para tratar de interesse particular e/ou acompanhar conjugue, o que reduziu a força de trabalho, momentaneamente. Como consequência, as equipes de trabalho tiveram suas atribuições aumentadas, com o intuito de impactar o menos possível as atividades desenvolvidas pelo Ibram.

Os afastamentos para capacitação impactam diretamente nas atividades desenvolvidas pelos setores, ainda assim, deve-se levar em conta que a capacitação não é somente importante do ponto de vista institucional como reafirma o pressuposto de que a melhoria dos serviços oferecidos à sociedade está diretamente ligada à constante qualificação do servidor público. As ações de capacitação deve levar em conta a importância da sintonia entre o interesse do servidor conjugado ao interesse da instituição, é importante que a promoção da aprendizagem traga ganhos efetivos no plano pessoal e que seja um fator de sucesso institucional.

8.1.2. Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Quadro 31. Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero
	2014	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2015	37.626.551,35	1.500.780,24	3.328.708,54	1.326.639,20	3.413.148,03	1.482.565,57	335.403,63	20.376,23	zero	49.034.172,79
	2014	38.323.800,73	1.964.088,47	5.065.881,72	1.326.979,62	3.702.784,87	2.473.623,75	376.537,35	32.166,94	zero	53.406.899,45
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2015	69.609,36	713.075,48	81.551,11	20.607,64	56.561,48	1.407,59	27.929,20	2.949,44	zero	973.691,30
	2014	zero	529.769,58	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	529.769,58
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	zero	1.597.525,26	137.050,67	69.752,94	151.626,09	17.943,76	130.466,50	zero	zero	2.104.365,22
	2014	zero	1.737.830,80	zero	zero	141.036,00	39.157,28	zero	zero	zero	1.918.024,08
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	527.639,24	zero	47.288,04	17.037,86	29.508,75	19.078,06	zero	zero	zero	640.551,95
	2014	409.785,28	zero	33.458,02	12.419,29	zero	49.560,68	zero	4.333,92	zero	509.557,19
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero
	2014	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero

Fonte: Extração DW SIAPE e Processos de Pagamento de Pessoal

Notas explicação do Quadro 31. Despesa do pessoal

VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS

- Vencimentos e Salários (Vencimento Básico)
- Gratificação de Exercício de cargo (FGR, GSISTE, GEAAC, GDAC)
- Incorporações (VPNI)
- Gratificação de Tempo de Serviço (Anuênio)

RETRIBUIÇÕES

- Gratificação p/ exercício de Cargo em Comissão (Vencimento DAS/opção DAS pessoal permanente)

GRATIFICAÇÕES

- 13º Salário (Gratificação Natalina/Adiant. Gratif. Natalina/Ativo)

ADICIONAIS

- Adicional de Insalubridade
- Adicional Noturno
- Férias Adicional 1/3
- Férias Indenizadas

INDENIZAÇÕES

- Auxílio Creche - Assistência Pré-escolar
- Auxílio Alimentação
- Auxílio Moradia
- Auxílio Transporte

BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS

- Abono Permanência
- Auxílio Natalidade
- Ressarcimento Assistência Médico/Odontológica

DEMAIS DESPESAS VARIÁVEIS

- Substituições
- Ressarcimento de Mensalidades (Incentivo Educacional)

DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

- Abono Permanência
- Per capita
- Gratificação Natalina

8.1.2.3. Gestão de Riscos relacionados ao pessoal

Um dos maiores riscos identificados na gestão de pessoas, que podem comprometer de forma grave o cumprimento da missão institucional ao longo do tempo e os objetivos estratégicos no médio e longo prazo, é a carência de pessoal. Atualmente a situação do Ibram no que se refere à força de trabalho é alarmante. Para que se possa ter uma ideia mais próxima da realidade, seguem alguns números levantados em dezembro de 2015:

- O índice de evasão dos servidores nomeados é de 43%;
- Dos 547 servidores que compõem o quadro permanente do Ibram, 9 estão cedidos e 51% têm entre 50 e 70 anos de idade;
- Existem 105 servidores recebendo abono de permanência;
- Os requisitados, os nomeados sem vínculo, em exercício descentralizado e outros somam 97 trabalhadores, ou seja, 15% considerando o efetivo total em exercício no Ibram (644 pessoas);
- Nos últimos anos, para atender legislação existente na Administração Pública Federal, foram criados alguns núcleos e unidades dentro da autarquia sem que houvesse criação de cargos para atender a demanda (Corregedoria, Ouvidoria, Convênio, Assessoria Internacional, Assessoria de Comunicação, Assessoria de Gestão Estratégica, Prestação de Contas, Representação em Minas Gerais e Rio de Janeiro);
- É importante ressaltar que além do papel de fiscalizador, o Ibram teve um considerável acréscimo de atribuições com a publicação do Decreto nº 8.124/2013, como o Inventário Nacional de Acervos Musealizados e o Registro de Museus, as quais não estavam previstas quando da criação desta Autarquia;
- Para se tornar viável, dentro da conjuntura condicionante da época, a estrutura do Ibram foi planejada de forma bastante austera e restrita, o que ensejou o nível dos cargos de confiança (DAS) da instituição abaixo do padrão para autarquias, conforme estabelece o Anexo V, da IN nº 03/2010. Sendo assim, entre DAS e Função Gratificada, o Ibram possui 179 cargos autorizados pelo Decreto nº 6.845/2009, quando estudos de reestruturação apontam a necessidade de 633 cargos;
- Sobre Gratificação Temporária das Unidades dos sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal – GSISTE, o Ibram possui apenas 13 servidores contemplados, sendo 10 de nível superior e 3 de nível intermediário;
- No quadro de carreiras transversais, o Ibram possuiu, em 2015, 3 Especialistas em Política Pública e Gestão Governamental, 8 Procuradores Federais, 2 Analistas de Finanças e Controle e 2 Analista em Tecnologia da Informação.

A unidade trata os riscos relacionados à gestão do seu pessoal desenvolvendo ações que objetivam atrair e reter talentos na organização. Busca-se trabalhar os aspectos da integração, comunicação e sinergia entre as unidades, valorização do quadro de pessoal e melhoria da qualidade de vida no trabalho. Dentre as ações podemos destacar:

- Solicitação ao Ministério de Planejamento e Orçamento e Gestão de reestruturação do seu quadro de pessoal;
- Solicitação de autorização do Ministério de Planejamento e Orçamento e Gestão para realização de novo concurso público;

- Solicitação ao Ministério de Planejamento e Orçamento e Gestão de transformação de cargos vagos do Plano Especial de Cargos da Cultura;
- Desenvolvimento do Bate-Papo Ibram, como um canal de integração entre os colaboradores e de disseminação de conhecimento entre os departamentos e coordenações;
- Comemoração de datas especiais, como o Dia Internacional da Mulher, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia do Servidor;
- Implantação do Cineclube Ibram com exibição e empréstimos de filmes;
- Revitalização do refeitório;
- Implementação da sala do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho.

8.1.10. Contratação de pessoal de apoio e de terceirizados

Quadro 32. Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade (Museu Imperial)

Unidade Contratante							
Nome: MUSEU IMPERIAL							
UG/Gestão: 343015/42207							
Informações sobre os Contratos							
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada		Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
		Nome	CNPJ	Início	Fim		
2014	Apoio operacional I	Argos Serviços Empresariais Ltda	28.871.366/0001-55	20/02/2014	19/02/2017	Ensino Fundamental/ Médio	P
2014	Apoio operacional II	Argos Serviços Empresariais Ltda	28.871.366/0001-55	20/02/2014	19/02/2017	Ensino Fundamental/ Médio	P
2014	Sarau	CORPU'S Line Comercio e Serviços LTDA	68.582.709/0001-86	12/03/2014	11/03/2017	Ensino Médio	P
2014	Monitoria	CORPU'S Line Comercio e Serviços LTDA	68.582.709/0001-86	25/08/2014	24/08/2016	Ensino Superior	P
2013	Jardinagem	CORPU'S Line Comercio e Serviços LTDA	68.582.709/0001-86	19/07/2013	18/07/2016	Ensino Fundamental	P
2011	Vigilância	Best Vigilancia e Seguranca Ltda	05.234.289/0001-27	01/01/2012	31/12/2016	Ensino Médio	P
2011	Limpeza e conservação	Cleanpro Administracao Patrimonial e Terceirizacao Ltda -	03.605.349/0001-45	01/09/2011	31/08/2016	Ensino Fundamental	P

Fonte/Responsável: Setor de Gestão de Contratos/Coordenação Administrativa

Quadro 33. Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade (Museu Histórico Nacional)

Unidade Contratante							
Nome: MUSEU HISTÓRICO NACIONAL							
UG/Gestão: 343016/422007							
Informações sobre os Contratos							
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada		Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
		Nome	CNPJ	Início	Fim		
005/2012	Recepção	Argos Serviços Empresariais Ltda	28.871.366/0001-55	13/11/2012	12/11/2013	Ensino Fundamental	P
011/2013	Limpeza e conservação	Personal Service Recursos Humanos e Assessoria Empresarial Ltda	00.277.108/0001-37	26/12/2013	26/12/2014	Ensino Fundamental	P
001/2014	Vigilância	Transegur Vigilância e Segurança Ltda	31.376.361/0001-80	11/07/2014	23/11/2015	Ensino Fundamental	P
009/2014	Brigada de incêndio	Transegurtec Tecnologia em Serviços Ltda	05.956.304/0001-40	24/11/2014	23/11/2015	Ensino Fundamental	P

Fonte/Responsável: Américo David Aurelio - Coordenador Administrativo.

Quadro 34. Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade (Museu da República)

Unidade Contratante							
Nome: MUSEU DA REPÚBLICA							
UG/Gestão: 343017/42207							
Informações sobre os Contratos							
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada		Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
		Nome	CNPJ	Início	Fim		
2011	Serviço de motorista do Museu da República.	Seex Servicos Encomendas Eireli - ME	10.915.598/0001-00	20/05/2011	31/01/2016	Ensino Médio Completo	P
2011	Serviço de limpeza e conservação no Museu da República.	Cemax Administracao e Servicos LTDA	10.243.854/0001-52	09/11/2011	08/11/2016	Ensino Médio Completo	P
2011	Serviço de vigilância no Museu da República.	Fenixx Vigilancia, Seguranca e Transporte de Valores Ltda	02.060.306/0001-69	20/05/2011	01/12/2015	Sem Exigência	E
2013	Serviço de jardinagem no Museu da República.	Construir Arquitetura e Servicos Ltda	42.407.445/0001-30	02/09/2013	01/09/2016	Sem Exigência	P
2015	Serviço de vigilância no Museu da República.	Fenixx Vigilancia, Seguranca e Transporte de Valores Ltda	02.060.306/0001-69	01/12/2015	30/11/2016	Sem Exigência	A
2014	Serviço de Recepcionistas do Museu da República.	AMBIENTAL CONSERVACAO E PLANEJAMENTO LTDA - ME	17.058.263/0001-54	07/04/2014	06/04/2015	Ensino Médio Completo	E

2015	Serviço de Recepcionistas do Museu da República.	CITY CLEAN SERVICOS ESPECIAS LTDA - ME	08.219.617/001-04	27/04/2015	26/04/2016	Ensino Médio Completo	A
Fonte/Responsável: Marcelo Prata - Setor Financeiro							

Quadro 35. Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade (Museu da República – Palácio Rio Negro)

Unidade Contratante							
Nome: MUSEU DA REPÚBLICA - PALÁCIO RIO NEGRO							
UG/Gestão: 343018/42207							
Informações sobre os Contratos							
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada		Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
		Nome	CNPJ	Início	Fim		
2011	Serviço de limpeza e conservação no Palácio Rio Negro.	Angel'S Servicos Tecnicos Ltda	68.565.530/0001-10	10/10/2011	09/10/2016	Ensino Médio Completo	P
2012	Serviço de jardinagem no Palácio Rio Negro.	Angel'S Servicos Tecnicos Ltda	68.565.530/0001-10	23/07/2012	22/07/2016	Ensino Médio Completo	P
2011	Serviço de vigilância no Palácio Rio Negro.	Rota Servicos de Vigilancia Ltda	08.471.527/0001-06	17/10/2011	16/10/2016	Sem Exigência	P
Fonte/Responsável: Marcelo Prata - Setor Financeiro							

Quadro 36. Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade (Museu da Inconfidência)

Unidade Contratante							
Nome: MUSEU DA INCONFIDÊNCIA							
UG/Gestão: 343019/42207							
Informações sobre os Contratos							
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada		Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
		Nome	CNPJ	Início	Fim		
2013	Secretariado	GESTSERVI – Gestão e Terceirização de Mão de Obra Ltda-ME	13.892.384/0001-46	14/03/2013	14/03/2016	Curso Técnico Completo	P
2014	Limpeza e Conservação	Adserte Administracao e Terceirizacao de Mao de Obra Eireli	08.138.629/0001-29	30/09/2014	30/09/2016	Ensino Fundamental	P
2014	Vigilância	Tbi Seguranca Eireli	07.534.224/0001-22	10/09/2014	10/09/2016	Ensino Médio	P
2014	Recepção	Atlanta Administracao e Servicos Ltda - ME	04.753.400/0001-29	12/07/2014	12/07/2015	Ensino Médio	E
2015	Recepção	Viva Terceirizacao e Servicos Eireli - ME	12.423.368/0001-41	13/07/2015	28/08/2016	Ensino Médio	P

Fonte/Responsável: Rosa Maria de Oliveira Wood. Chefe da Divisão Administrativa.

Quadro 37. Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade (Museu Lasar Segall)

Unidade Contratante							
Nome: MUSEU LASAR SEGALL							
UG/Gestão: 343020/42207							
Informações sobre os Contratos							
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada		Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
		Nome	CNPJ	Início	Fim		
2013	Motorista	Santa Lucia Comercio de Produtos de Limpeza e Servicos de Conservacao Predial Ltda	08.604.419/0001-64	10/05/2013	30/10/2016	Ensino Médio	P
2014	Vigilância	Premier Vigilancia e Seguranca Ltda	08.202.677/0001-14	10/06/2014	09/12/2015	Ensino Fundamental	E
2015	Vigilância	Tartalia Seguranca e Vigilancia Eireli - Epp	11.898.403/0001-16	10/12/2015	09/06/2016	Ensino Médio	A
2014	Recepção	ERODATA CONSULTORIA E SERVICOS LTDA	68.970.680/0001-00	18/08/2014	11/08/2016	Ensino Médio	P
2014	Limpeza e Conservação	Liga Servicos de Limpeza Eireli - ME	07.863.853/0001-04	14/10/2014	13/10/2016	Ensino Fundamental	P

Fonte/Responsável: Walter Costa - Departamento de Administração.

Quadro 38. Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade (Museu Raymundo Ottoni de Castro Maia)

Nome: MUSEU RAYMUNDO OTTONI DE CASTRO MAYA							
UG/Gestão: 343022/42207							
Informações sobre os Contratos							
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada		Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
		Nome	CNPJ	Início	Fim		
2011	Limpeza e Conservação	Angel'S Servicos Tecnicos Ltda	68.565.530/0001-10	13/04/2011	13/04/2016	Ensino Médio	P
2012	Vigilância	BMC Vigilancia e Seguranca Ltda - Epp	13.349.640/0001-53	18/06/2012	18/06/2016	Ensino Médio	P
2014	Motorista	AJS Prestacao de Servicos Eireli - ME	07.444.187/0001-61	16/07/2014	16/07/2016	Ensino Médio	P
2015	Jardinagem	Local Rio Prestacao de Servicos Ltda	07.056.444/0001-98	01/12/2015	01/12/2016	Ensino Médio	A
2015	Secretariado	Local Rio Prestacao de Servicos Ltda	07.056.444/0001-98	01/12/2015	01/12/2016	Ensino Médio	A

Fonte/Responsável: Roberto de Almeida Bispo - Chefe de Serviço ADM/MCM.

Quadro 39. Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade (Museu de Biologia Prof. Mello Leitão)

Nome: MUSEU DE BIOLOGIA PROF. MELLO LEITÃO							
UG/Gestão: 343027/42207							
Informações sobre os Contratos							
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada		Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
		Nome	CNPJ	Início	Fim		
2012	Vigilância	SECURITY VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA	00.332.087/0006-09	24/09/2012	22/09/2016	Ensino Fundamental	P
2012	Recepção	Foco Administracao e Servicos Eireli - ME	12.992.651/0001-94	08/01/2013	07/01/2017	Ensino Médio	P
2013	Limpeza e Conservação	SERVIMAR SERVIÇOS E CONSERVAÇÃO LTDA	10.570.183/0001-34	08/01/2014	08/01/2017	Ensino Fundamental	P

Fonte/Responsável: Gildo de Castro Moraes - Chefe Div. Administrativa.

Quadro 40. Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade (Museu Villa Lobos)

Nome: MUSEU VILLA-LOBOS							
UG/Gestão: 343021/42207							
Informações sobre os Contratos							
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada		Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
		Nome	CNPJ	Início	Fim		
2014	Vigilância	Segil - Vigilância e Segurança Ltda	40.170.029/0001-36	04/11/2014	03/11/2016	Ensino Médio	P
2015	Limpeza e Conservação	Refel Rio Conservadora Ltda - ME	01.656.606/0001-42	25/03/2015	25/03/2016	Ensino Fundamental	A

Fonte: Hugo de Alvarenga Moreira dos Santos - Gestor Orçamentário e Financeiro - Museu Villa-Lobos

8.2. Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura

8.2.3.– Gestão do patrimônio imobiliário da União

Quadro 41. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
	Exercício 2015	Exercício 2014
UF RIO DE JANEIRO	16	16
RIO DE JANEIRO	09	11
PETROPOLIS	05	01
PARATY	01	01
NITERÓI	01	01
UF SÃO PAULO	02	02
SÃO PAULO	02	02
UF ESPÍRITO SANTO	06	06
SANTA TERESA	05	05
VITÓRIA	01	01
UF MINAS GERAIS	10	10
OURO PRETO	03	03
SAO JOAO DEL REI	01	01
SABARA	02	02
CAETE	01	01
SERRO	01	01
DIAMANTINA	01	01
BELO HORIZONTE	01	01
UF GOIÁS	02	02
GOIÁS	01	01
PILAR DE GOIÁS	01	01
UF PERNAMBUCO	01	01
RECIFE	01	01
UF MARANHÃO	01	01
ALCÂNTARA	01	01
UF SANTA CATARINA	01	02
FLORIANÓPOLIS	01	02
UF RIO GRANDE DO SUL	01	01
SÃO MIGUEL DAS MISSÕES	01	01
TOTAL	40	42

Fonte/Responsável: Divisão de Passagens, Patrimônio e Documentação/CRL/DPGI

Quadro 42. Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel		Despesa no Exercício		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
343015 – Museu Imperial	6001.03107.500-3	21	2	277.531,34	01/01/2003			
343015 – Museu Imperial	6001.03111.500-5	21	2	255.000,00	06/12/2013			
343015 – Museu Imperial	6001.03109.500-4	21	2	24.000,00	01/01/2003			
343015 – Museu Imperial	5877.00077.500-6	21	2	441.781,59	21/07/2014			
343015 – Museu Imperial	5877.00037.500-0	21	2	6.321.377,32	05/12/2013			
343016 – Museu Histórico Nacional	6001.02421.500-8	10	3	21.386.637,37	26/12/2000			
343017 – Museu Nacional de Belas Artes	6001.02377.500-0	13	5	89.080.101,33	17/12/2013			
343018 - Museu da República	6001.01864.500-4	21	4	207.161.877,26	20/12/2013			
343018 - Museu da República	6001.02025.500-5	21	4	5.634.002,84	30/06/2012			
343019 – Museu da Inconfidência	4921.00122.500-8			420.808,83	23/06/2000			
343019 – Museu da Inconfidência	4921.00123.500-3			1.871.803,44	23/06/2000			
343020 - Museu Lasar Segall	7107.01344.500-8	12	5	412.553,58	--			
343020 - Museu Lasar Segall	7107.01346.500-9	12	5	1.207.480,25	08/10/2010			
343021 – Museu Villa Lobos	6001.01949.500-6	21	4	3.085.026,20	26/12/2000			
343022 – Museu Raymundo Ottoni de Castro Maya	6001.02648.500-2	4	4	42.176.747,54	06/01/2015			
343022 – Museu Raymundo Ottoni de Castro Maya	6001.02668.500-1	4	4	10.293.982,18	06/01/2015			
343027 - Museu de Biologia Professor Mello Leitão	5691.00132.500-0	3	6	4.013.000,00	29/08/2014			

343027 - Museu de Biologia Professor Mello Leitão	5691.00147.500-1	3	6	148.000,00	29/08/2014			
343027 - Museu de Biologia Professor Mello Leitão	5691.00133.500-5	3	6	276.000,00	29/08/2014			
343027 - Museu de Biologia Professor Mello Leitão	5691.00134.500-0	3	6	98.000,00	29/08/2014			
343027 - Museu de Biologia Professor Mello Leitão	5691.00147.500-1	3	6	98.000,00	29/08/2014			

TOTAL DE IMÓVEIS	21
-------------------------	-----------

Fonte/Responsável: SPIUNET/DPGI

Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ

Não há imóveis funcionais da União sob responsabilidade do Ibram.

O Ibram dirige 29 museus, (com a sanção da Lei nº 12.594/14, o Museu de Biologia Professor Mello Leitão passou a integrar o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação em 2014, com a denominação de Instituto Nacional da Mata Atlântica); o Museu Raymundo Ottoni de Castro Maya é formado pelo Museu do Açude e pelo Museu Chácara do Céu; e o Museu da República compreende o Palácio Rio Negro, sendo que 26 estão sob a responsabilidade deste Instituto, conforme Lei de criação, e ainda outros 04 são apenas geridos por esta Autarquia. Este conjunto é composto por 43 edificações dentre edifícios e edículas, incluindo jardins históricos, espaços verdes, áreas de proteção ambiental e matas nativas. Além dos referidos imóveis, há outros 03 imóveis/edificações de uso administrativo, quais sejam: a Sede do Ibram, em Brasília, imóvel locado de terceiros, e as Representações Regionais nos Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

O Ibram não tem imóveis funcionais sob sua responsabilidade ou gerência.

Quando o Ibram foi criado, os imóveis deveriam ter sido integrados ao patrimônio do Instituto, porém, foi identificado que alguns imóveis ainda constavam cadastrados no Sistema de Patrimônio da União – SPIUnet na antiga gestão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan – 40401. Desde então, o Ibram vem se esforçando juntamente com a Secretaria de Patrimônio da União - SPU e a Secretaria do Tesouro Nacional- STN para concluir a transferência desses imóveis, com a maior brevidade possível, no SPIUnet, para a gestão 42207 - Ibram.

Assim, como resultado desses esforços, em 23/08/2013, foi efetuada a transferência de gestão (de 40401 para 42207) pela Secretaria de Patrimônio da União, no SPIUnet, dos imóveis que estavam cadastrados, naquela data, nas Unidades Gestoras Executoras do Iphan (343015, 343016, 343017, 343018, 343019, 343020, 343021, 343022 e 343027), cuja execução foi repassada/transferida ao Ibram, de acordo com a Lei de criação do Instituto. Essas Unidades Gestoras Executoras, hoje pertencentes à gestão 42207 - Ibram, estão responsáveis pelas atualizações no SPIUnet dos 21 imóveis com seus respectivos RIPs (Registro Imobiliário Patrimonial), além da UG 423002, responsável pelo imóvel locado da Sede do Ibram (RIP 9701.32712.500-6).

Entretanto, cabe esclarecer que aqueles imóveis que não estavam cadastrados nas Unidades Gestoras Executoras mencionadas acima não participaram deste processo de transferência de gestão no SPIUnet. A grande maioria desses imóveis estão sob a responsabilidade das Unidades Gestoras de Controle do Ibram e se encontram cadastrados no SPIUnet na antiga gestão do Iphan – 40401. Nesta situação, o Instituto possui 12 imóveis. Tem-se ainda 02 imóveis cadastrados no SPIUnet na gestão do Ministério da Cultura – 420001/42000 e da Delegacia Regional do Trabalho de Minas Gerais 380041/00001. Concluindo, o Ibram possui um total de 14 imóveis/edificações todos devidamente cadastrados no sistema SPIUnet com seus respectivos RIP's, mas que ainda não foram transferidos para a gestão do Instituto no Sistema de Patrimônio.

No sentido de regularizar esta situação, foram expedidos ofícios (Ofício nº 407/2011/PRES/IBRAM, Ofício nº 236/2013/DPGI/IBRAM e Ofício nº 07/2014/DPGI/IBRAM) ao IPHAN, solicitando que se proceda com a transferência destes imóveis via SPIUnet para as UG's/Gestão do Ibram, mas não obtivemos êxito nas respostas. Assim, em reiteração, foram expedidas novas comunicações (Ofícios de números 741 e 742/2014/PRES/IBRAM, de 29 de dezembro de 2014), as quais aguardamos, mais uma vez, a manifestação do Iphan.

Paralelamente aos ofícios encaminhados, este Instituto está em contato com a Secretaria de Patrimônio da União – SPU, solicitando informações/orientações sobre como proceder com a transferência destes imóveis no SPIUnet para a gestão Ibram.

O Ibram ainda possui 09 imóveis dos quais ainda não obtivemos informações sobre o Registro no Sistema de Patrimônio da União. Estes imóveis encontram-se localizados em seis estados brasileiros e o Instituto está trabalhando no sentido de identificar se estes imóveis encontram-se ou não cadastrados no SPIUnet, seja na antiga gestão do Iphan, seja em outro órgão. Caso positivo, tomaremos providências para que o Iphan e a SPU procedam com a transferência destes imóveis no Sistema para a gestão do Ibram - 42207.

Cabe expor, entretanto, a peculiaridade e complexidade da documentação dos bens imóveis do Ibram, que tem seu patrimônio imobiliário constituído por unidades museológicas. O Instituto obteve acesso a algumas escrituras e certidões dos imóveis, ocasião em que foi identificada a diversidade da documentação de cada museu, visto que existem alguns imóveis do Ministério da Cultura e do Iphan, outros da União, da Delegacia Regional do Trabalho de Minas, do Pró-Memória/Ministério da Educação; e ainda algumas escrituras com cláusula de comodato para posterior doação, outras de usufruto, de inalienabilidade e ainda cláusula de indivisibilidade do imóvel e do acervo de biblioteca, outras com cláusula de cessão para outros órgãos e ainda unidades (museus) que funcionam em imóveis cedidos por outro órgão.

Numa tentativa de regularizar os bens imóveis que estão sem informação de cadastro no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, a Coordenação de Recursos Logísticos e Licitações e a Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade iniciaram um processo de regularização de cinco museus (Museu de Arqueologia de Itaipu, Museu Casa de Benjamin Constant, Museu Forte Defensor Perpétuo de Paraty, Museu da Missões e Museu Solar Monjardín), por determinação do Memorando Circular nº 8 /DPGI/2014, de 07 de outubro de 2014. Nesse sentido, foi solicitado que essas unidades museológicas obtivessem Certidão de Ônus Real do Imóvel (com endereço completo do museu, área do terreno, área construída e valor do bem) junto ao cartório da localidade do imóvel; bem como outros documentos de registro, tais como: escritura do imóvel, se houver, e IPTU. Em que pese os esforços, essa ação não logrou o êxito desejado pelas particularidades de cada museu, assim como pela insuficiência de servidores para conduzir essa atribuição. O DPGI desconhece outra ação no âmbito do Instituto com o intuito de levantar/regularizar a situação cartorária dos bens imóveis.

Embora o DPGI tenha se empenhado no sentido de realizar o inventário físico anual do almoxarifado, dos bens móveis e imóveis de 2015, haja vista que a sua elaboração é obrigatória, o Ibram carece de uma ação mais efetiva, de articulação, tanto externa quanto interna, uma vez que o inventário dos bens móveis, por exemplo, está internamente segmentado, ou seja, ao DPGI cabe o inventário dos bens móveis administrativos e ao DPMUS e a CGSIM, dos acervos.

Em razão de não comprovar a quantidade e o valor dos bens patrimoniais de cada unidade, o Ibram está com restrição contábil junto ao Ministério da Cultura e ao Balanço Geral da União pelo não envio do Relatório de Movimentação de Almoxarifado e do Relatório de Movimentação de Bens Móveis, assim como pela evolução incompatível do Ativo Imobilizado (depreciação). Tais restrições são objeto de consulta e acompanhamento dos órgãos de controle interno e externo, bem como ensejam citação no Processo de Contas Anual do Instituto. É oportuno esclarecer que a única forma de sanear a restrição contábil é o inventário completo (de bens móveis administrativos e de acervo), que compreenda todas as Unidades Gestoras vinculadas ao Instituto.

Há de se destacar o desafio de consolidar o inventário da Sede e de 21 unidades museológicas com a insuficiência do quadro de servidores e sem um sistema eficiente que possibilite a catalogação e depreciação de todos os tombos.

Após várias tentativas de se levar a cabo a atribuição, a ação mais produtiva foi em

2015, quando, por meio de Memorando nº 107/DPGI/2015 de 25 de junho, o DPGI demandou das unidades museológicas a designação formal de comissão de inventário, nos termos da Instrução Normativa SEDAP nº 205/1988, bem como a elaboração do inventário anual e dos demais relatórios pertinentes.

Embora os servidores da Sede tenham se mobilizado na publicação das portarias de designação, na orientação quanto à elaboração dos documentos, assim como na consolidação das informações da Sede e de 21 unidades museológicas, a tarefa foi concluída no tempo estipulado pela Secretária do Tesouro Nacional, porém necessitando de ajustes nos inventários o que vem sendo providenciado visando o inventário de 2016.

Por fim, como a Lei 11.906/2009, de 20 de janeiro de 2009, estabelece que a maior parte dos museus vinculados integram a estrutura do Ibram e que este Instituto sucederá o Iphan nos direitos, deveres e obrigações de quatro museus, remanesciam dúvidas legais quanto à transferência dos bens, o que impactaria diretamente no inventário e na possibilidade de desfazimento de bens inservíveis. Nesse sentido, o DPGI fez uma consulta junto à Procuradoria Federal junto ao Ibram quanto à necessidade de Termo de Transferência, recebendo o Parecer nº 68/PROFER/IPHAN com as orientações necessárias, sendo este enviado às unidades museológicas para implementações nos inventários 2015.

8.2.4. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

MUSEU LASAR SEGALL

a) identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial:

Área para permissão qualificada de uso oneroso destinada á Cafeteria do MUSEU perfaz 58,1 m2 distribuídos da seguinte maneira: Cozinha 12,5 m2, Área externa 45,6 m2;

b) identificação dos cessionários:

Empresa Fernando Lopes da Silva 3555524778/63, inscrita no CNPJ 18.546.884.0001-40;

c) caracterização da cessão:

Permissão qualificada de uso oneroso;

i. forma de seleção do cessionário:

Certame Concorrência 01/2015;

ii. finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido:

Cafeteria do Museu Lasar Segall;

iii. prazo da cessão:

24 meses a partir de 30 de julho de 2015, podendo ser prorrogada;

iv. caracterização do espaço cedido:

Destinado a exploração comercial de produtos alimentícios, especialmente para atender o público frequentador do Museu;

v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido:

Aluguel mensal no valor de R\$ 405,05;

vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos:

Recolhimento para Diretoria de Planejamento e Gestão Interna -IBRAM por GRU;

vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial:

Não;

viii. uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC:

Não.

Fonte/Responsável: Museu Lasar Segall

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL**a) identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial:**

Espaço situado no térreo do imóvel denominado MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, localizado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

b) identificação dos cessionários:

Instituto Brasileiro de Museus – Ibram / MUSEU HISTÓRICO NACIONAL situado na Cidade do Rio de Janeiro, à Praça Marechal Âncora s/nº. - Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 10.898.596/0001-42 DELAINE RESTAURANTE LTDA, estabelecida na Cidade do Rio de Janeiro - RJ, à Travessa do Comércio, nº. 20, Loja - 1º e 2º Pavimentos - Centro, inscrita no CNPJ-MF sob o n.º 08.585.097/0001-53;

c) caracterização da cessão:

Permissão Onerosa de Uso, a título Precário, de espaço;

i. forma de seleção do cessionário:

Procedimento licitatório na modalidade Convite nº. 001/2011;

ii. finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido:

O Espaço destina-se exclusivamente à exploração de uma CAFETERIA;

iii. prazo da cessão:

O prazo de utilização do espaço é de 36 (trinta e seis) meses, contados à partir da data da publicação do extrato, no Diário Oficial da União, prorrogáveis, por um período igual, ou seja, 36 (trinta e seis) meses, desde que haja interesse e conveniência da Administração, com base em laudo de avaliação a ser emitido pelo MUSEU HISTÓRICO NACIONAL/IBRAM;

iv. caracterização do espaço cedido:

Espaço com área total de 149 m² (cento e quarenta e nove metros quadrados), sendo a área da CAFETERIA de aproximadamente 134,00 m² (cento e trinta e quatro metros quadrados) e duas áreas destinadas a depósitos de aproximadamente 15,00 m² (quinze metros quadrados);

v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido:

A título de contrapartida, pela ocupação do espaço o MUSEU HISTÓRICO NACIONAL está recebendo o valor mensal de R\$ 1.950,00;

vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos:

O pagamento do valor acima estabelecido é recolhido mensalmente na conta única do Ibram, UG/GESTÃO 423001/42207 – DPGI/IBRAM, mediante Guia de Recolhimento da União – GRU, sendo por ele contabilizado;

vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial:

As despesas decorrentes do consumo de energia elétrica e de água, valores estimados, já estão inclusas na contrapartida;

viii. uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC:

Os benefícios decorrentes da Cessão entram no orçamento de receitas próprias do Ibram e é repassado ao Museu dentro da ação funcionamento de Museus. Fonte/Responsável: Museu Histórico Nacional

MUSEU DE BIOLOGIA PROFESSOR MELLO LEITÃO

a) identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial:

Auditório e alojamentos;

b) identificação dos cessionários:

Comunidade e estudantes e pesquisadores;

c) caracterização da cessão:

Cessão precária de uso por períodos curtos, variando de um à vários dias;

i. forma de seleção do cessionário:

Por demanda direta do interessado que apresenta a justificativa para o pedido;

ii. finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido:

- reuniões, atividades de lazer, apresentação de produtos, treinamentos e outras;
- hospedagem para estudos, pesquisas, consulta à coleção e aula.

iii. prazo da cessão:

Períodos curtos, variando de 01 (auditório e alojamento) a 3 meses (alojamento);

iv. caracterização do espaço cedido:

- salão multiuso para até 180 pessoas, com cadeiras móveis, iluminação, equipamento de áudio e vídeo, palco;
- alojamentos - 3 casas mobiliadas com capacidade total para 27 ocupantes.

v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido:

- auditório – taxa variável em função da duração e utilização dos equipamentos de áudio e vídeo – R\$180,00 – 3 horas;
- alojamento – R\$ 10,00 (inteira) ou R\$ 5,00 (meia) por pernoite.

vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos:

O recurso é recebido diretamente do usuário e recolhido pelo setor administrativo na conta única, através de GRU para a administração central do Ibram. As informações constam de processo administrativo. Em 2015 foi recolhido um total de R\$ 3.075,00, correspondendo a - 332 diárias, sendo 157 meias e 175 inteiras (R\$ 2.535,00) e 3

cessões do auditório (R\$ 540,00);

vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial:

Não se aplica;

viii. uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC:

Descentralização pela administração central, para finalidades não específicas, pela UG.

Fonte/Responsável: Museu de Biologia Professor Mello Leitão

MUSEU IMPERIAL

a) identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial:

Cessão total do imóvel em edificação anexa ao Museu Imperial para exploração de uma Casa de Chá;

Cessão total do espaço localizado no Palácio do Museu Imperial para exploração de uma Loja.

b) identificação dos cessionários:

Em decorrência do certame licitatório, concorrência de nº 01/2013, a empresa Cafeteria Duetto's Ltda., CNPJ nº 09.553.695/0001-03, representada pela Sra. Vanda Maria Martins Ramos, Carteira de Identidade 09.400.481-9, CPF 867.179.107-63, foi a vencedora para a exploração do imóvel denominado Casa de Chá;

Em decorrência do certame licitatório, concorrência de nº 01/2015, a Sociedade de Amigos do Museu Imperial, CNPJ nº 36.441.236/0001-00, representada por seu diretor presidente, Miguel Pachá, carteira de identidade nº 803256148/IFP, CPF nº 015.272.747-72, foi a vencedora para a exploração do espaço denominado Loja.

c) caracterização da cessão:

i. forma de seleção do cessionário:

A seleção ocorreu na modalidade de licitação concorrência de nº. 01/2013, para a Casa de Chá e concorrência de nº 01/2015, para a Loja.

ii. finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido:

- A finalidade de uso do imóvel denominado Casa de Chá é a venda de lanches e bebidas, tais como: sanduíches, saladas, doces, frios, sucos, sorvetes, refrigerantes, água mineral, café, chá, chocolate, salgados, quiches, tortas salgadas ou doces e outras refeições rápidas, cujo funcionamento ocorre terça-feira, quarta-feira e domingo das 10h às 19h; de quinta-feira a sábado das 10h às 22h e, excepcionalmente, em tempo diverso, quando houver a realização de eventos especiais promovidos pelo Museu Imperial atende, na medida do possível, as conveniências dos usuários.

- A finalidade da loja é a exploração comercial para venda de artigos de souvenir, de produção própria ou sob a responsabilidade do cessionário. O horário de funcionamento é de 11h às 18h, inclusive, durante os finais de semana, feriados e, eventualmente, quando determinado pela Administração, após esse horário para o atendimento de evento específico.

iii. prazo da cessão:

- Em conformidade com o Termo nº. 01/2013, o prazo de vigência para utilização do espaço denominado Casa de Chá é de 60 (sessenta) meses, contados a partir de

01/01/2014.

- Nos termos do Contrato n.º 02/2015 o prazo de vigência para utilização do espaço denominado Loja é de 60 (sessenta) meses contados a partir de 25/05/2015.

iv. caracterização do espaço cedido:

- A Casa de Chá ocupa um espaço de 154,00 m² (cento e cinquenta e quatro metros quadrados), localizado em edificação anexa ao prédio da administração do Museu Imperial, localizado na Rua da Imperatriz, 220, Centro, Petrópolis.

- A loja é um espaço localizado na área interna do Palácio do Imperial, localizado na Rua da Imperatriz, 220, Centro, Petrópolis.

v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido:

- Em conformidade com a cláusula segunda - contrapartida pelo uso do espaço/reajuste e obrigações do outorgado, do termo nº 01/2013 a título de contrapartida pela ocupação do espaço Casa de Chá, o valor mensal é de R\$ 2.469,35 (dois mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e trinta e cinco centavos).

- Nos termos da cláusula quinta - do pagamento, do contrato n.º 02/2015, a título de contrapartida pela ocupação do espaço denominado loja, o valor mensal é de R\$ 2.150,00 (dois mil, cento e cinquenta reais).

vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos:

Os valores recebidos referentes à exploração da Casa de Chá e da Loja são depositados na Conta Única da União, Gestão 423001/42207, Código de Recolhimento: 28802-0.

vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial.

viii. uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC.

Fonte/Responsável: Museu Imperial.

Quadro 43. Caracterização da cessão do Museu da República

IDENTIFICAÇÃO DOS IMÓVEIS		IDENTIFICAÇÃO DOS CESSIONÁRIOS		FORMA DE SELEÇÃO DO CESSIONÁRIO	PRAZO (meses)	FINALIDADE DO USO DO ESPAÇO
USO	ÁREA (M ²)	NOME EMPRESA	CNPJ			
CINEMA	103	ARTE VITAL EXIBIÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA.	03.549.043/0001-28	CONCORRÊNCIA	36	Destinada à exploração comercial para a exibição de filmes de alta qualidade.
BISTRÔ	102,16	QUARTET EDITORA & COMUNICAÇÃO LTDA. - EPP	68.619.873/0001-10	CONCORRÊNCIA	36	Destina à exploração comercial para venda de sanduíches, sucos, pequenos pratos de salada, etc.
LIVRARIA	45,06	LM COMÉRCIO DE LIVROS ER MULTIMÍDIA LTDA.	12.380928/0001-28	CONCORRÊNCIA	36	Destina à exploração comercial de venda de artigos de livros e publicações, suvenires de produção própria ou sob sua responsabilidade, de produtos com a marca do Museu da República e de outros Museus do Ibram, impressos, CDs, DVDs, e outros.
CAFETERIA	12	QUARTET EDITORA & COMUNICAÇÃO LTDA. - EPP	68.619.873/0001-10	CONCORRÊNCIA	36	Destina à comercialização de café, doces, lanches e afins.

Quadro 43. Caracterização da cessão do Museu da República

USO	CARACTERIZAÇÃO DA CESSÃO	CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO CEDIDO	BENEFÍCIOS	TRATAMENTO CONTÁBIL	RATEIO DOS GASTOS	USO DOS BENEFÍCIOS
(continua) CINEMA	PERMISSÃO ONEROSA DE USO	Uma sala para público com capacidade para 90 pessoas e um sanitário com banheiro masculino e feminino, uma sala de projeção e escritório.	REMUNERATÓRIO	RECEBIMENTO ATRAVÉS DE GRU	XXXX	50% DO VALOR TOTAL RETORNA NA FONTE 250 E O RECURSO É APLICADO NA MANUTENÇÃO DO MUSEU
(continua) BISTRÔ	PERMISSÃO ONEROSA DE USO	É composto de um bistrô contendo 8 mesas pequenas e 2 grandes e 40 cadeiras com capacidade de aproximadamente 50 pessoas.	REMUNERATÓRIO	RECEBIMENTO ATRAVÉS DE GRU	XXXX	50% DO VALOR TOTAL RETORNA NA FONTE 250 E O RECURSO É APLICADO NA MANUTENÇÃO DO MUSEU
(continua) LIVRARIA	PERMISSÃO ONEROSA DE USO	É composta de uma sala com capacidade de aproximadamente 20 pessoas.	REMUNERATÓRIO	RECEBIMENTO ATRAVÉS DE GRU	XXXX	50% DO VALOR TOTAL RETORNA NA FONTE 250 E O RECURSO É APLICADO NA MANUTENÇÃO DO MUSEU
(continua) CAFETERIA	PERMISSÃO ONEROSA DE USO	É composto de um quiosque contendo 8 mesas e 24 cadeiras com capacidade aproximadamente 30 pessoas.	REMUNERATÓRIO	RECEBIMENTO ATRAVÉS DE GRU	XXXX	50% DO VALOR TOTAL RETORNA NA FONTE 250 E O RECURSO É APLICADO NA MANUTENÇÃO DO MUSEU

Fonte/Responsável: Museu da República

8.2.7. Informações sobre os imóveis locados de terceiros

Quadro 44. Localização, quantidade dos imóveis locados pela UJ

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros da UJ	
		Exercício 2015	Exercício 2014
	Valor Mensal		
UF DISTRITO FEDERAL SEDE – IBRAM - BRASÍLIA	R\$ 514.215,69	01	01
UF ESPÍRITO SANTO Museu de Biologia Professor Mello Leitão – Santa Teresa	R\$ 3.600,00	01	--
TOTAL	R\$ 517.815,69	02	01

Fonte/Responsável: Divisão de Serviços Gerais, Infraestrutura, Suprimentos e Transporte/CRLL/DPGI/Divisão de Contratos/CRLL/DPGI

Com a criação do Ibram, por meio de Lei Federal específica nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, qualificada como pessoa jurídica de direito público, necessário se fez a locação predial para o perfeito funcionamento do referido Instituto.

Atualmente, o Ibram não possui sede administrativa própria. Funcionava de forma improvisada no Ed. Central Brasília, SBN Quadra 2, 2º andar, dividindo espaço físico nas instalações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN.

Nessa esteira, o Ibram, com a finalidade de preservar a eficiência administrativa, princípio magno disciplinado no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988, e principalmente garantir o excelente desempenho de sua missão institucional, essa Administração Pública precisou de espaço físico independente, para que não ocorram prejuízos de ordem técnica no âmbito dessa Autarquia Federal.

Este Instituto consultou a Gerência Regional de Patrimônio da União no Distrito Federal sobre a disponibilidade de imóvel com área aproximada de 10.000 m², que pudesse ser cedido ao Ibram. Em resposta, GRPU informou a não disponibilidade de imóvel para o atendimento da demanda.

A amplitude da necessidade estabelecida justifica-se pela expectativa de o Instituto Brasileiro de Museus ter sua estruturação física e organizacional ampliada, resultando, pois, na inclusão de novos servidores ocupantes, dos cargos comissionados criados por Lei, e também, pela nomeação dos novos servidores concursados do certame pleiteado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Diante disso, fez-se necessária a locação do imóvel com especificações previstas no termo de referência com fundamento no inciso x do art. 24 da lei 8.666/93.

8.3. Gestão da Tecnologia da Informação

8.3.1 – Principais sistemas de informações

Quadro 45. Sistemas da UJ

Sistema (sigla e nome)	Objetivos	Principais Funcionalidades	Área de TI responsável	Área Requiritante
SAD (Sistema de Avaliação de Desempenho)	Este sistema auxilia no processo de gestão da avaliação de desempenho para gratificação de atividades culturais - GDAC.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Permite a avaliação de desempenho pela chefia, autoavaliação e avaliação por pares. 2. Cadastro de servidores vindos do SIAPE. 3. Cadastro e gestão de metas de desempenho individuais. 4. Apuração e relatórios de desempenho obtidos. 5. Avaliação em diferentes ciclos de gestão 	Coordenação de Tecnologia da Informação - CTINF	Coordenação de Gestão de Pessoas - CGP
PONTO	Sistema que permite o registro de entrada e saída dos servidores do Ibram para controle de ponto eletrônico.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Registra entrada e saída 2. Controle de validação por endereçamento IP das máquinas autorizadas 3. Relatório de horários e consolidados mensais 	Coordenação de Tecnologia da Informação - CTINF	Coordenação de Gestão de Pessoas - CGP
Cadastro de Bens Musealizados Desaparecidos	Sistema que realiza o cadastro de bens musealizados desaparecidos para publicidade do ocorrido.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Permite o cadastro de bens incluindo diversas informações (inclusive imagens). 2. Pesquisa disponível ao público para informações de bens culturais desaparecidos. 	Coordenação de Tecnologia da Informação - CTINF	Departamento de Processos Museais - DPMUS
Semana de Museus	Sistema que realiza o registro de inscrições de museus e eventos que participam das campanhas de semanas de museus, ex: Semana Nacional de Museus.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Permite que diversas instituições cadastrem eventos participantes da semana e/ou primavera de Museus. 2. Auxilia à área de negócio a confeccionar o Guia da Programação 3. Consulta disponível ao público para pesquisa dos eventos registrados 	Coordenação de Tecnologia da Informação - CTINF	Departamento de Financiamento e Fomento a Museus - DDFEM

FNM (Fórum Nacional de Museus)	Este sistema registra as inscrições para o evento bienal chamado Fórum Nacional de Museus	<ol style="list-style-type: none"> 1. Permite a configuração de diversos eventos oferecidos no Fórum Nacional de Museus. 2. Permite o público interno e externo à instituição, inscrições para os mais diversos eventos registrados, controlando o número máximo de participantes por sala/auditório e limite de inscrições. 	Coordenação de Tecnologia da Informação - CTINF	Departamento de Financiamento e Fomento a Museus - DDFEM
SIGI (Sistema de Gestão de Informações)	Constitui objeto 100 licenças de sistemas de informação documental para gerência e controle de processos, documentos e arquivos incluindo customização, manutenção evolutiva e treinamento.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Permite o cadastro e o rastreamento de documentos na instituição. 2. Permite o envio de documentos digitais e controle de fluxo de tramitação. 3. Relatórios de produtividade e tempo dos trâmites processuais 	Coordenação de Tecnologia da Informação - CTINF	Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal - CGSIM
Site Institucional - IBRAM	Ferramenta de comunicação do órgão com a sociedade. Publicação de notícias sobre museologia e ações realizadas pelo instituto.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Permite a autonomia à ASCOM de registro de páginas, notícias, agendas, eventos e outros instrumentos voltados à comunicação institucional. 2. Criado como modelo institucional aplicado à outras instituições vinculadas (Museus). 	Coordenação de Tecnologia da Informação - CTINF	Assessoria de Comunicação - ASCOM
Site Museus	Plataforma de divulgação das ações das unidades museológicas através de portal institucional personalizado para cada unidade.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Permite autonomia aos Museus para geração de conteúdo voltados à comunicação institucional. 	Coordenação de Tecnologia da Informação - CTINF	Unidades Museológicas do Ibram
Pesquisa Anual de Museus – PAM *	Aplicar por meio de plataforma eletrônica gratuita, formulário de pesquisa sobre instituições museológicas permitindo a coleta e atualização de informações sobre os museus brasileiros.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Construção de séries históricas de dados levantados. 2. Atualização de Informações na Base de Dados Museusbr. 3. Mapeamento de novas instituições. 	Plataforma gratuita	Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal - CGSIM
Museusbr	Compartilhar informações e conhecimento sobre os museus brasileiros de forma colaborativa em plataforma desenvolvida pelo Ministério da Cultura.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Coleta, registro e compartilhamento de informações sobre os museus brasileiros com a sociedade. 2. Georreferenciamento dos museus brasileiros. 3. Acesso ao sistema de Registro de Museus. 	Secretaria de Políticas Culturais – SPC/MinC	Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal - CGSIM
Formulário de Visitação Mensal – FVM *	Coletar de forma sistemática e regular informações sobre o quantitativo de visitação mensal aos museus do Ibram em	<ol style="list-style-type: none"> 1. Permite o levantamento mensal de informações sobre o público dos museus do IBRAM; 	Plataforma gratuita	Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal

	plataforma eletrônica gratuita.	<ol style="list-style-type: none"> 2. Permite o acompanhamento de meta institucional. 3. Permite que os museus do IBRAM melhorem os serviços oferecidos. 4. Permite o compartilhamento de dados desagregados sobre visitação dos museus do IBRAM. 		– CGSIM
Formulário de Visitação Anual – FVA*	Coletar anualmente informações sobre o quantitativo de visitação aos museus brasileiros em plataforma eletrônica gratuita.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Permite o levantamento anual de informações sobre o público dos museus brasileiros. 2. Permite o cumprimento do Decreto 8.124/2013. 3. Possibilita a realização de estudos e a produção de conhecimentos sobre os museus brasileiros. 	Plataforma gratuita	Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal - CGSIM
Exposições no Brasil*	Coletar anualmente, em plataforma eletrônica gratuita, informações sobre exposições de curta duração realizadas no Brasil.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Permite a coleta de informações sobre as exposições mais visitadas no Brasil; 2. Permite o compartilhamento de informações com o jornal britânico The Art Newspaper; 3. Possibilita a realização de estudos e a geração de conhecimento sobre as exposições temporárias de curta duração, montadas no país. 	Plataforma gratuita	Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal - CGSIM

*Utilização do software livre LimeSurvey na aplicação de questionários. Apesar de ser a solução utilizada, tal sistema possui limitações à aplicação efetiva dos processos aos quais se destina sendo necessário o desenvolvimento de sistema próprio.

8.3.2. Informações sobre o Plano Estratégico de TI (PETI) e sobre o Plano Diretor do TI (PDTI)

A seguir resumo dos objetivos estratégicos e das necessidades de TI alinhadas aos objetivos da instituição e da Estratégia Geral de Tecnologia da Informação realizada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Os objetivos e iniciativas estratégicas do Ibram foram divididas em 5 grandes dimensões afim de facilitar a gestão e o acompanhamento de metas. Abaixo a lista dos objetivos estratégicos em cada uma dessas dimensões.

- PRESERVAÇÃO, DIFUSÃO E ACESSO
 - ID Objetivo Estratégico
 - OE1 Promover e difundir o patrimônio museológico brasileiro nacionalmente e internacionalmente
 - OE2 Desenvolver as potencialidades econômicas do campo museal
 - OE3 Preservar e ampliar o patrimônio museológico brasileiro
 - OE4 Democratizar e ampliar o acesso ao patrimônio museológico
- FUNÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E PESQUISA
 - ID Objetivo Estratégico
 - OE5 Promover a função social e educativa dos museus
 - OE6 Fomentar a produção e a circulação do conhecimento e informações do campo museal
 - OE7 Estimular o surgimento e desenvolvimento de iniciativas de memória social
 - OE8 Promover a capacitação de gestores e agentes do campo museal
- PLANEJAMENTO E GESTÃO DO SETOR
 - ID Objetivo Estratégico
 - OE9 Consolidar a política nacional de museus e seus instrumentos
 - OE10 Consolidar articulações institucionais e parcerias intersetoriais
 - OE11 Estimular a modernização da gestão dos museus
- REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
 - ID Objetivo Estratégico
 - OE12 Aperfeiçoar o marco regulatório
 - OE13 Aperfeiçoar os processos de monitoramento e fiscalização
- GOVERNANÇA INTERNA
 - ID Objetivo Estratégico
 - OE14 Adequar a estrutura organizacional à estratégia
 - OE15 Aperfeiçoar mecanismos de gestão
 - Gestão Estratégica
 - Gestão de Processos
 - Gestão de Projetos
 - Gestão Orçamentária
 - OE16 Promover a integração de sistemas de informação
 - OE17 Implantar a gestão do conhecimento

OE18 Promover a integração, comunicação e sinergia entre as unidades

- PESSOAS

ID Objetivo Estratégico

OE19 Estruturar e valorizar o quadro de pessoal

OE20 Desenvolver as competências necessárias

A EGTI 2013-2015 define os seguintes objetivos estratégicos:

ID Objetivo Estratégico

MP1 Aprimorar a gestão de pessoas de TI

MP2 Aperfeiçoar a gestão orçamentária de TI

MP3 Aperfeiçoar a governança de TI

MP4 Alcançar a efetividade na gestão de TI

MP5 Fomentar a adoção de padrões tecnológicos e Soluções de TI

MP6 Garantir a Segurança da Informação e Comunicações

MP7 Fortalecer a integração e a comunicação institucional do SISP

MP8 Promover a Gestão de Conhecimento do SISP

MP9 Melhorar continuamente a prestação de serviços e a transparência de informações à sociedade.

Quadro 46. Necessidades Registradas no PDTI e alinhamento estratégico

Id	Descrição da Necessidade	Estratégia Relacionada	Área Demandante				
			DPMUS	DDFEM	CGSIM	DPGI	GAB
NI1	Mapear informações dos Pontos de Memória e georreferenciar dados dos museus mapeados no CNM e dos Pontos de Memória	OE7	•				
NI2	Acompanhar as notificações enviadas pela Receita Federal – Sistema de acompanhamento das destinações	OE3	•				
NI3	Cadastrar voluntários da força-tarefa para situações de emergência - Gestão de Riscos	OE3	•				
NI4	Catalogar arquivos iconográficos e desenhos técnicos dos museus	OE3	•				
NI5	Controlar a visitação nos museus vinculados ao Ibram		•				
NI6	Gerir informações de fomento e financiamento do campo museal	OE6		•			
NI7	Integração do Sistema de Inscrição de Eventos (Semana Nacional de Museus e Primavera de Museus) com o Cadastro Nacional de Museus	OE1		•			
NI8	Sistema para controle de patrimônio e almoxarifado	OE15, OE16				•	
NI9	Gerenciar informações a respeito do controle e utilização de telefonia móvel e fixa no âmbito do Ibram	OE15, OE16				•	
NI10	Diagnóstico de conservação e segurança de acervos museais	OE3	•				

NI1 1	Cadastro Nacional de Museus e Registro de Museus - Coletar, processar e compartilhar informações sobre as características, atividades e serviços dos museus brasileiros e gerir as informações de formalização da criação, fusão e extinção das instituições museológicas.	OE3, OE4						
NI1 2	Exposições Brasileiras - Coletar e registrar as informações sobre público de exposições temporárias realizadas no Brasil	OE3, OE4						
NI1 3	Gestão Integrada de Acervos Bibliográficos - Integrar as bibliotecas do Ibram e prover o armazenamento e recuperação das informações digitais de seus títulos de forma adequada contribuindo assim para a preservação da memória institucional.	OE3						
NI1 4	Acervo em Rede - Criar uma plataforma unificada e integrada de acervos favorecendo a interação entre as instituições participantes do programa e a disseminação e democratização do acesso do cidadão ao patrimônio museológico brasileiro.	OE1, OE3, OE4						
NI1 5	Realizar a Gestão Documental para garantir a organização, segurança, recuperação, preservação e acesso às informações produzidas e recebidas pela Administração Central do Ibram e suas Unidades Museológicas	OE18, OE17						

NI1 6	Rede de Arquivos e Bibliotecas - Estabelecer padrões de excelência de preservação e divulgação dos acervos bibliográficos e arquivísticos dos museus e de mecanismos de interligação entre os atores nacionais da área da Biblioteconomia e Arquivologia.	OE1, OE3, OE17, OE18						
NI1 7	Arquivo Histórico - Criar mecanismos para gestão de fundos e coleções do Ibram.	OE3						
NI1 8	Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados - catalogar e gerir a inserção periódica de dados sobre os bens culturais que integram os acervos museológico, bibliográfico e arquivístico dos museus brasileiros	OE1, OE3, OE4						
NI1 9	Sistema para gestão de pessoas	OE15, OE16, OE18						
NI2 0	Gestão e controle de capacitação de servidores	OE16, OE19, OE20						
NI2 1	Sistema para controle e gestão da remoção interna entre unidades e/ou departamentos	OE16, OE18						
NI2 2	Sistematizar o processo de avaliação de estágio probatório	OE16, OE18						
NI2 3	Gestão de frequência e ponto eletrônico no âmbito do Ibram	OE16, OE18						

Quadro 47. Necessidade de TI

N1	Prover a segurança da informação	OE16	EGTI-6
N2	Realizar a governança de TI	OE10, OE11, OE15, OE18	EGTI-4
N3	Prover serviços de suporte técnico e de infraestrutura	OE1, OE16	-
N4	Manter os serviços de comunicação	OE16, OE18	-
N5	Prover serviços de impressão e digitalização	OE16, OE18	-
N6	Manter atualizado o parque computacional	OE11, OE16	-

N7	Prover a infraestrutura de rede e capacidade de TI	OE16, OE18	-
N8	Prover licenciamento e soluções de software	OE1, OE6, OE11, OE15, OE16	-
N9	Capacitar servidores em gestão de TI	OE19, OE20	EGTI-1, EGTI-6
N10	Implantar e evoluir sistemas administrativos de apoio à gestão interna do IBRAM	OE1, OE6, OE11, OE15, OE16, OE17, OE18, OE19, OE20	-
N11	Implantar e evoluir sistemas corporativos	OE1, OE3, OE4, OE6, OE8, OE9, OE17, OE18	-
N12	Sustentar e evoluir sítios de internet e intranet do IBRAM e Museus vinculados	OE1, OE16, OE18	-

8.4. GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Os critérios de sustentabilidade ambiental nas licitações e contratos levam em apreço os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.

No Ibram Sede, as torneiras são automáticas e ainda existe um sistema composto por braçadeiras que diminui ainda mais o fluxo de água em todo o prédio. Os gastos com energia elétrica foram reduzidos devido ao desligamento de várias lâmpadas nas salas e garagens de todo o edifício. O desligamento das lâmpadas, em torno de 50%, verificou-se os efeitos sobre a luminosidade dos ambientes. Já o desligamento dos elevadores em determinados períodos, uma das medidas previstas para a redução de consumo, não foi possível, pois as empresas responsáveis pela manutenção não recomendaram essa ação.

Uma das etapas do Plano de Gestão e Logística Sustentável (PLS) do Ibram reduziu a quantidade de impressoras na Sede do Instituto. Etapas anteriores do PLS, executadas pela Coordenação de Tecnologia da Informação (CTINF), já trouxeram uma considerável economia. Além da utilização da função imprimir em frente e verso, a CTINF realizou melhorias na gestão do contrato de impressões, aplicando efetivamente multas por descumprimento dos níveis de serviço.

Para implantar a A3P existem alguns caminhos a serem percorridos. O Ministério do Meio Ambiente – MMA – lançou, por meio da Portaria N° 221 de 14 de setembro de 2004, um manual para implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública. O manual foi produzido pela Comissão Gestora da A3P no MMA, cujas atividades se encontram atualmente sob coordenação da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Cabe a cada instituição desenvolver a sua própria agenda ambiental, adequada às suas características, peculiaridades e atividades e a seu porte e direcionamento estratégico.

O Ibram já deu início à conscientização de seus colaboradores, lançando campanhas Sustentáveis. As campanhas visam ser instrumentos capazes de difundir o conceito de sustentabilidade, enquanto prática diária, entre os servidores do Instituto, cujo engajamento e esforços são fundamentais para que o mesmo atinja seus objetivos no que diz respeito a um futuro sustentável.

8.4.1. Adoção de Critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens na contratação de serviços ou obras

Nos projetos básicos para contratação de projetos e obras constam como obrigações da contratada pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, utilizar somente matéria-prima florestal procedente de manejo florestal e suprimir vegetação natural, somente se devidamente autorizada pelo órgão competente.

As contratadas devem observar as seguintes legislações: IN/MARE nº 06 de 03/11/95; ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; Decreto nº 48.138, de 8/10/2003; Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/1994; Resolução CONAMA nº 257, de 30/06/1999; Diretivas RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances). Consideramos o ISO 14001 sempre que possível em nossas licitações.

A Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P foi um plano iniciado no âmbito desta Autarquia, mas devido à carência de servidores que possam assumir a responsabilidade, o projeto está sobrestado. Em cada andar da Sede existe a separação de lixeiras para lixo orgânico e seco, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006. Um estudo para verificar o resultado será aplicado em breve.

Conforme o Decreto 7.746/2012, art. 16, esta unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS), disponível aos interessados através do sítio <https://extranet.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/09/BAE-233-edi-extra-editando.pdf>. A Comissão Gestora com as atribuições de elaborar, monitorar, avaliar e revisar Plano de Gestão de Logística Sustentável -PLS/IBRAM, com abrangência a todas as unidades do Ibram, tem o objetivo de estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na administração da instituição, compõe-se dos seguintes membros: a) Diretor de Planejamento e Gestão Interna; b) Coordenador de Orçamento, Finanças e Prestação de Contas; c) Coordenador de Recursos Logísticos e Licitações; d) Coordenador de Tecnologia da Informação; e) Coordenador de Gestão de Pessoas; f) Chefe de Gabinete da Presidência.

Maiores informações sobre a publicação dos resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS no sítio da unidade na *Internet*, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores podem ser conferidas através dos links abaixo disponibilizados:

Campanha Sustentável – Energia Elétrica: <https://extranet.museus.gov.br/?p=13725>

Campanha Sustentável – Uso de copos descartáveis: <https://extranet.museus.gov.br/?p=11821>

Medidas do PLS para reduzir custos com impressões - <https://extranet.museus.gov.br/?p=11156>

Ações em prol da sustentabilidade - <https://extranet.museus.gov.br/?p=7204>

Impressão Sustentável - <https://extranet.museus.gov.br/?p=10066>

Material de divulgação: https://extranet.museus.gov.br/?page_id=7208

Atividades do Ibram Sustentável - <https://extranet.museus.gov.br/?p=7442>

Consumo consciente no trabalho - https://extranet.museus.gov.br/?page_id=3329

Consumo consciente da água - <https://extranet.museus.gov.br/?p=3124>

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

No exercício de 2015, mais precisamente no dia 11 de dezembro de 2015, foi publicado no Diário Oficial da União o Acórdão nº 11212/2015 – TCU – 2ª Câmara, referente à Prestação de Contas do Ibram do Exercício de 2012, informando, no item 1.7., sobre as irregularidades identificadas, as quais passamos a relatar nos quadros a seguir.

Quadro 48. Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-022.404/2013-9	11212/2015 TCU 2ª Câmara	1.7.1.1.	Ofício nº 0008/2016-TCU/SECEXEDUCAÇÃO	15/01/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Departamento de Planejamento e Gestão Interna - DPGI				
Descrição da determinação/recomendação				
Ausência de formalização da Política de Segurança da Informação e Comunicações (Posic), em contrariedade a recomendação do TCU (Acórdão 1.603/2008-TCU-Plenário)				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A Coordenação de Tecnologia da Informação do IBRAM – CTINF/DPGI trabalha nas recomendações e em outros projetos prioritários para o Instituto, desde às notificações pelo controle interno, conforme listado a seguir:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Planejamento da contratação de serviços de telefonia móvel 2. Planejamento da contratação de serviços de telefonia fixa – Brasília 3. Planejamento da contratação de serviços de telefonia fixa – Museus 4. Planejamento da contratação de serviços de internet – Museus 5. Planejamento da contratação da INFOVIA – Brasília 6. Planejamento da contratação de serviços de suporte técnico (em atendimento às recomendações do controle interno) 7. Planejamento da contratação de serviços de impressão 8. Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação – PDTI (em atendimento às recomendações do controle interno) 9. Criação da metodologia de desenvolvimento de sistemas (em atendimento às recomendações do controle interno) 10. Estudo técnico para contratação de suporte à central telefônica 11. Estudo técnico para renovação de licenças de produtos Microsoft <p>As atividades de planejamento possuem complexidade avançada e demandam tempo superior a 6 meses para conclusão. Estas contratações, em sua maioria, são substituições aos contratos existentes, que demandam também o controle e a fiscalização por parte dos servidores. No período tivemos a fiscalização dos seguintes contratos:</p>				

1. Contrato de suporte técnico ao ambiente de infraestrutura 38/2012
2. Contrato de outsourcing de impressão 19/2010
3. Contrato de telefonia fixa 31/2011
4. Contrato de telefonia móvel 12/2010 e 13/2010
5. Contrato de serviços da INFOVIA 27/2011
6. Contrato de licenças Microsoft 59/2012

Todas as atividades de planejamento da contratação e da fiscalização dos contratos vigentes são realizadas por uma equipe de 5 servidores, incluindo o coordenador de tecnologia da informação.

Portanto, foram priorizadas e planejadas atividades conforme a capacidade operacional da equipe. Neste contexto a criação da Política de Segurança da Informação ainda não foi realizada ficando como pendente. A expectativa de conclusão e publicação desta política de segurança é para dezembro/2016.

Quadro 49. Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-022.404/2013-9	11212/2015 TCU 2ª Câmara	1.7.1.3.	Ofício nº 0008/2016-TCU/SECEXEDUCAÇÃO	15/01/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Departamento de Planejamento e Gestão Interna - DPGI				
Descrição da determinação/recomendação				
Inexistência de metodologia de desenvolvimento de sistemas no setor de Tecnologia da Informação, o que contraria recomendação do TCU (Acórdão 592/2011-TCU-Plenário)				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Foi criada a Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas a ser utilizada no IBRAM. Não houveram ainda evidências de execução já que não tivemos nenhum desenvolvimento interno e/ou externo de sistemas.				

Quadro 50. Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-022.404/2013-9	11212/2015 TCU 2ª Câmara	1.7.1.4.	Ofício nº 0008/2016-TCU/SECEXEDUCAÇÃO	15/01/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Departamento de Planejamento e Gestão Interna - DPGI				
Descrição da determinação/recomendação				
Remuneração de fornecedor aferida por meio de métrica de homens-hora no Contrato 38/2012, o que contraria o art. 15, § 3º, da IN 4/2010-SLTI/MPOG, bem como a jurisprudência do TCU (Acórdão 786/2006-TCU-Plenário)				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				

Contrato encerrado em 30/06/2015 e substituído pelo contrato nº 14/2015 desde 01/07/2015.

Quadro 51. Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-022.404/2013-9	11212/2015 TCU 2ª Câmara	1.7.1.5.	Ofício nº 0008/2016-TCU/SECEXEDUCAÇÃO	15/01/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Departamento de Planejamento e Gestão Interna - DPGI				
Descrição da determinação/recomendação				
Indicação, no edital do Pregão Eletrônico 6/2012, de valores mínimos a serem pagos para os profissionais da contratada, o que contraria o art. 7º da IN 4/2010-SLTI/MPOG				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Contrato encerrado em 30/06/2015 e substituído pelo contrato nº 14/2015 desde 01/07/2015.				

Quadro 52. Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-022.404/2013-9	11212/2015 TCU 2ª Câmara	1.7.1.8.	Ofício nº 0008/2016-TCU/SECEXEDUCAÇÃO	15/01/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Departamento de Planejamento e Gestão Interna - DPGI				
Descrição da determinação/recomendação				
Deficiente estrutura de pessoal para a gestão do sistema CGU-PAD.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O grupo de trabalho para auxiliar nas atividades relacionadas a processos administrativos disciplinares e a processos administrativos para apuração de responsabilidade administrativa de pessoa jurídica no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus foi criado pela PORTARIA Nº- 282, DE 20 DE JULHO DE 2015.				

9.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Plano de Providências Permanente da Controladoria-Geral da União

No decorrer do exercício de 2015, não houve atualização do Plano de Providências Permanente da CGU, sendo a última versão a encaminhada por meio da Nota Técnica nº 690/2014/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR, de 31 de março de 2014.

Contudo, tendo em vista que remanesceram algumas constatações pendentes de resposta, segue abaixo manifestação das áreas responsáveis:

Relatório de Auditoria nº 201112041

Constatação 002: Observa-se que para a Recomendação dessa Constatação não foi feita nenhuma referência ao Ofício nº 683/2013/PRES/IBRAM, de 18 de novembro de 2013, inclusive registrando que não houve manifestação da Unidade até 27/02/2014, reiterando, portanto, como “Recomendação não atendida por decurso de prazo”.

Contudo, a nota técnica anexa ao documento em comento aduz que o caso já fora objeto de análise e apreciação do Departamento de Planejamento e Gestão Interna – DPGI, oportunidade em que se verificou não restar caracterizado, no caso concreto, dano ao erário, uma vez que a administração observou e cumpriu os requisitos e os pressupostos indispensáveis aplicáveis à espécie, destarte, não há que se falar em adoção de medidas reparadoras quanto à constatação em comento.

Neste caso, uma consulta à CGU poderá ser feita para verificar se o referido Ofício atende à Recomendação em comento, em face de o mesmo ter atendido à recomendação 1 da mesma constatação.

Constatações 003, 005 e 008: Em relação a essa constatação, essa administração por meio do Memorando nº 109/2013/CRL/DPGI/IBRAM procedeu à abertura de processo administrativo nº 01415.013021/2013-17 objetivando a instauração de sindicância investigativa para a apuração dos fatos e responsabilizações aplicáveis ao caso. Contudo, em que pese o procedimento exposto, a investigação ainda não teve continuidade, devido à falta de uma estrutura correcional adequada para a demanda de trabalhos. Registra-se que, à época, o Ibram devido à grande deficiência de funções em seu quadro ainda não havia implementado a área de correição.

Somente em 21 julho de 2015, foi publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, página 06, a Portaria Ibram nº 282, criando um Grupo de Trabalho composto por 05 servidores do Instituto, responsáveis por auxiliar nas atividades relacionadas a processos administrativos disciplinares e a processos administrativos para apuração de responsabilidade administrativa de pessoa jurídica no âmbito do Ibram. Por força do artigo 6º da referida Portaria, o GT se subordina diretamente à Presidência do Ibram no desempenho de suas atividades.

Em vista do ocorrido, o núcleo de correição, contiguamente ao conhecimento do fato, encaminhou no dia 16/03/2016 o Memorando nº 01/2016/GT- PAD/PRES/IBRAM, NUP: 01415.002705/2016-28 propondo nos termos do inciso III, do art. 3º da portaria em epígrafe, a abertura de sindicância investigativa para apurar os fatos constantes do processo administrativo nº 01450.014375/2010-00 em razão de ter sido objeto de análise no Relatório de Auditoria nº 201112041, cujas recomendações das constatações 003, 005 e 008 ainda não foram atendidas.

Procedeu-se, portanto, as medidas saneadoras de modo a tomar imediatamente a abertura do procedimento apurador. O núcleo de correição atuará, ainda, no auxílio à comissão sindicante na instrução do processo com vistas ao julgamento da autoridade superior.

Destarte, o Ibram imiscui-se no cumprimento às recomendações apontadas confirmando que tão logo sejam concluídos os procedimentos administrativos, informaremos imediatamente à Controladoria os resultados obtidos.

Constatação 009: Registramos que a partir da última renovação do Contrato nº 60/2009, firmado entre o IPHAN e a Confederação Nacional do Comércio – CNC, objetivando locar espaço para instalação da sede própria do Ibram, essa Autarquia tem precedido à ampla pesquisa de mercado, a partir de estudo da real demanda por espaço para o desenvolvimento das atividades institucionais do

Instituto. É o que se pode constatar do processo 01450.003377/2009-21 às folhas 771 a 781 do processo citado.

Informa-se ainda que após tratativas junto à locadora do imóvel, a Confederação Nacional do Comércio - CNC, para adequação ao Relatório da CGU e também no cumprimento ao Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012 - que estabelece, no âmbito do Poder Executivo Federal, limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens - e do Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015 - que estabelece, no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços e na utilização de telefones celulares corporativos e outros dispositivos – no tocante ao contrato de locação da Sede dessa Autarquia e na adequação da metragem estabelecida no art. 3º do Decreto nº 7.689 foram DEVOLVIDOS 1.041,22 m², correspondentes a 02 andares – 10º e 11º; DEVOLVIDOS 1.195,74m², correspondentes a 41 vagas de garagem do 2º subsolo; e concedidos a não aplicação do reajuste anual quando da assinatura do termo aditivo em novembro de 2015.

Em face do exposto, reconhecemos como ATENDIDA a CONSTATAÇÃO 009 da recomendação do Plano de Providências Permanentes – CGU, por meio do Relatório de Auditoria nº 201112041.

Relatório de Auditoria nº 201305626

Obs.: Devido às constatações abaixo serem as mesmas constantes do Acórdão TCU nº 11.212/2015 – 2ª Câmara, transcrevemos as justificativas prestadas nos quadros do item 9.2 deste Relatório de Gestão.

Constatação 024: A Coordenação de Tecnologia da Informação do IBRAM – CTINF/DPGI trabalha nas recomendações e em outros projetos prioritários para o Instituto, desde às notificações pelo controle interno, conforme listado a seguir:

1. Planejamento da contratação de serviços de telefonia móvel
2. Planejamento da contratação de serviços de telefonia fixa – Brasília
3. Planejamento da contratação de serviços de telefonia fixa – Museus
4. Planejamento da contratação de serviços de internet – Museus
5. Planejamento da contratação da INFOVIA – Brasília
6. Planejamento da contratação de serviços de suporte técnico (em atendimento às recomendações do controle interno)
7. Planejamento da contratação de serviços de impressão
8. Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação – PDTI (em atendimento às recomendações do controle interno)
9. Criação da metodologia de desenvolvimento de sistemas (em atendimento às recomendações do controle interno)
10. Estudo técnico para contratação de suporte à central telefônica
11. Estudo técnico para renovação de licenças de produtos Microsoft

As atividades de planejamento possuem complexidade avançada e demandam tempo

superior a 6 meses para conclusão. Estas contratações, em sua maioria, são substituições aos contratos existentes, que demandam também o controle e a fiscalização por parte dos servidores. No período tivemos a fiscalização dos seguintes contratos:

1. Contrato de suporte técnico ao ambiente de infraestrutura 38/2012
2. Contrato de outsourcing de impressão 19/2010
3. Contrato de telefonia fixa 31/2011
4. Contrato de telefonia móvel 12/2010 e 13/2010
5. Contrato de serviços da INFOVIA 27/2011
6. Contrato de licenças Microsoft 59/2012

Todas as atividades de planejamento da contratação e da fiscalização dos contratos vigentes são realizadas por uma equipe de 5 servidores, incluindo o coordenador de tecnologia da informação.

Portanto, foram priorizadas e planejadas atividades conforme a capacidade operacional da equipe. Neste contexto a criação da Política de Segurança da Informação ainda não foi realizada ficando como pendente. A expectativa de conclusão e publicação desta política de segurança é para dezembro/2016.

Constatação 027: Foi criada a Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas a ser utilizada no IBRAM. Não houveram ainda evidências de execução já que não tivemos nenhum desenvolvimento interno e/ou externo de sistemas.

Constatação 028: Contrato encerrado em 30/06/2015 e substituído pelo contrato nº 14/2015 desde 01/07/2015.

Constatação 029: Contrato encerrado em 30/06/2015 e substituído pelo contrato nº 14/2015 desde 01/07/2015.

Constatação 036: O grupo de trabalho para auxiliar nas atividades relacionadas a processos administrativos disciplinares e a processos administrativos para apuração de responsabilidade administrativa de pessoa jurídica no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus foi criado pela Portaria nº 282, de 20 de julho de 2015.

Ofício nº 17798/2015/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR

Em agosto de 2015, recebemos cópia do Ofício acima mencionado, que tratava de risco de ocorrência de subcontratação indevida de empresas com a mesma base societária da empresa AGBR Comércio, Serviços Gráficos, Importação e Exportação Ltda., solicitando verificação do Ibram no sentido de avaliar a regularidade do processo licitatório que deu origem ao Contrato nº 60/2012, bem como realizar exames com vistas a certificar que não há subcontratação indevida de empresas na execução do mesmo.

A resposta à CGU foi prestada por meio do Ofício nº 29/2015-DPGI/IBRAM, de 14 de

setembro de 2015, que encaminhou a Nota Técnica nº 12/2015, elaborada pela Coordenação de Promoção e Gestão da Imagem Institucional do Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus – DDFEM.

Relatório Preliminar de Auditoria de Acompanhamento 201412439

Em setembro de 2015, foi encaminhado o Relatório supramencionado, referente às análises realizadas na execução do Contrato nº 60/2009, firmado entre o IPHAN e a Confederação Nacional do Comércio – CNC, objetivando locar espaço para instalação da sede própria do Ibram, recomendando ao Ibram a adoção das seguintes providências:

- Em futuras locações, o Ibram realize levantamento da sua força de trabalho e de sua real necessidade espacial, com especial atenção para a razoabilidade dos espaços para arquivos, depósitos e daquele destinado a servidores que não detêm tal benefício, bem como faça chamamento público no sentido de se ampliar as opções e com vistas à busca mais econômica para tal serviço a ser contratado, considerando principalmente as várias opções de mercado no ramo imobiliário da região;

- Quando da renovação do Contrato nº 60/2009, se for o caso, não seja nos termos em que está consubstanciado;

- Promova processo licitatório em futuras locações;

- Apure a responsabilidade a quem deu causa à Dispensa de Licitação nº 323/2009 que redundou no contrato administrativo nº 60/2009, bem como aqueles que deram causa à continuidade do processo de aditivamente.

Em resposta ao Relatório Preliminar, foi encaminhado à CGU em 06 de novembro de 2015 o Ofício nº 697/2015/PRES/IBRAM/MINC, complementado em 13 de novembro pelo Ofício nº 727/2015/PRES/IBRAM. Após tratativas junto à locadora do imóvel, para adequação ao Relatório da CGU e também ao Decreto nº 8.540/2015, foram adotadas as seguintes providências pelo Ibram:

- Devolução de 1.041,22m², correspondente a 02 andares – 10º e 11º;

- Devolução de 1.195,74m², correspondente a 41 vagas de garagem do 2º subsolo;

- Não aplicação do reajuste anual quando da assinatura do termo aditivo em novembro de 2015.

Quanto à apuração de responsabilidade, informamos que o Ibram está adotando as medidas necessárias para início dos trabalhos referentes à recomendação em questão.

9.3. Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

No exercício financeiro de 2015, o Instituto Brasileiro de Museus não teve nenhum caso referente a necessidade de abertura de Tomadas de Contas Especiais.

Entretanto, em 09/03/2015 foi publicada a Portaria nº 102, de 09 de março de 2015, que constituiu a Comissão de Análise de Processos de Prestação de Contas e de Tomadas de Contas Especiais, com três servidores. Porém, está restrita à análise das prestações de contas de convênios, contratos de repasse, termos de cooperação e demais instrumentos congêneres celebrados pelo Ibram, que envolvam a transferência de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União.

Quadro 53. Tomadas de Contas Especiais

Tomadas de Contas Especiais							
Não instauradas			Instauradas				
Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
			Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		
-	-	-	-	-	1	-	-

Fonte: DPGI

9.9. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Durante todo o exercício de 2015, este Instituto sofreu com dificuldades decorrentes das liberações financeiras, que foram insuficientes para atender aos compromissos assumidos. Ao contrário do exercício anterior, em que todas as demandas orçamentárias e financeiras do Ibram foram atendidas, mesmo que intempestivamente, em 2015, as liberações financeiras foram escassas e morosas, sendo que cerca de 25% das solicitações financeiras ficaram sem atendimento.

Uma vez que a insuficiência de recursos financeiros, bem como os atrasos constantes nas liberações, impossibilitou o cumprimento integral das obrigações financeiras contraídas pelo Instituto, não foi possível garantir o cumprimento integral do cronograma de pagamento, bem como a ordem cronológica da geração da despesa.

Tal situação, agravada pelo acúmulo de judicializações de cobranças, bem como interrupções nos fornecimentos/prestações de serviços, decorrentes dos atrasos de pagamento, ocasionados por liberações financeiras inconstantes e insuficientes, forçaram os Ordenadores de Despesas a descumprir, quando necessário, a ordem cronológica das tramitações processuais, de forma a garantir solução de continuidade, sobretudo no que diz respeito aos contratos de natureza continuada.

Cabe ressaltar que a capacidade das prestadoras de serviços de manter as obrigações trabalhistas e fiscais em dia, diante dos atrasos de pagamento, é variável. Principalmente, se considerarmos micro e pequenas empresas que, por vezes, são as únicas opções de contratação em localidades de difícil acesso, com pouca ou quase nenhuma infraestrutura. É o caso de Alcântara e São Miguel das Missões, por exemplo.

Ademais, a falta de liquidez para que as contratadas honrassem com seus compromissos não provocada exclusivamente pelo Ibram, mas pelo Governo como um todo, haja vista que o atraso no pagamento de outros contratos firmados pelas empresas com outros órgãos e demais entes federados geraram a sua condição de insolvência.

Por fim, cabe registrar que os Ordenamentos de Despesas observaram precipuamente a ordem cronológica do cronograma de pagamentos. Porém, dadas as peculiaridades dessa pasta que depende em maior parte da prestação de serviço continuado, o critério foi relativizado para que se minimizasse os impactos na interrupção de serviços - que compreendem, na maior parte, limpeza,

vigilância, recepção, apoio administrativo, dentre outros – e o fechamento de Unidades Museológicas.

9.13. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Não se aplica.

O item não se aplica ao IBRAM uma vez que não houveram contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.

No exercício de 2015, tínhamos o *Contrato nº 38/2012*, firmado com a empresa CTIS, cuja vigência expirou em 30/06/15, tendo como seu substituto o *Contrato nº 14/2015*, que iniciou-se em 01/07/15.

Ambas as contratações enquadram-se no *inc. VII, do § 4º do art. 14, da Lei nº 11.774/2008*, cuja remissão está contida no *inc. I, do art. 7º da Lei nº 12.546/2011*, bem como no *inc. VII, do art. 2º, do Decreto nº. 7.828/12*.

Assim, considerando que os comandos destes dispositivos legais tem origem no ano de 2011/2012, sendo anteriores a realização das respectivas contratações, estas já se deram com observância aos mesmos, de forma que não se fez necessário aplicar a revisão destes.

Anexo I. Modalidades de contratações por Unidades Executoras do Ibram.

Tabelas referentes as modalidades de contratações por Unidades Executoras do Ibram.

A título de informação, segue abaixo planilha descritiva dos processos do exercício de 2015, a saber:

PREGÕES ELETRÔNICOS PUBLICADOS NO COMPRASNET – SEDE 2015

MODALIDADE	NUMERO	INTERES SADO	ASSUNTO	VALOR ESTIMAD O
PREGÃO	01/2015	IBRAM - INSTITUT O BRASILEI RO DE MUSEUS	Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de segurança armada nas dependências do Museu Casa Histórica de Alcântara, localizado no sobrado nº 07, Praça da Matriz, Centro, na cidade de Alcântara - MA	R\$ 718.972,80
PREGÃO	04/2015	IBRAM - INSTITUT O BRASILEI RO DE MUSEUS	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns, de natureza continuada, nas áreas específicas, de serviços de recepção, auxiliar operacional nível I, II e III, secretária executiva e secretária executiva bilíngue, para atendimento das demandas do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, no Edifício Sede, em Brasília - DF, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos,	R\$ 4.276.626,19
PREGÃO	05/2015	INSTITUT O BRASILEI RO DE MUSEUS - IBRAM	Contratação de empresa para a prestação de serviços de Vigilância Armada com fornecimento de mão de obra, para atender ao Museu Solar Monjardim, situado na Cidade de Vitória, no Estado do Espírito Santo	R\$ 626.999,52
PREGÃO	06/2015	INSTITUT O BRASILEI RO DE MUSEUS - IBRAM	Contratação de serviços de suporte tecnológico ao ambiente de tecnologia da informação e comunicação (TIC) do IBRAM e das Unidades que compõem sua estrutura organizacional de acordo com quantitativos, padrões técnicos de desempenho e qualidade e demais exigências	R\$ 4.711.352,22
PREGÃO	07/2015	IBRAM - INSTITUT O BRASILEI RO DE MUSEUS	Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de segurança desarmada nas dependências do Museu Victor Meirelles localizado à Rua Victor Meirelles, nº 59, Centro, na cidade de Florianópolis	R\$ 474.399,36

PREGÃO	10/2015	IBRAM - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS	Contratação de empresa para a prestação de serviços de limpeza e conservação de bens móveis e imóveis, com fornecimento de mão-de-obra e material, para atender ao Museu da Abolição, situado na Cidade do Recife, no Estado de Pernambuco, componente da estrutura organizacional do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM	R\$ 189.715,22
PREGÃO	11/2015	IBRAM - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS	Pregão Eletrônico - Aquisição e instalação de equipamentos de Circuito Fechado de TV - CFTV, com disponibilização de todos os materiais para a execução do serviço, incluindo mão de obra e posterior treinamento de equipe técnica para a operacionalização do sistema, no Museu do Ouro, localizado à Rua da Intendência, s/n, Centro, Sabará, em Minas Gerais	R\$ 41.081,10
PREGÃO	12/2015	Museus Victor Meirelles	Contratação de serviços de vigilância desarmada para o Museu Victor Meirelles	R\$ 541.780,50
PREGÃO	13/2015	IBRAM - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS	Contratação de empresa para a prestação de serviços de limpeza e conservação de bens móveis e imóveis, com fornecimento de mão-de-obra e material, para atender ao Museu Solar Monjardim, situado na Cidade de Vitória, no Estado do Espírito Santo	R\$ 247.065,36
PREGAO	14/2015	IBRAM - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS	Contratação de empresa para a prestação de serviços de limpeza e de conservação de bens móveis e imóveis, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, para atender às necessidades do ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO REGIONAL EM MINAS GERAIS - ER-MG/ES, situado na cidade de Belo Horizonte.	R\$ 32.328,00

PREGÕES ELETRÔNICOS DE LICITAÇÃO – SEDE 2015

MODALIDADE	NUMERO	INTERESSADO	ASSUNTO	VALOR ESTIMADO
PREGÃO	06/2015	IBRAM - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE TECNOLÓGICO AO AMBIENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO IBRAM.	R\$ 627.648,48
PREGÃO	03/2015	DEPARTAMENTO DE FUSÃO FOMENTO E ECONOMIA DOS MUSEUS- DDFEM	Termo de referencia para contratação de empresa especializada em serviços gráficos de impressão.	R\$ 31.025.114,77
PREGÃO		INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEPÇÃO EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DAS UNIDADES INTEGRANTES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM, NOS ESTADOS DE GOIÁS, ESPÍRITO SANTO, RIO DE JANEIRO, PERNAMBUCO, SANTA CATARINA, RIO GRANDE DO SUL E MARANHÃO.	R\$ 1.726.477,24
PREGÃO		INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM	PROCESSO ADMINISTRATIVO REFERENTE Á CONTRATAÇÃO DE EMPRESA LOCADORA DE VEÍCULOS,PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ,EM CARÁTER PERMANENTE E EVENTUAL,INCLUINDO COMBUSTÍVEIS E MOTORISTAS PARA ATENDER AO IBRAM E UNIDADES MUSEOLÓGICAS	R\$ 235.986,00

PREGÃO		IBRAM - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS	Aquisição de software de gerenciamento e automação da biblioteca	R\$ 183.512,23
PREGÃO	Adesão a Ata	IBRAM - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS	Processo referente a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de exames periódicos	R\$ 238.065,50
PREGÃO		CTINF - Coordenação de Tecnologia da Informação	Ampliação da capacidade de armazenamento seguro de dados do datacenter e da capacidade de backup corporativos.	R\$ 631.749,40
PREGÃO	07/2015	Museus Victor Meirelles	Contratação de serviços de vigilância desarmada para o Museu Victor Meirelles	R\$ 474.399,36
PREGÃO		MUSEU SOLAR MONJARDIM	Processo referente à contratação de serviços de vigilância no âmbito do Museu Solar Monjardim.	R\$ 617.160,00
PREGAO		IBRAM - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS	CONTRATAÇÃO DE OUTSUORCING DE IMPRESSÃO.	R\$ 2.564.07,96
PREGÃO		Museu da Abolição	Contratação de serviços de limpeza e conservação de bens imóveis, com fornecimento de mão de obra, para o museu da abolição.	R\$ 167.679,80

DISPENSA DE LICITAÇÃO – SEDE 2015

Dispensa nº 11/2015	Contratação de serviços de fornecimento de energia elétrica para atendimento da Sede - IBRAM por 12 meses	R\$ 33.844,28
Cotação eletrônica nº 12/2015	Aquisição de porta crachás e clips retráteis para atendimento de demanda da CGP	R\$ 915,00
Dispensa nº 14/2015	Contratação de serviços gráficos para a 13ª Semana de Museus.	R\$ 7.400,00
Cotação eletrônica nº 36/2015	Aquisição de material de expediente para o IBRAM SEDE	R\$ 6.653,50
	Aquisição de fragmentadoras de	R\$ 918,83

Cotação eletrônica nº 45/2015	papéis para a Presidência e Auditoria do IBRAM	
Dispensa nº 95/2015	Aquisição de capas para processos confeccionados em suporte papel	R\$ 2.340,00
Dispensa nº 109/2015	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de desmontagem e montagem de arquivo deslizante de 16 faces para O o DPGI/IBRAM.	R\$ 5.920,00
Cotação eletrônica nº 110/2015	Contratação de carro plataforma para o IBRAM SEDE	R\$ 956,80

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SEDE/2015.

Inexigibilidade nº 01/2015	Registro de Marcas Ibram	R\$ 1.636,00
Inexigibilidade n 04/2015	Contratação de empresa especializada para ministrar curso de operacionalização do Siconv para o servidor João Pimenta Staub.	R\$ 2.480,00
Inexigibilidade nº 05/2015	Contratação de 1 (uma) assinatura de acesso à ferramenta de consulta e comparação de preços praticados pela Administração Pública denominado Banco de Preços.	R\$ 7.990,00
Inexigibilidade nº 13/2015	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de capacitação para ministrar curso de Retenção na fonte de tributos e contribuições sociais na contratação de bens e serviços"	R\$ 3.500,00
Inexigibilidade nº 14/2015	Contratação de empresa especializada em ministrar curso de capacitação em Contabilidade Pública visando capacitar os servidores Cláudia Elisa Magalhães Lopes e Ivo José de Augusto Costa.	R\$ 3.960,00
Inexigibilidade nº 15/2015	Participação de servidores do IBRAM na XII Semana Orçamentária, Financeira e de Contratação Pública.	R\$ 1.200,00
Inexigibilidade nº 16/2015	Curso de capacitação no novo siafi para Cláudia Elisa	R\$ 2.980,00
Inexigibilidade nº 17/2015	Curso de planilhas e formação	R\$ 3.640,00

	de preços	
Inexigibilidade nº 18/2015	Contratação de entidade especializada na prestação de serviço de capacitação em Análise e Construção de Planilhas de Formação de Custos e Preços para o servidor Paulo José de Souza.	R\$ 507,00
Inexigibilidade nº 19/2015	Contratação de entidade especializada na prestação de serviço de capacitação, cujo objeto consiste em ministrar curso Avançado de Folha de Pagamento Aplicada ao Sistema SIAPE.	R\$ 2.050,00
Inexigibilidade nº 24/2015	Processo referente ao registro das marcas IBRAM	R\$ 380,00
Inexigibilidade nº 25/2015	Assinatura do informativo sistema boletim de custos - SBC	R\$ 200,00
Inexigibilidade nº 30/2015	Processo referente ao registro das marcas IBRAM	R\$ 894,00
Inexigibilidade nº 32/2015	Pagamento de anuidade exercício 2015/2016 do IBRAM junto à ABNT	R\$ 13.956,00
Inexigibilidade nº 33/2015	Inscrição de dois servidores de IBRAM no Curso de Auditoria de Obras Públicas: Técnicas, Procedimentos, achados e Responsabilização.	R\$ 5.780,00
Inexigibilidade nº 42/2015	Contratação de serviço de pessoa jurídica para o fornecimento de registro de International Standard Book Number - ISBN para as publicações da editora do IBRAM.	R\$ 65,00
Inexigibilidade nº 43/2015	Contratação de entidade especializada na prestação de serviços de capacitação, cujo objeto consiste em ministrar curso de legislação de convênios visando a capacitação de 01 servidor.	R\$ 2.480,00
Inexigibilidade nº 44/2015	Curso de Siafi Gerencial com o Tesouro Gerencial- Sistemas de Consultas Financeiras do Governo para 2015.	R\$ 2.350,00

MUSEU DA ABOLIÇÃO – DISPENSA DE LICITAÇÃO 2015

Dispensa nº 09/2015	Fornecimento de energia elétrica	R\$ 16.784,82
Dispensa nº 23/2015	Contratação de empresa especializada para realizar a manutenção dos extintores de incêndio do Museu da Abolição e fornecer suportes de piso, com suas respectivas placas de sinalização, e fitas adesivas para demarcação de solo.	R\$ 1.093,00
Dispensa nº 21/2015	Aquisição de 720 (setecentos e vinte) garrações de água mineral potável, sem gás, em garrações de 20 (vinte) litros, incluindo o empréstimo dos respectivos garrações de polipropileno.	R\$ 3.024,00
Cotação eletrônica nº 29/2015	Contratação de empresa para fornecimento de café, açúcar, chá e adoçante para o Museu da Abolição.	R\$ 3.129,28
Dispensa de licitação nº 68/2015	Contratação de empresa especializada na elaboração do Plano de Comunicação Integrada do Museu da Abolição.	R\$ 6.800,00
Dispensa de licitação nº 79/2015	Aquisição de 9 (nove) cadeiras giratórias ergonômicas e reguláveis para o Museu da Abolição.	R\$ 5.405,21
Dispensa de licitação 85/2015.	Aquisição de copos descartáveis para consumo de água e café para suprir as necessidades do Museu da Abolição.	R\$ 640,00
Dispensa de licitação nº 84/2015	Contratação de pessoa física para realização da Oficina de arte urbana denominada 'Abolir: a arte do grafite na reflexão de uma consciência negra, que produzirá 30 telas grafitadas que deverão retratar a identidade afro-brasileira, culminando em uma montagem Expográfica a ser inaugurada no Museu da Abolição no mês de novembro, celebrando assim o Mês da consciência Negra.	R\$ 7.999,00
Dispensa de licitação nº 88/2015	Contratação de empresa para produção e montagem de molduras para compor a "Mostra Fotográfica do IV	R\$ 7.165,00

	Concurso Mestre de Franca", incluindo a sua no espaço expositivo do MAB.	
Dispensa nº 111/2015	Contratação de empresa especializada no serviço de produção cultural para atendimento ao público na Ludoteca do MAB.	R\$ 7.900,00

MUSEU DA ABOLIÇÃO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 2015

Inexigibilidade nº 10/2015	Contratação para fornecimento de água e coleta de esgotos.	R\$ 8.067,55
Inexigibilidade n 26/2015	Culturas Africanas 13ª Semana Nacional de Museus	R\$ 8.000,00

NÚCLEO DPGI BELO HORIZONTE – DISPENSA DE LICITAÇÃO 2015

Dispensa nº 1/2015	Contratação de empresa especializada na confecção (impressão e montagem) da exposição “Museu Itinerante”, a qual será composta por 20 (vinte) banners expositivos, nas dimensões 1,20m x 0,80m, com 02 (dois) suportes, um na parte superior, com alça de fixação para paredes e para cavaletes, e um na inferior, impressos em policromia, em alta resolução, em lona 440 g/m ² , nos quais constarão imagens de parte do acervo do Museu Regional de Caeté, com textos explicativos.	R\$ 900,00	MUSEU REGIONAL DE CAETÉ
Dispensa nº 2/2015	Contratação para fornecimento de energia elétrica para o Museu Solar Monjardim.	R\$ 5.852,05	MUSEU SOLAR MONJARDIM
Dispensa n 6/2015	Serviços de fornecimento de energia elétrica, para a representação Ibram/BH, por 12 meses.	R\$ 2.625,25	Representação Ibram/BH
Dispensa nº 10/2015	Contratação de	R\$ 33.844,28	MUSEUS DE MG

	fornecimento de energia no âmbito dos Museus do Ouro, do Diamante. Regional Casa dos Ottoni, Regional de Caeté, Museu de São João Del Rei e Museu Casa Borba		
	Confecção de duas placas em aço inox para o Museu Casa dos Ottoni.	R\$ 3.050,00	MUSEU CASA DOS OTTONI
Dispensa nº 16/2015	Aquisição de duas placas em aço inox com a gravação de texto em alto relevo para serem instaladas junto à Réplica da Obra de Mestre Valentim, no Museu Regional Casa dos Ottoni.	R\$ 3.050,00	MUSEU REGIONAL CASA DOS OTTONI.
Dispensa nº 17/2015	Aquisição de pacotes de papéis especiais alcalinos de ph neutro para conservação e acondicionamento de itens do acervo do Museu Solar Monjardim.	R\$ 1.932,50	MUSEU SOLAR MONJARDIM.
Cotação eletrônica nº 19/2015	Aquisição de assentos sanitários para o Museu Solar Monjardim/IBRAM.	R\$ 1.932,50	MUSEU SOLAR MONJARDIM.
Dispensa nº 22/2015	Contratação de entidade sem fins lucrativos especializada na prestação de serviços de palestras e oficinas, para atender às demandas do Museu Regional de São João del-Rei, durante as comemorações da Semana Nacional de Museus - 2015	R\$ 7.900,00	MUSEU REGIONAL DE SÃO JOÃO DEL REI.
Cotação eletrônica nº 24/2015	Aquisição de sapatilhas descartáveis, para atender as necessidades de conservação do piso interior do Museu Solar Monjardim em Vitória - ES.	R\$ 4.979,12	MUSEU SOLAR MONJARDIM.
Cotação eletrônica nº 30/2015	Aquisição de material de consumo (uniforme para prática de capoeira) visando atender	R\$ 597,00	MUSEU SOLAR MONJARDIM.

	atividades esportivo-culturais do Museu Solar Monjardim.		
Dispensa nº 33/2015	Aquisição de caixas de madeira e carrinho-plataforma para o Museu do Diamante, em Diamantina - MG.	R\$ 7.980,00	MUSEU DO DIAMANTE.
Cotação eletrônica nº 38/2015	Aquisição de filtros para os bebedouros de água do Museu Solar Monjardim.	R\$ 202,60	MUSEU SOLAR MONJARDIM.
Dispensa nº 44/2015	Aquisição parcelada de 180 galões de água mineral potável, sem gás, engarrafada em galões com capacidade para 20 (vinte) litros, com o empréstimo em comodato de 1 (um) bebedouro eletrônico, com opções de água natural e gelada, e de 15 (quinze) vasilhames de policarbonato ou PET, a fim de atender às necessidades do Escritório de Representação Regional do IBRAM em BH - MG	R\$ 1.620,00	REPRESENTAÇÃO O BH (lançamento realizado pela DLIC).
Dispensa nº 47/2015	Contratação de empresa especializada para realizar a manutenção de segundo nível dos extintores de incêndio do Museu Solar Monjardim.	R\$ 326,00	MUSEU SOLAR MONJARDIM
Dispensa nº 48/2015	Aquisição de sete assentos sanitários, com tampa, cor branca, material plástico, formato oval, largura entre 36 e 38 cm, comprimento entre 42 e 44 cm, distância entre os pontos de fixação de 15 cm, os quais visam suprir às necessidades do Museu Solar Monjardim/IBRAM.	R\$ 157,50	MUSEU SOLAR MONJARDIM.
Dispensa nº 49/2015	Contratação de empresa para realizar serviços elétricos no Museu Regional de São João Del rei;	R\$ 2.889,17	MUSEU REGIONAL DE SÃO JOÃO DEL REI.

Dispensa nº 51/2015	Aquisição de 03 (três) armários roupeiro.	R\$ 2.010,00	MUSEU SOLAR MONJARDIM.
Dispensa nº 57/2015	Contratação de empresa especializada para proceder à manutenção, de segundo nível, dos extintores pertencentes ao Museu Regional de São João Del rei.	R\$ 510,00	MUSEU REGIONAL DE SÃO JOÃO DEL REI.
Dispensa nº 75/2015	Contratação de empresa especializada para realizar a manutenção de segundo nível dos extintores de incêndio do Museu Regional Casa dos Ottoni;	R\$ 516,00	MUSEU REGIONAL CASA DOS OTTONI.
Dispensa nº 91/2015	Contratação de empresa especializada para realizar manutenção de 2º e 3º níveis dos extintores de incêndio do Museu do Ouro e de seu anexo, a Casa de Borba Gato, conforme item 5 do Projeto.	R\$ 586,00	MUSEU DO OURO E CASA BORBA GATO.
Dispensa nº 97/2015	Aquisição de equipamentos luminotécnicos lâmpadas.	R\$ 277,80	MUSEU REGIONAL CASA DOS OTTONI.
Dispensa nº 100/2015	Contratação de empresa especializada para realizar serviço de confecção e de instalação de portão de ferro e para a contratação de empresa especializada para realizar serviço de manutenção em portão de ferro.	R\$ 4.350,00	MUSEU SOLAR MONJARDIM.
Dispensa nº 103/2015	Contratação de empresa especializada para realizar a manutenção de terceiro nível nos extintores de incêndio do Museu Regional de Caeté, a saber: manutenção de 3º nível em 10 (dez) extintores de AP 10 litros; e manutenção de 3º nível em 4 (quatro) extintores de CO2 Hgs de 6 kg.	R\$ 860,00	MUSEU REGIONAL DE CAETÉ.

Dispensa nº 102/2015	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços integrados de controle de pragas urbanas englobando: desinsetização e descupinização no Museu Solar Monjardim;	R\$ 1.940,00	MUSEU SOLAR MONJARDIM.
Dispensa nº 101/2015	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de descupinização do acervo do Museu Regional de São João	R\$ 7.750,00	MUSEU REGIONAL DE SÃO JOÃO DEL REI.
Cotação eletrônica nº 105/2015	Material Permanente: Projetor Multimídia, Tv 42, caixa de som ativa.	R\$ 6.996,00	MUSEU REGIONAL SÃO JOÃO DEL REI
Dispensa de licitação nº 106/2015	Contratação de serviço de impressão gráfica.	R\$ 7.950,00	MUSEU DO DIAMANTE.
Cotação eletrônica nº 107/2015	Aquisição de materiais permanentes para atender às demandas do Museu do Ouro/Ibram. 1 (uma) Câmera Filmadora Digital, CATMAT: 402540; 1 (um) bebedouro de pressão, CATMAT: 249212; 2 (duas) estantes de aço, CATMAT: 324859; 2 (dois) armários de aço, CATMAT: 244422; 1 (um) televisor de led 42', CATMAT: 403328; 1 (um) aparelho de DVD, CATMAT: 311218; 1 (uma) serra circular portátil, CATMAT: 284256 e 1(uma) trena digital portátil, CATMAT: 253906	R\$ 6.613,69	MUSEU DO DIAMANTE.
Cotação eletrônica nº 108/2015	Aquisição de equipamentos permanentes: projetor multimídia, tela de projeção e cadeiras.	R\$ 7.998,00	MUSEU REGIONAL CASA DOS OTTONI.
Dispensa nº 112/2015	Contratação de empresa especializada para realização de recarga dos extintores de incêndio do Museu do Diamante.	R\$ 935,00	MUSEU DO DIAMANTE.

NÚCLEO DPGI BELO HORIZONTE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 2015

Inexigibilidade n° 02/2015	Serviço de fornecimento de água e coleta de esgoto, de forma contínua, no Museu Solar Monjardim.	R\$ 7.613,12	MUSEU SOLAR MONJARDIM.
Inexigibilidade n° 07/2015	Contratação para fornecimento de água e esgoto para o Museu de São João Del Rei.	R\$ 739,60	MUSEU REGIONAL DE SÃO JOÃO DEL REI.
Inexigibilidade n° 09/2015	Contratação para fornecimento de água e coleta de esgotos.	R\$ 427,27	MUSEU REGIONAL DE CAETÉ.
Inexigibilidade n° 22/2015	Contratação de grupo artístico para a realização de um espetáculo teatral e uma oficina como parte da programação da 13ª Semana de Museus	R\$ 8.000,00	MUSEU DO DIAMANTE.
Inexigibilidade de licitação n° 27/2015	Contratação de água e coleta de esgoto.	R\$ 7.826,94	Museu do Diamante, Ouro, Regional Casa dos Ottoni e Borba Gato.
Inexigibilidade n° 31/2015	Contratação da organista Elisa Freixo, pessoa jurídica, para realização de recitais de apresentação do órgão de tubos pertencente à segunda metade do século XVIII, integrante do acervo do Museu Regional de São João del-Rei.	R\$ 10.000,00	MUSEU REGIONAL SÃO JOÃO DEL REI.
Inexigibilidade de licitação n° 36/2015	Contação de histórias e realização de teatro de bonecos (marionetes), visando	R\$ 7.900,00	MUSEU DO OURO.

	atividades educativo-culturais, a realizar-se, no Museu do Ouro, durante a 9ª Primavera dos Museus.		
Inexigibilidade nº 38/2015	Contratação de companhia de teatro, para a realização de 02 (dois) espetáculos teatrais e 03 (três) oficinas, os quais visam atender à programação da 9ª Primavera de Museus, do Museu do Diamante/IBRAM.	R\$ 7.800,00	MUSEU DO DIAMANTE.
Inexigibilidade nº 39/2015	Contratação da arte-educadora Daniela Passos Lima, para realização do projeto “Roda de conversa sobre cultura indígena” no Museu Regional Casa dos Ottoni/IBRAM;	R\$ 1.750,00	CASA DOS OTTONI

MUSEU DAS MISSÕES – DISPENSA DE LICITAÇÃO - 2015

Dispensa de licitação nº 05/2015	Contratação de serviços de fornecimento de energia elétrica, para atendimento do Museu das Missões, localizado em São Luiz das Missões - RS.	R\$ 12.174,42
Dispensa nº 32/2015	Contratação de empresa especializada no combate de pragas para o Museu das Missões/RS	R\$ 1.615,75
Dispensa de licitação nº 35/2015	Locação de imóvel para abrigar a estrutura administrativa do Museu das Missões	R\$ 12.448,00
Dispensa de licitação nº 40/2015	Contratação de uma empresa especializada em recarga e manutenção de extintores de combate a incêndio.	R\$ 370,00
Dispensa de licitação nº 90/2015	Contratação de pessoa jurídica para efetivar aquisição de 07 (sete) tapetes/capachos personalizados com a logomarca do IBRAM para o Museu das Missões.	R\$ 1.820,00

MUSEU DAS MISSÕES – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - 2015

Inexigibilidade nº 23/2015	Contratação de serviços de avaliação econômica de área de imóvel para abrigar setor administrativo, funcionários e acervo durante a execução de obras de revitalização e ampliação do Museu das Missões.	R\$ 1.500,00
----------------------------	--	--------------

MUSEUS DE GOIÁS – DISPENSA DE LICITAÇÃO - 2015

Dispensa de licitação nº 04/2015	Contratação para o fornecimento de energia elétrica no âmbito dos Museus de Arte Sacra da Boa Morte, Casa da Princesa e Museu das Bandeiras.	R\$ 8.702,06
Dispensa de licitação nº 13/2015	Apoio e realização das ações culturais e de educação patrimonial do Bloco Afro Cultural Pilão de Prata da cidade de Goiás - GO. Apoio e realização das ações	R\$ 6.626,00
Dispensa de licitação nº 25/2015	Captação de recursos para programação de 13ª Semana Nacional de Museus	R\$ 2.000,00
Dispensa de licitação nº 26/2015	Captação de recursos para programação de 13ª Semana Nacional de Museus, TEMA: Museus para uma sociedade sustentável.	R\$ 2.000,00
Dispensa de licitação nº 39/2015	Contratação de pessoa física para prestar serviços de apresentação musical na entrega da obra de conservação do Museu de Arte Sacra da Boa Morte - Cidade de Goiás.	R\$ 3.000,00
Dispensa de licitação nº 42/2015	Produção de 08 (oito) Banners, para exposição comemorativa pelos 288 anos de fundação da Cidade de Goiás.	R\$ 640,00
Dispensa de licitação nº 43/2015	500 (quinhentos) pacotes de 500g cada de café torrado e moído; 225 (duzentos e vinte e cinco) pacotes de 1 kg de açúcar cristal; 120 (cento e vinte) caixas de chá, contendo 15 (quinze) saches cada; 30 (trinta) frascos de adoçante liquidam sucralose contendo 100 ml cada para o Museu das Bandeiras.	R\$ 4.181,98
Dispensa de licitação nº 66/2015	Contratação de pessoa física para ação essencial/necessária do	R\$ 7.990,00

	elevador no Museu das Bandeiras.	
Dispensa de licitação nº 67/2015	Contratação de pessoa física para elaboração e execução de curadoria na criação da exposição temporária e comemorativa do centenário de nascimento do artista goiano Otto Marques.	R\$ 4.000,00
Dispensa nº 74/2015	Aquisição de 3 (três) fontes de alimentação de 500W para computadores do Museu das Bandeiras.	R\$ 195,00
Dispensa nº 87/2015	Aquisição de material (Equipamento de Proteção Individual), na forma de pronta entrega, para atender as necessidades da equipe técnica do Arquivo Histórico do Museu das Bandeiras.	R\$ 2.173,04

MUSEUS DE GOIÁS – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 2015

Inexigibilidade nº 29/2015	Contratação de serviço de fornecimento de água e coleta de esgoto aos Museus de Goiás.	R\$ 5.193,35
----------------------------	--	--------------

DISPENSA DE LICITAÇÃO 2015 – MUSEU VICTOR MEIRELLES

Dispensa nº 03/2015	Fornecimento de energia elétrica	R\$ 1.330,00
Dispensa nº 53/2015	Aquisição de papéis e fitas para confecção de passe-partouts e montagem de obras de arte.	R\$ 2.400,00
Dispensa nº 56/2015	Aquisição de 1 arquivo de aço.	R\$ 1.900,00
Dispensa nº 69/2015	Contratação de serviço de manutenção e recarga de extintores.	R\$ 625,00
Dispensa nº 72/2015	Contratação de pessoa jurídica para impressão e instalação de adesivos a serem instalados em painéis das salas de exposição.	R\$ 3.400,00
Dispensa nº 73/2015	Aquisição de plástico bolha para conservação de obras de arte.	R\$ 150,00
Dispensa nº 94/2015	Contratação de serviços para ministrar oficinas de encadernação manual/artesanal.	R\$ 1.600,00
Dispensa nº 86/2015	Aquisição de filtros UVS (ultravioleta), filtros polarizadores, bateria reserva, cartão de memória e tripe.	Pendente
Dispensa nº 98/2015	Contratação de empresa gráfica para impressão de 500 unidades de catálogo para o programa “abluções”.	R\$ 7.132,60
Dispensa nº 99/2015	Aquisição de 01 computador notebook, 01 HD externo e 01 HD	R\$ 3.840,00

	interno.	
--	----------	--

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO MUSEU VICTOR MEIRELLES

Inexigibilidade nº 6/2015	Contratação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto para atendimento ao Museu Victor Meirelles, localizado no estado de Santa Catarina.	R\$ 2.157,00
Inexigibilidade nº 40/2018	Contratação de profissional Lúcia Kluck Stumpf, para ministrar palestra em Seminário "Nosso passado de absurdos gloriosos: os 150 anos do Combate Naval do Riachuelo" no Museu Victor Meirelles.	R\$ 1.000,00
Inexigibilidade nº 45/2015	Contratação de profissional para ministrar oficina "E as cores e os coloridos na contemporaneidade" no Museu Victor Meirelle.	R\$ 1.500,00
Inexigibilidade nº 28/2015	Contratação de serviços de avaliação de área de imóvel para abrigar setor administrativo, funcionários e acervo durante a execução de obras de revitalização e ampliação do Museu Victor Meirelles.	R\$ 4.500,00
Inexigibilidade nº 46/2015	Aquisição de pastas suspensas especiais confeccionadas em papel livre de ácidos para conservação das fotografias do Museu Victor Meirelles.	R\$ 800,00
Inexigibilidade nº 47/2015	Contratação de pessoa física para ministrar palestras sobre a exposição "Anotações a caminho".	R\$ 1.000,00

DISPENSA DE LICITAÇÃO MUSEUS E REPRESENTAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Dispensa de licitação nº 08/2015	Contratação para fornecimento de energia elétrica no âmbito dos Museus Casa de Benjamin Constant e Museu Casa da Hera	Casa de Benjamin Constant	R\$ 22.014,35
Dispensa de licitação nº 46/2015	Aquisição de gêneros alimentícios (café, açúcar e adoçante) e materiais de consumo afins (coador de papel, detergente líquido e esponja de limpeza) para o Escritório da Representação	Representação RJ	R\$ 946,95

	Regional IBRAM no Rio de Janeiro, instalado no Edifício Gustavo Capanema.		
Dispensa de licitação nº 58/2015	Contratação de pessoa física para a coordenação e execução de atividades educacionais educativas a serem realizadas durante a 9ª Primavera de Museus.	Museu Casa da Hera	R\$ 3.960,00
Dispensa de licitação nº 60/2015	Contratação de empresa especializada para execução de serviços de controle de pragas urbanas com dedetização de áreas interna e externa, limpeza de caixas d'água e cisterna no âmbito do Museu Casa de Benjamin Constant,.	Casa de Benjamin Constant	R\$ 3.020,00
Dispensa de licitação nº 62/2015	Contratar pessoa física para a realização de recreação infantil e de atividades físicas e lúdicas.	MAI	R\$ 940,00
Dispensa de licitação nº 63/2015	Contratar pessoa física para realização de oficina de musicalização, artes e contação de histórias p...	MAI	R\$ 800,00
Dispensa de licitação nº 64/2015	Contratar pessoa física para realização de atividade de cantação de histórias.	MAI	R\$ 900,00
Dispensa de licitação nº 65/2015	impressão de livro		R\$ 7.900,00
Dispensa de licitação nº 70/2015 Lançado na Sede por solicitação de Daniel.	Aquisição de 300 (trezentos) garrafas de água mineral potável, sem gás, em garrafas de 20 (vinte) litros, incluindo o empréstimo gratuito dos respectivos garrafas de polipropileno, pelo período de 12 (doze) meses, para a representação Rio de Janeiro/IBRAM.	Representação RJ	R\$ 600,00

Dispensa de licitação nº 76/2015	referente à serviços de recarga de extintores	Benjamin Constant	R\$ 855,00
Dispensa de licitação nº 77/2015	referente à serviços de recarga de extintores	Museu Forte Defensor Perpétuo e Arte Sacra de Paraty.	R\$ 530,00
Dispensa nº 78/2015	Referente à contratação de empresa especializada para execução de atividade educativa cultural composta por apresentação de um sarau musical no Museu Casa de Benjamin Constant.	Benjamin Constant	R\$ 7.952,00
Dispensa de licitação nº 81/2015	Contratação de empresa especializada para impressão da publicação Guia do Museu Casa da Hera, em offset, policromáticos, incluindo o acabamento, papel e todo o material de suprimento.	Casa da Hera	R\$ 7.900,00
Dispensa nº 82/2015	Aquisição de equipamentos	Benjamin Constant	R\$ 7.907,00
Dispensa nº 89/2015	Aquisição de mobiliário em geral para atender as seguintes necessidades do Museu Casa Benjamin Constant.	Benjamin Constant	R\$ 7.920,00
Dispensa de licitação nº 92/2015	Aquisição de sistema de monitoramento digital por circuito fechado de televisão - CFTV, com instalação incluída, para o Museu de Arqueologia de Itaipu - MAI/RJ.	MAI	R\$ 7.940,00

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO REPRESENTAÇÃO RIO DE JANEIRO 2015.

Inexigibilidade nº 11/2015	Contratação para fornecimento de água e coleta de esgotos.	Museu Casa de Benjamin Constant	R\$ 7.989,39
Inexigibilidade nº 12/2015	Contratação para fornecimento de água e coleta de esgotos para o MAI	MAI	R\$ 3.615,82

Inexigibilidade nº 20/2015	Contratação de serviço de fornecimento de ISBN para o IBRAM.	Museu Casa de Benjamin Constant	R\$ 65,00
Inexigibilidade nº 34/2015	Curso de Formação Profissional para Museu Casa Históricas no Brasil, visando à capacitação de 1 (um) servidor do Museu Casa de Benjamin Constant/IBRAM-RJ	Benjamin Constant	R\$ 300,00
Inexigibilidade nº 35/2015	Oficina Arqueológica no Museu de Arte Religiosa e Tradicional no âmbito da 9ª Primavera de Museus.	MAI	R\$ 750,00

Anexo II. Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTERIO DA CULTURA

EMISSAO 08/03/2016 PAGINA 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	5.382.949,82		- Despesas Orçamentárias	154.854.047,79	
Ordinárias	600.341,14		- Ordinárias	139.539.869,57	
Vinculadas	4.782.738,68		- Vinculadas	15.314.178,22	
Educação			- Educação		
Seguridade Social (Exceto RGPS)			- Seguridade Social (Exceto RGPS)	4.675.772,76	
Operação de Crédito			- Operação de Crédito	3.331.845,64	
Alienação de Bens e Direitos			- Alienação de Bens e Direitos		
Transferências Constitucionais e Legais			- Transferências Constitucionais e Legais		
Previdência Social (RGPS)			- Previdência Social (RGPS)		
Doações			- Doações		
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	4.782.738,68		- Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.659.089,42	
Outros Recursos Vinculados a Fundos			- Outros Recursos Vinculados a Fundos	3.647.470,40	
Demais Recursos			- Demais Recursos		
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-130,00				
Transferências Financeiras Recebidas	282.897.171,20		- Transferências Financeiras Concedidas	143.254.899,88	
Resultantes da Execução Orçamentária	251.331.501,62		- Resultantes da Execução Orçamentária	126.908.327,89	
Cota Recebida			- Cota Concedida		
Repasso Recebido	125.043.587,32		- Repasse Concedido	620.413,59	
Sub-repasso Recebido	126.287.914,30		- Sub-repasso Concedido	126.287.914,30	
Recursos Arrecadados - Recebidos			- Recursos Arrecadados - Concedidos		
Valores Diferidos - Baixa			- Valores Diferidos - Baixa		
Valores Diferidos - Inscrição			- Valores Diferidos - Inscrição		
Correspondência de Débitos			- Correspondências de Créditos		
Cota Devolvida			- Cota Devolvida		
Repasso Devolvido			- Repasse Devolvido		
Sub-repasso Devolvido			- Sub-repasso Devolvido		
Independentes da Execução Orçamentária	31.565.669,58		- Independentes da Execução Orçamentária	16.346.571,99	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	31.534.367,83		- Transferências Concedidas para Pagamento de RP	15.746.230,85	
Demais Transferências Recebidas			- Demais Transferências Concedidas		
Movimentação de Saldos Patrimoniais	31.301,75		- Movimento de Saldos Patrimoniais	600.341,14	
Movimentações para Incorporação de Saldos			- Movimentações para Incorporação de Saldos		
Aporte ao RPPS	-		- Aporte ao RPPS	-	
Aporte ao RGPS	-		- Aporte ao RGPS	-	
Recebimentos Extraorçamentários	25.906.179,08		- Despesas Extraorçamentárias	14.587.434,87	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	110.955,79		- Pagamento dos Restos a Pagar Processados	745,99	
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	25.547.904,35		- Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	14.343.020,75	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	220.186,71		- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	243.284,13	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	27.132,23		- Outros Pagamentos Extraorçamentários	384,00	
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento			- Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	384,00	

Restituições a Pagar	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-
Passivos Transferidos	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 08/03/2016 PÁGINA 2

SUBTÍTULO 42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 42000 - MINISTÉRIO DA CULTURA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade			- Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		
Varição Cambial			- Varição Cambial		
Valores para Compensação			- Valores Compensados		
Valores em Trânsito			- Valores em Trânsito		
DARF - SISCOMEX			- Ajuste Acumulado de Conversão		
Ajuste Acumulado de Conversão			- Demais Pagamentos		
Demais Recebimentos	27.132,23				
Saldo do Exercício Anterior	3.234.540,02		- Saldo para o Exercício Seguinte	4.724.457,58	
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.234.540,02		- Caixa e Equivalentes de Caixa	4.724.457,58	
TOTAL	317.420.840,12		- TOTAL	317.420.840,12	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTARIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 08/03/2016	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	42000 - MINISTÉRIO DA CULTURA
----------------	-------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO

RECEITAS CORRENTES	3.682.207,00	3.682.207,00	5.382.949,82	1.700.742,82
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	490.832,00	490.832,00	486.833,31	-3.998,69
Receitas Imobiliárias	222.341,00	222.341,00	279.140,28	56.799,28
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	268.491,00	268.491,00	207.693,03	-60.797,97
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	3.071.504,00	3.071.504,00	4.275.326,68	1.203.822,68
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	119.871,00	119.871,00	620.789,83	500.918,83
Multas e Juros de Mora	-	-	601,98	601,98
Indenizações e Restituições	-	-	598.185,31	598.185,31
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	119.871,00	119.871,00	22.002,54	-97.868,46
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTARIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 08/03/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 42000 - MINISTERIO DA CULTURA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	3.682.207,00	3.682.207,00	5.382.949,82	1.700.742,82
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	3.682.207,00	3.682.207,00	5.382.949,82	1.700.742,82
DÉFICIT	-	-	149.471.097,97	149.471.097,97
TOTAL	3.682.207,00	3.682.207,00	154.854.047,79	151.171.840,79
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 08/03/2016 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 42000 - MINISTÉRIO DA CULTURA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	173.131.206,00	178.714.068,00	150.908.563,85	128.218.528,69	128.107.572,90	27.805.504,15
Pessoal e Encargos Sociais	64.743.825,00	69.761.687,00	66.646.577,77	66.646.577,77	66.646.577,77	3.115.109,23
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	108.387.381,00	108.952.381,00	84.261.986,08	61.571.950,92	61.460.995,13	24.690.394,92
DESPESAS DE CAPITAL	12.329.982,00	12.329.982,00	3.945.483,94	1.087.614,75	1.087.614,75	8.384.498,06
Investimentos	12.329.982,00	12.329.982,00	3.945.483,94	1.087.614,75	1.087.614,75	8.384.498,06
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	185.461.188,00	191.044.050,00	154.854.047,79	129.306.143,44	129.195.187,65	36.190.002,21
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	185.461.188,00	191.044.050,00	154.854.047,79	129.306.143,44	129.195.187,65	36.190.002,21
TOTAL	185.461.188,00	191.044.050,00	154.854.047,79	129.306.143,44	129.195.187,65	36.190.002,21

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	12.064.076,29	19.209.699,05	11.579.048,85	11.572.919,85	9.783.853,38	9.917.002,11
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	12.064.076,29	19.209.699,05	11.579.048,85	11.572.919,85	9.783.853,38	9.917.002,11
DESPESAS DE CAPITAL	1.508.381,51	3.772.852,56	2.770.100,90	2.770.100,90	1.988.556,35	522.576,82
Investimentos	1.508.381,51	3.772.852,56	2.770.100,90	2.770.100,90	1.988.556,35	522.576,82
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	13.572.457,80	22.982.551,61	14.349.149,75	14.343.020,75	11.772.409,73	10.439.578,93

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	745,99	745,99	-	-

Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTARIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 08/03/2016 PÁGINA 4

SUBTÍTULO 42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 42000 - MINISTÉRIO DA CULTURA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	-	745,99	745,99	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	745,99	745,99	-	-

(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
---	---	---	--	--	--



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTERIO DA CULTURA

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
-------------------	------------------

EMISSAO 08/03/2016	PAGINA 2
-----------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	394.339.868,39	357.441.303,86			
Bens Imóveis	395.176.160,87	357.730.559,64			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-836.292,48	-289.255,78			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	56.829,54	54.325,73			
Softwares	44.053,73	42.823,92			
Softwares	44.053,73	42.823,92			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	12.775,81	11.501,81			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	12.775,81	11.501,81			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	494.739.239,98	457.250.597,50	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	494.739.239,98	457.250.597,50

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	4.724.457,58	72.429.164,71	PASSIVO FINANCEIRO	36.125.571,30	100.584.797,94
ATIVO PERMANENTE	490.014.782,40	384.821.432,79	PASSIVO PERMANENTE	183.730,29	-63.232.821,48
SALDO PATRIMONIAL			SALDO PATRIMONIAL	458.429.938,39	419.898.621,04

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	30.821.562,04	27.669.321,24	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	120.541.160,33	106.826.078,15
Execução dos Atos Potenciais Ativos	30.821.562,04	27.669.321,24	Execução dos Atos Potenciais Passivos	120.541.160,33	106.826.078,15
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	629.994,56	410.743,01	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	30.191.567,48	27.258.578,23	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	2.698.755,56	3.674.363,00
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	117.842.404,77	103.151.715,15
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-

TOTAL	30.821.562,04	27.669.321,24	TOTAL	120.541.160,33	106.826.078,15
-------	---------------	---------------	-------	----------------	----------------



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 08/03/2016	PÁGINA 3
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	42000 - MINISTÉRIO DA CULTURA
----------------	-------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-27.583.808,95
Recursos Vinculados	-3.817.304,77
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.187.748,27
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-6.005.053,04
TOTAL	-31.401.113,72



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 08/03/2016	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	42000 - MINISTÉRIO DA CULTURA
----------------	-------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	304.089.442,55	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	4.762.289,99	-
Venda de Mercadorias	77.948,43	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	4.684.341,56	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	49.662,47	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	178,50	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	49.483,97	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	294.402.125,24	-
Transferências Intragovernamentais	282.897.171,20	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	11.504.954,04	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	4.254.753,52	-
Reavaliação de Ativos	504.996,88	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	9.246,08	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	3.740.510,56	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	620.611,33	-
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 08/03/2016	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	42000 - MINISTÉRIO DA CULTURA
----------------	-------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014

VPA de Dívida Ativa		-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	620.611,33	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	289.636.273,97	-
Pessoal e Encargos	59.383.514,93	-
Remuneração a Pessoal	43.393.758,60	-
Encargos Patronais	9.495.545,49	-
Benefícios a Pessoal	4.390.053,75	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	2.104.157,09	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	6.352.742,99	-
Aposentadorias e Reformas	5.882.442,56	-
Pensões	456.649,51	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	13.650,92	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	66.333.019,94	-
Uso de Material de Consumo	832.901,14	-
Serviços	64.908.889,38	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	591.229,42	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	8.023,44	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	7.893,44	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	130,00	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	143.810.779,72	-
Transferências Intragovernamentais	143.254.899,88	-
Transferências Intergovernamentais	100.000,00	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	246.567,00	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	209.312,84	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	13.480.321,78	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	183.730,29	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTERIO DA CULTURA

EMISSAO 08/03/2016	PAGINA 3
-----------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	13.296.591,49	-
Tributárias	47.147,90	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.773,48	-
Contribuições	45.374,42	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	220.723,27	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	220.723,27	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	14.453.168,58	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014

12. RELATÓRIO E/OU PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

IBRAM – SGI
01415.003270/2016-39



MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
AUDITORIA INTERNA

PARECER Nº 01/2016/AUDIN/PRES/IBRAM, DE 30 DE MARÇO DE 2016

Trata-se do Parecer da Auditoria Interna do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, parte integrante do Relatório de Gestão do Exercício de 2015.

I – RELATÓRIO

O Presente Parecer tem o objetivo de atender ao § 6º, art. 15 do Decreto nº 3.591/2000, ao item II, Art. 2º da Decisão Normativa 147 do TCU 2015, alinhado com seu Anexo III, e à Portaria nº 522, de 04 de março de 2015 da Controladoria-Geral da União – CGU, como parte integrante das peças complementares ao Processo de Contas do IBRAM, autarquia vinculada ao Ministério da Cultura, obedecendo ao padrão exigido pelas normas expedidas pelo Tribunal de Contas da União e Controladoria-Geral da União.

Nesse sentido, a auditoria interna, em atendimento à legislação supramencionada, vem informar que as peças complementares que compõem o Processo de Contas desta autarquia encontram-se de acordo com a padronização exigida pelas normas expedidas pelo Tribunal de Contas da União e Controladoria-Geral da União.

Assim, em atendimento ao item 11 do documento “Orientações para elaboração do conteúdo do item “Relatório e/ou parecer da unidade de Auditoria Interna” disponibilizado no sistema e-Contas do TCU, apresentamos os itens a seguir:

a) AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE OS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS DA UNIDADE IDENTIFICAREM, EVITAREM E CORRIGIREM FALHAS E IRREGULARIDADES, BEM COMO DE MINIMIZAREM RISCOS INERENTES AOS PROCESSOS RELEVANTES DA UNIDADE.

A Auditoria Interna avalia razoavelmente satisfatória a capacidade do IBRAM de identificar, evitar e corrigir falhas e minimizar riscos inerentes aos processos relevantes. Destaca-se que o reduzido quadro de servidores devido ao alto índice de evasão para

outros concursos, que resulta num acúmulo de atividades por parte dos funcionários tanto no Ibram Sede quanto nos Museus, fragiliza os controles internos da unidade.

No entanto, percebe-se um esforço e melhorias nas unidades quanto às ações preventivas de controle a partir das recomendações e orientações desta auditoria, aliada à satisfação dos gestores pelo trabalho preventivo desenvolvido.

b) AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS RELACIONADOS À ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS E CONTÁBEIS.

Em que pese a carência de recursos humanos já destacados anteriormente, a Auditoria Interna avalia como satisfatórios os controles internos relacionados aos relatórios financeiros e contábeis emitidos pelo Ibram.

c) DESCRIÇÃO DAS ROTINAS DE ACOMPANHAMENTO E DE IMPLEMENTAÇÃO, PELA UPC, DAS RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA INTERNA.

Após a aprovação pela Presidência dos Relatórios de Auditoria decorrentes das auditorias estabelecidas no PAINT ou em solicitações especiais, a AUDIN mantém rotinas de acompanhamento e de implementação das recomendações registradas no Relatório, por intermédio do FOLLOW UP.

As respostas ao relatório encaminhadas pelas unidades auditadas são analisadas pelos auditores, que manifestam concordância ou não com as ações tomadas pelas unidades auditadas e, quando não haja concordância, recomenda-se a adoção de providências que julga necessárias para a consecução das pendências.


d) INFORMAÇÕES SOBRE A EXISTÊNCIA OU NÃO DE SISTEMÁTICA E DE SISTEMA PARA MONITORAMENTO DOS RESULTADOS DECORRENTES DOS TRABALHOS DA AUDITORIA INTERNA.


Os trabalhos de monitoramento dos resultados pela AUDIN adotam como sistemática o acompanhamento pelo FOLLOW UP. Embora a Auditoria Interna não possua sistema específico para o controle das recomendações, é utilizada planilha eletrônica para o acompanhamento das pendências de auditoria, que é revisada periodicamente para fins de reiteração ou baixa da recomendação, conforme o caso.

e) DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA, CONTEMPLANDO AVALIAÇÃO COMPARATIVA ENTRE AS ATIVIDADES PLANEJADAS E REALIZADAS, DESTACANDO OS TRABALHOS MAIS

RELEVANTES, AS PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA GESTÃO DA UNIDADE.

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna foi integralmente cumprido, conforme as atividades abaixo discriminadas:

- Foram analisados nesse exercício cerca de 57 processos totalizando aproximadamente 168 volumes, dentre os quais citamos processos de compras, prestações de serviços, em conformidade com o planejado no PAINT 2015 ou por solicitação interna do IBRAM Sede. Nesse contexto, estão incluídos os processos solicitados aos Museus para subsidiar as análises prévias aos trabalhos de auditoria, considerando ainda os trabalhos realizados na Sede do IBRAM.
 - No período de 03 a 22 de dezembro de 2014 e 05 a 20 de fevereiro de 2015, foi realizada a auditoria no Departamento de Planejamento e Gestão Interna – DPGI, com foco na Gestão de Pessoas com o fito na administração das licenças e/ou afastamentos dos servidores das unidades deste Instituto, que resultou no Relatório de Auditoria nº 01/2015, datado de 20 de fevereiro de 2015.
 - No período de 13 de março a 28 de abril de 2015, foi realizada a auditoria de acompanhamento de algumas situações atípicas identificadas no sistema Observatório da Despesa Pública, da Controladoria-Geral da União, que resultou no Relatório de Auditoria nº 02/2015, datado de 28 de abril de 2015.
 - No período de 18 de maio a 10 de agosto de 2015, foi realizada a auditoria no Museu Histórico Nacional, que resultou no Relatório Preliminar de Auditoria nº 03/2015, datado de 27 de novembro de 2015.
 - No período de 24 de julho a 11 de setembro de 2015, foi realizada a auditoria no Museu Nacional de Belas Artes, que resultou no Relatório Preliminar de Auditoria nº 04/2015, datado de 08 de dezembro de 2015.
 - No período de 28 de setembro a 02 de outubro de 2015, foi realizada auditoria no Museu de Arte Sacra de Paraty/Forte Defensor Perpétuo de Paraty, que resultou no Relatório Preliminar de Auditoria nº 05/2015.
 - No período de 20 de julho a 25 de setembro de 2015, foi realizada auditoria no Museu Lasar Segall, que resultou no Relatório Preliminar de Auditoria nº 06/2015, datado de 11 de dezembro de 2015.
- 

- Foram elaborados e encaminhados 73 Memorandos, 01 Ofício, 26 Solicitações de Auditoria, 05 Notas de Auditoria, 27 Despachos e 06 Memorandos-circular, todos relacionados às orientações e outras informações pertinentes ao controle.
 - Acompanhamento do Relatório de Auditoria CGU nº 201412439 sobre o aluguel de parte do imóvel destinado ao funcionamento do Ibram.
 - Atualização mensal na página referente à Lei de Acesso à Informação constante do sítio eletrônico do IBRAM, da seção “Auditoria”.
 - Acompanhamento e apoio à CGU referente ao atendimento às recomendações do Plano de Providência Permanente.
 - Participação em reuniões mensais e extraordinárias com o corpo diretivo do IBRAM ou com outros Departamentos, quando solicitada a presença desta AUDIN.
 - Acompanhamento diário de todas as publicações no Diário Oficial da União que tenham matérias de interesse do IBRAM e posterior comunicação às áreas interessadas, quando pertinente, a fim de colaboração para mantê-las atualizadas.
 - Acompanhamento da execução de Diárias e Passagens concedidas no IBRAM, no intuito de prevenir a não extrapolação de gasto e subsidiando as autoridades do órgão para um melhor acompanhamento desse tipo de despesa, o que resultou no encaminhamento de Quadros de Acompanhamento extraídos do Sistema SIAFI, encaminhados à Presidência e ao Departamento de Planejamento e Gestão Interna – DPGI. As consultas consideraram os tipos de propostos (servidor, colaborador eventual) e status de viagem realizada (nacional e internacional).
 - Cadastramento de propostas de concessão de diárias e passagens de servidores da Auditoria Interna no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, incluindo a realização da prestação de contas quando do retorno dos servidores à origem.
 - Conhecimento e acompanhamento dos expedientes elaborados pelas unidades do Ibram em resposta às demandas formuladas pelos Órgãos de Controle Interno e Externo à Auditoria Interna conforme estabelecido na Portaria IBRAM 225, de 03 de julho;
 - Elaboração do RAINT de 2014 e PAINT de 2016.
 - Alimentação e atualização de um banner na intranet do Ibram com a disponibilização de Orientações e legislações para acesso pelas unidades, sempre que necessário.
- 

f) INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS (ÁREA DE NEGÓCIO, UNIDADE REGIONAL, OBJETO ETC.) DAS AUDITORIAS E/OU FISCALIZAÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO.

Durante o ano de 2015 foram realizados 06 trabalhos de auditoria de campo no âmbito do Ibram, os quais passamos a discorrer a seguir:

01) Afastamentos e licenças

O trabalho teve por objetivo identificar os percentuais de afastamentos e licenças concedidas a servidores efetivos do Ibram, demonstrando o impacto negativo de tais concessões na força de trabalho dos Museus e Departamentos do Ibram Sede.

Ficou demonstrado que, numa amostra que compreendia o período de janeiro de 2013 a dezembro de 2014, as licenças e afastamentos chegaram a representar até 33,33% de baixa na força de trabalho de alguma das unidades ou departamentos do Ibram como um todo.

O trabalho foi encaminhado à Presidência do Ibram para conhecimento quanto aos controles sobre as concessões de licenças e afastamentos aos servidores do Ibram.

02) Observatório da Despesa Pública

Por ocasião da disponibilização de senha para acesso ao Sistema Observatório da Despesa Pública, da Controladoria-Geral da União, foi realizado um levantamento da situação de todas as unidades do Ibram, com a correspondente solicitação de manifestação das unidades para apresentação de justificativas e/ou adoção de providências visando ao saneamento das situações apontadas pelo referido sistema.

De posse das respostas recebidas, foi elaborado Relatório de Auditoria e encaminhado à Presidência do Ibram para ciência, com proposição de encaminhamento à CGU para atualização das situações passíveis de regularização.

03) Museu Histórico Nacional

O primeiro trabalho de auditoria desenvolvido junto aos Museus do Ibram em 2015 ocorreu no âmbito do Museu Histórico Nacional e teve por escopo alguns processos de contratação de serviços e aquisição de materiais, a fiscalização dos contratos, a guarda

e conservação dos acervos e o controle do inventário, sistemas contra incêndio e reservas técnicas.

04) Museu Nacional de Belas Artes

Foi realizado trabalho de auditoria de campo no Museu Nacional de Belas Artes, que teve por escopo inicial a análise de processos de pregão e dispensa de licitação, bem como, durante a visita in loco, foi verificado o funcionamento do sistema Donato, que possibilita a catalogação do acervo do Museu, os controles do inventário, o funcionamento dos sistemas de controle de segurança, temperatura, dos alarmes contra incêndio, as salas de reservas técnicas e restauração, além de uma visita guiada pelas salas de exposições temporárias e permanentes.

05) Museu de Arte Sacra de Paraty/Forte Defensor Perpétuo de Paraty

No Museu de Arte Sacra de Paraty e no Forte Defensor Perpétuo de Paraty foram realizadas análises de processos de contratações, aspectos da fiscalização dos mesmos, bem como os controles de inventário e guarda do acervo e as reformas realizadas nas duas unidades.

06) Museu Lasar Segall

Foi realizado um trabalho de fiscalização no Museu Lasar Segall, cujo escopo restringiu-se à análise de processos de contratação de serviços e aquisição de materiais, com a correspondente identificação de inconformidades e o posterior encaminhamento ao Museu para apresentação de providências.

Dessa forma, podemos resumir os trabalhos de maior destaque no quadro a seguir:

2015	
Processos analisados / Total de volumes	57 processos / 168 volumes
Relatórios de Auditoria expedidos	06
Documentos expedidos (<i>Memorandos, Ofícios, Notas de Auditoria, Solicitações de Auditoria, e-mails etc.</i>)	138

II – CONCLUSÃO

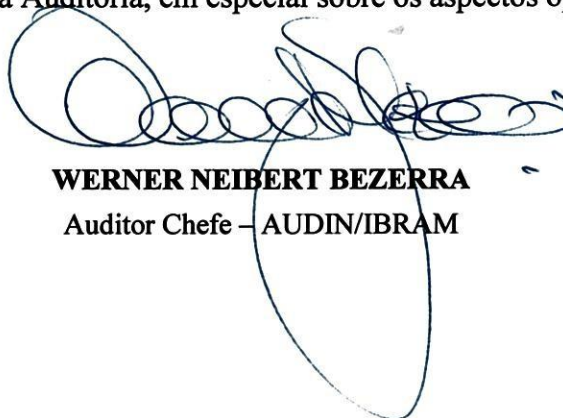
Cabe destacar que o pouco tempo de existência do Ibram, aliada à evasão de servidores e à expectativa de aposentadoria de parte do corpo funcional, representam os desafios que o Ibram está enfrentando para desempenhar suas atividades.



Nesse contexto, a Auditoria Interna, dentre as atividades desenvolvidas em 2015, entende que a maior incidência de inconformidades identificadas se deve à inobservância dos dispositivos legais pelas unidades do IBRAM, por falta de conhecimento e, principalmente, à falta de qualificação nas diversas áreas da Sede e Unidades vinculadas ao Instituto.

No entanto, concluímos que os resultados previstos para 2015 foram alcançados de maneira satisfatória, com a melhoria dos controles internos nas unidades pela adoção das recomendações e orientações desta Auditoria.

Assim sendo, envidaremos esforços para que em 2016 sejam ampliados os escopos dos trabalhos da Auditoria, em especial sobre os aspectos operacionais da UPC.



WERNER NEIBERT BEZERRA
Auditor Chefe – AUDIN/IBRAM

17. Relatório de instância ou área de correição

Conforme orientação do Tribunal de Contas da União, uma vez que o Instituto Brasileiro de Museus é UPC integrante do Poder Executivo Federal e utiliza o Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), segue Relatório Anual emitido por meio do referido sistema:

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR SITUAÇÃO

Dados do Filtro:

Assunto(s): 1) Acumulação indevida de cargos / 2) Assédio moral / 3) Ausência de prestação de atividades ou na prestação de informações / 4) Ausência ou impontualidade ao serviço / 5) Concessão irregular de benefícios, licenças ou autorizações / 6) Conflito de interesse entre a função pública e atos da vida privada / 7) Desaparecimento ou perecimento de bens públicos / 8) Descumprimento da Lei de Acesso à Informação / 9) Descumprimento de normas relacionadas ao orçamento público / 10) Designação de atribuições a pessoa estranha a repartição / 11) Desproporção entre patrimônio e renda / 12) Desrespeito ao sigilo de informações / 13) Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos / 14) Falta de urbanidade; conduta escandalosa; incontinência pública; manifestação de apreço ou despreço / 15) Favorecimento próprio ou de terceiros / 16) Irregularidades definidas em normativos ou regulamentos / 17) Irregularidades ou fraudes em convênios ou outros acordos / 18) Irregularidades ou fraudes em licitações ou contratos / 19) Nepotismo / 20) Reconhecimento de dívida / 21) Representação de interesse particular junto à administração

Instituto Brasileiro de Museus	
Período: 01/01/2015 a 31/12/2015	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos em "Instauração/Instrução"	4
Total de Procedimentos em "Indiciamento/Citação"	0
Total de Procedimentos "Encaminhados para Julgamento"	0
Total de Procedimentos "Julgados"	0
Total de Procedimentos "Anulados Administrativamente"	0
Total de Procedimentos "Anulados Judicialmente"	0
Total de Procedimentos em "Revisão"	0
Total de Procedimentos em "Reconsideração/Recurso Hierárquico"	0
Total de Procedimentos em "Decisão Reconsideração/Recurso Hierárquico"	0
Total de Procedimentos em "Avocação/Requisição pela CGU"	0
Total de Procedimentos em "Decisão Revisão do Processo"	0
Total de Procedimentos	4

Número do Processo		Fase Atual
	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	Instauração/Instrução
	Sindicância	Instauração/Instrução
	Sindicância	Instauração/Instrução
	Sindicância	Instauração/Instrução

20. DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE

20.2. Integridade e completude dos registros de informações no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões



MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS
SBN – Q 02 – Bloco N Ed. CNC 03 – 12º andar.
Brasília-DF – CEP 70040-020

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal do Instituto Brasileiro de Museus estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Brasília-DF, 10 de março de 2016

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Sônia Regina de Souza Oliveira', written over a circular stamp.

Sônia Regina de Souza Oliveira
259.302.061-04
Coordenadora de Gestão de Pessoas
Instituto Brasileiro de Museus

20.3. Integridade e completude do atendimento dos requisitos da Lei 8.730/1993 quando à entrega das declarações de bens e rendas



MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS
SBN – Q 02 – Bloco N Ed. CNC 03 – 12º andar.
Brasília-DF – CEP 70040-020

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores do Instituto Brasileiro de Museus obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens e rendas ou Autorização de Acesso aos Dados, junto a esta **Coordenação de Gestão de Pessoas** para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Brasília-DF, 10 de março de 2016



Sônia Regina de Souza Oliveira
259.302.061-04
Coordenadora de Gestão de Pessoas
Instituto Brasileiro de Museus

20.4. Integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

**Modelo 2 - Declaração de integridade das informações do Orçamento Federal
Anual no SIOP**

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização é desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizadas no referido Sistema conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília, 10 de março de 2016.


Fernanda Araújo de Melo

018.435.711-02

Analista I – Administradora

Divisão de Programação Orçamentária e Financeira
Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade
Departamento de Planejamento e Gestão Interna
Instituto Brasileiro de Museus

20.5. Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

20.5 - Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial:

A verificação da conformidade contábil das unidades gestoras executoras do IBRAM é realizada conforme procedimentos descritos nos Normativos da Secretária do Tesouro Nacional, em específico no Manual Siafi (Auditores Contábeis) e têm como base os Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, o Plano de Contas da União, a Conformidade de registro de Gestão e outros instrumentos que subsidiem o processo de análise.

Ressalta-se que os procedimentos de análise são criteriosos e realizados mensalmente para cada unidade gestora executora, em que são verificadas as inconsistências ou desequilíbrios apresentados nas Demonstrações Contábeis, existência de ocorrências nas transações >CONDESAUD e >CONDEMCON, existência de contas contábeis com saldo invertido na transação >BALANCETE, falta de registro no Siafi ou a existência de restrições registradas na Conformidade de Registros de Gestão, além da existência de inconsistências que comprometam a qualidade das informações contábeis, observadas as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional, os instrumentos de análise disponíveis no Siafi e outros dispositivos legais à disposição do conformista.

A análise e registro da conformidade contábil são realizados pela Divisão de Contabilidade do IBRAM – UG/GESTÃO 423032/42207, a qual se equipara a Seccional Contábil de órgão, conforme disposto no Decreto nº 6.976/2009 e Portaria STN nº 481/2014, uma vez que realiza a conformidade contábil de todas as unidades gestoras executoras pertencentes à gestão 42207 - IBRAM, quais sejam, 423001, 423002, 423031, 343015, 343016, 343017, 343018, 343019, 343020, 343021, 343022 e 343027.

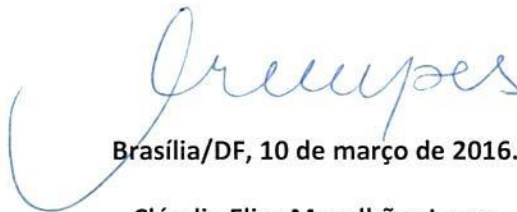
Para a efetivação do registro da conformidade contábil, o órgão se dispõe de contador titular, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade - CRC e devidamente habilitado no SIAFI e atualizado na tabela de UG, sendo que este não possui a função de emitir documentos no SIAFI, e também não é responsável pelo registro da conformidade de registro de gestão, obedecendo, dessa forma, ao princípio da Segregação de Funções disposto na Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 481/2014 e Manual Siafi – 020315.

No que se refere às restrições contábeis, foram registradas durante todo o exercício de 2015, na conformidade contábil de órgão, um total de 113 restrições contábeis, sendo 23 ocorrências do tipo ALERTA e 90 ocorrências do tipo RESSALVA.

Das ocorrências apontadas, não foram sanadas até o encerramento do exercício de 2015 a ressalva 642 – Falta/Evolução Incompatível Depreciação Ativo Imobilizado, para as unidades gestoras 423002, 343015, 343016, 343017, 343018, 343019, 343020, 343021, 343022 e 343027, a ocorrência de alerta 302 – Falta e/ou Atraso de Remessa do Relatório de Bens Móveis –RMB para unidade gestora 423002. Neste sentido, foram emitidas as Notas Técnicas nº 01/2012 DCON/COFIP/DPGI/IBRAM e 06/2013 DCON/COFIP/DPGI/IBRAM, em que se orienta e solicita providências quanto ao cálculo e registro da depreciação, bem como os Memorandos nº 21/2013 DCON/COFIC/DPGI/IBRAM e 48/2014 DCON/COFIC/DPGI/IBRAM, em que solicita providências para envio do relatório de bens móveis bem como regularização da ocorrência registrada na conformidade. Porém, ressalta-se que, conforme já evidenciado, para

aplicação do procedimento de depreciação, primeiramente, é necessário efetuar a reavaliação ou redução a valor de mercado (*Testes de Recuperabilidade*) e, devido à quantidade limitada de servidores para composição de comissão responsável pela realização dos trabalhos iniciais de ajuste ao Valor Justo, e, principalmente, devido a ausência de um sistema de patrimônio ou outro sistema de informática que viabilize a verificação dos inúmeros itens do imobilizado que permita os registros, os controles patrimoniais, emissão de relatórios de bens móveis - RMB e o cálculo da depreciação, essas ocorrências ainda continuam pendentes de regularização.

O órgão apresentou ainda as ocorrências de ressalva 671 – Transferências Voluntárias s/ Comprovação e não Enviadas para Inadimplência para a unidade gestora 423002 e 767 – Termo de Cooperação a Comprovar Data Expirada para a unidade gestora 423001, que são relacionadas à execução e comprovação dos recursos transferidos por meio de Convênios e Termo de Execução Descentralizada. Tais ocorrências permaneceram até o final do exercício de 2015 devido à insuficiência de pessoal para constituir área responsável por acompanhar a execução e analisar as prestações de contas.



Brasília/DF, 10 de março de 2016.

Cláudia Elisa Magalhães Lopes

CRC-DF 017389/O-8

20.6. Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

Declaração com Ressalva

Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UPC)		Código da UG	
Diretoria de Planejamento e Gestão Interna - DPGI		423001	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>A. Valores da Depreciação/amortização do ativo imobilizado/intangível – falta/evolução da depreciação do ativo imobilizado/intangível;</p> <p>B. Reavaliação/Redução ao valor recuperável dos itens do ativo permanente.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília/DF	Data	10/3/2016
Contador Responsável	Cláudia Elisa Magalhães Lopes	CRC nº	DF-017389/O-8

Cláudia Elisa Magalhães Lopes

Cláudia Elisa Magalhães Lopes
 Chefe da Divisão de Contabilidade
 DCON/COFIC/DPGI/IBRAM
 Smap: 1681719 - CRC/DF 017389/O-8